

BNB Conjuntura Econômica

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

32

jan-mar/2012



**Banco do
Nordeste**

ISSN 18078834

BNB Conjuntura Econômica

Periódico elaborado pelo Escritório Técnico de
Estudos Econômicos do Nordeste / Etene

Número 32

**Periódico elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB**

**Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2012**

Obra publicada pelo



Presidente

— Jurandir Vieira Santiago

Diretores

— Fernando Passos
— Luiz Carlos Everton de Farias
— Isidro Moraes de Siqueira
— José Sydrião de Alencar Júnior
— Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
— Stélio Gama Lyra Júnior

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene

José Narciso Sobrinho – Superintendente

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação
Wellington Santos Damasceno – Gerente de Ambiente

Laura Lúcia Ramos Freire
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Wendell Márcio Araújo Carneiro
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas

Fernando Luiz E. Viana – Gerente

Equipe BNB Conjuntura Econômica

Coordenação Técnica

Laura Lúcia Ramos Freire

Produto Interno Bruto

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Desempenho do Comércio do Brasil e do Nordeste

José Varela Donato

Produção Agropecuária

Francisco Raimundo Evangelista
Hellen Cristina Rodrigues Saraiva Leão e
Jackson Dantas Coêlho

Emprego e Rendimento

Laura Lúcia Ramos Freire

Finanças Públicas

Antônio Ricardo de Norões Vidal

Consultores Ad Hoc

Coordenação Técnica e Síntese de Expectativas

Assuero Ferreira

Produto Interno Bruto, Produção Industrial, Emprego e Rendimento

Carlos Américo Leite Moreira e Roberto Alves Gomes

Setor Externo e Síntese e Expectativas

Inez Sílvia Batista Castro

Intermediação Financeira

Francisco Ferreira Alves

Estagiários: Francisco Alves de Oliveira Filho, Gilvan Farias dos Santos, João Mairton Moura Araújo e Renata Pinheiro da Rocha

Preparação e Tabulação de Dados: Elias Augusto Cartaxo, Hamilton Reis de Oliveira, José Wandemberg Rodrigues Almeida e Leonardo Dias Lima

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita

Normalização Bibliográfica

Erlanda Maria Lopes

Revisão

Edmilson Nascimento

Diagramação

Franciana Pequeno

Banco do Nordeste do Brasil S/A

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bloco A2 - Térreo - Passaré - 60743-902 - Fortaleza (CE) - BRASIL

Telefone: (85) 3299.3033

Cliente Consulta: 0800 728 3030

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

É permitida a reprodução das matérias desde que seja citada a fonte.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 32 (jan. - mar. 2012). – Fortaleza:

Banco do Nordeste do Brasil, 2011 -

118 p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia – Brasil – Nordeste – Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

BNB CONJUNTURA ECONÔMICA
ESCRITÓRIO TÉCNICO DE ESTUDOS ECONÔMICOS DO NORDESTE
BANCO DO NORDESTE DO BRASIL

Fortaleza-CE, n. 32

Janeiro-Março 2012

1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

05

Caracterização da Cadeia Produtiva do Algodão no Semiárido do Nordeste..... 5
O Papel da Alocação Equitativa dos Recursos do SUS na Desconcentração Regional da Oferta de Serviços de Saúde no Brasil..... 11

2. SÍNTESE E EXPECTATIVAS

23

Resumo Executivo23
Expectativas.....25

3. NÍVEL DE ATIVIDADE

31

Produto Interno Bruto.....31
Agropecuária.....36
 Agricultura36
 Pecuária.....49
 Agronegócio51
 Desempenho do Faturamento51
 Balança Comercial do Agronegócio55
Produção Industrial do Brasil.....60
 Produção Industrial do Nordeste.....63
Desempenho do Comércio no Brasil.....68
 Desempenho do Comércio no Nordeste70

4. EMPREGO E RENDIMENTO

77

Considerações Adicionais sobre o Emprego Formal..... 81

5. SETOR EXTERNO

85

Câmbio e Balanço de Pagamentos.....85
Comércio Exterior Nordestino86
Panorama das Vendas Externas por Estado88

SUMÁRIO

6. FINANÇAS PÚBLICAS

97

Arrecadação de ICMS	97
Fundos Constitucionais	99
Transferências Voluntárias.....	102
Investimentos das Empresas Estatais no Nordeste	103

7. INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

107

Panorama Geral.....	107
Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional.....	108
Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino.....	110
Empréstimos/Financiamentos Realizados pelo BNDES.....	111
Depósitos e Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino..	113
BNB – Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito	115
Conclusão	117

1 - AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS

1.1 - Caracterização da Cadeia Produtiva do Algodão no Semiárido do Nordeste¹

Acúrcio Alencar Araújo Filho²
José Luciano Chagas Rabelo³
Jackson Dantas Coêlho⁴
George Alberto de Freitas⁵

1. Introdução

O algodão já teve grande importância social, econômica e histórica no Nordeste semi-árido. Na década de 1950, seu cultivo ocupava 1,5 milhão de hectares e 500 mil trabalhadores. No início da década de 1980, chegou a produzir, em média, 145 mil toneladas de algodão em pluma por ano, quando o Nordeste era responsável por 70% da área cultivada e por 30% da produção nacional. O sistema centrava-se no algodão arbóreo, semiextensivo (produtividade de 300 kg/ha), consorciado com milho, feijão e bovinocultura.

Com abundância e oferta regular de matéria-prima, instalou-se no Nordeste uma ampla indústria de beneficiamento, além de um moderno parque têxtil incentivado por políticas governamentais implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e pelo Banco do Nordeste do Brasil S. A. (BNB).

Esse quadro começou a se alterar na seca de 1979. Em 1983, a praga do bicudo abateu-se sobre a lavoura do algodão, e espalhou-se rapidamente, expondo a fragilidade da exploração agrícola do produto. Não havia organização, crédito, assistência técnica e garantia de preço. Os agricultores eram totalmente dependentes dos proprietários de usinas, que ditavam preços e mantinham os produtores sob seu controle, fornecendo caroço para plantio e adiantamento em dinheiro para a lavoura.

A dificuldade de combater o bicudo em lavouras de algodão arbóreo provocou o rápido desmoronamento da atividade. Para suprir a falta de matéria-prima, na década de 1990 o Governo Federal liberou as importações, incentivando o parque têxtil regional a adquirir pluma no exterior. Paralelamente, deu-se o sucateamento das entidades estaduais responsáveis pela assistência técnica rural, agravando ainda mais a situação. Houve acentu-

1 Pesquisa em fase de impressão, feita pelo BNB/Etene entre ago./2010 e mar./2012.

2 Agrônomo, consultor externo pela Associação Técnico-científica Eng. Paulo de Frontin (Astef).

3 Agrônomo, consultor externo pela Associação Técnico-científica Eng. Paulo de Frontin (Astef).

4 Economista, técnico da Coordenação de Estudos Rurais e Agroindustriais do BNB/Etene.

5 Economista, técnico da Coordenação de Estudos Rurais e Agroindustriais do BNB/Etene.

ado desemprego no campo e nas cidades do interior, fazendo desaparecer a cultura e fechando as usinas de beneficiamento, com reflexos consideráveis na pecuária regional, devido à falta da torta do algodão, bem como na produção de óleo vegetal.

Vinte anos depois, fez-se necessário avaliar a real situação do algodão nas condições de semiárido⁶, onde o produto é uma das poucas alternativas de lavoura adequada ao ecossistema regional, com possibilidade de exploração economicamente viável e ecologicamente sustentável.

A pesquisa aqui sintetizada teve por objetivo principal caracterizar a cadeia produtiva do algodão no semiárido do Nordeste, descrevendo e analisando os aspectos de exploração da cultura e beneficiamento do algodão, produção de fibra e de derivados da indústria de esmagamento do caroço, bem como as formas de comercialização e mercado. Especificamente, procurou-se descrever o atual momento da cotonicultura nordestina

do semiárido numa ótica de competitividade, levantando as dificuldades e apresentando alternativas para a reinserção dessa região como produtora de algodão, a fim de orientar as políticas do BNB na promoção, difusão tecnológica e financiamento da cotonicultura.

2. Metodologia

O estudo adotou uma abordagem qualitativa e quantitativa. Coletaram-se dados secundários em fontes como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), que, cruzados com a experiência de funcionários do BNB, possibilitaram a indicação de municípios onde persiste a atividade e contatos com os principais atores da cadeia produtiva.

A segunda fase consistiu em uma pesquisa de campo abrangendo a Bahia, o Ceará, a Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e o Norte de Minas Gerais, entre outubro de 2010 e agosto de 2011. Nela foram ouvidos representantes da cadeia do algodão – produtores,

Tabela 1 – Estimativa de Receitas e Despesas por Hectare de Diferentes Tipos de Algodão Produzidos no Semiárido e no Cerrado Baiano

Valores em reais

Tipo de Algodão / Rubrica	Receita	Despesa	Lucro	Lucro/Despesa	Custo do Algodão/kg
Algodão colorido em consórcio agroecológico	3.631,20	1.840,35	1.790,85	0,97	1,84
Algodão branco (BRS Aroeira) em consórcio agroecológico	4.662,40	2.036,95	2.625,45	1,29	1,27
Algodão branco convencional – agricultura familiar	2.250,00	1.975,00	275,00	0,14	1,32
Algodão branco convencional irrigado	4.500,00	3.195,80	1.304,20	0,41	1,07
Algodão branco convencional no cerrado da Bahia	4.860,00	4.124,93	735,07	0,18	1,22

Fonte: EMBRAPA ALGODÃO, 2012. Adaptado pelos autores.

6 Abrangendo características atuais do mercado, as inovações tecnológicas geradas no período recente, os novos modelos de exploração preconizados e suas perspectivas.

beneficiadores, órgãos oficiais de assistência técnica, organizações governamentais e não governamentais ligadas ao processo produtivo e instituições de pesquisa.

Nas entrevistas, utilizou-se roteiro com perguntas abertas, desenvolvido especificamente para cada tipo de entrevistado, abordando processo produtivo, mercado, tecnologia, organização e assistência técnica. Recolheram-se também, com os entrevistados, informações quantitativas para subsidiar as análises.

3. Viabilidade econômica

A Tabela 1 traz um resumo dos orçamentos levantados. Apesar de a escala de produção ser bem maior no cerrado, o cultivo de algodão no semiárido proporciona, na maioria dos casos, despesas menores e lucros maiores, comprovando a sua viabilidade econômica.

4. Políticas e estratégias para reativação da cotonicultura no semiárido

O grande desafio na retomada da exploração do algodão no semiárido consiste em evitar ações isoladas e/ou fora de época por parte de determinados agentes ou elos da cadeia produtiva, de forma que cada segmento possa garantir a continuidade e a viabilidade do seguinte.

4.1. Opções para a retomada da atividade em bases sustentáveis

Merecem destaque algumas experiências localizadas, com especificidades na sua forma de implantação e na filosofia da concepção: produção e comercialização de algodão agroecológico consorciado; produção, beneficiamento, industrialização e comercialização do algodão colorido; produção, beneficiamento e comercialização de algodão transgênico no âmbito da agricultura familiar e da agricultura comercial de larga escala; e uso da irrigação na exploração de algodão, com destaque para a produção de sementes.

É necessário incorporar ao sistema produtivo dessas novas iniciativas uma base tecnológica compatível com o atual momento de competição de mercado. A Embrapa Algodão dispõe de acervo de tecnologias para o semiárido, abrangendo produção agrícola, beneficiamento, comercialização da pluma e industrialização. Ademais, o órgão está sempre disponível para transferir o conhecimento específico às entidades e comunidades que dele necessitam para concretizar a adoção consciente das novas tecnologias e sua incorporação definitiva ao processo produtivo local.

A utilização de práticas conservacionistas na mecanização agrícola (nas localidades onde isso for factível) deve ser objeto de transferência e capacitação dos usuários do processo produtivo. O uso de material genético de boa qualidade e de comprovada origem constitui outro foco de preocupação nos projetos de retomada da cotonicultura no semiárido.

O processo de colheita é um grande desafio, devendo ser objeto de discussão e do acompanhamento das equipes responsáveis pelo planejamento de projetos estaduais de reinserção do algodão na economia agrícola do semiárido, levando em conta a legislação trabalhista, a atual carência e o alto custo da mão de obra nas operações não mecanizadas.

A ausência de beneficiamento do algodão constitui um entrave para as comunidades de baixa renda, haja vista as vantagens que a comercialização da pluma do algodão (em vez do algodão em caroço) pode trazer para o produtor rural, com repercussão direta na avaliação econômica da atividade.

O envolvimento de várias instituições governamentais e não governamentais garante a complementação de ações locais, de acordo com as especificidades de atuação de cada uma delas. O grande desafio consis-

te em direcionar as ações desses entes para os mesmos objetivos, sob a coordenação de uma entidade governamental que garanta a oportunidade e a suficiência das atividades, em função do objetivo programado, de comum acordo.

O BNB poderá assumir relevante papel no processo de retomada da exploração da cultura do algodão no semiárido nordestino, mediante interação das ações creditícia e supletiva de banco de desenvolvimento. A ação creditícia seria implementada por meio do financiamento direto da atividade produtiva, tornando o crédito um veículo de inovação tecnológica nos diferentes setores da economia do semiárido. A ação supletiva, via parceria entre o Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste (Etene) e o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), direcionar-se-ia para o financiamento da difusão tecnológica, treinamento de técnicos e de produtores e promoção de eventos ligados à retomada do algodão no semiárido.

Os grandes gargalos responsáveis pela decadência da cotonicultura do semiárido nordestino foram em parte eliminados, como aqueles relacionados à tecnologia de combate ao bicudo e aos preços remuneradores pagos ao produtor. Permanecem ainda como entraves a oferta de assistência técnica e as questões ligadas à organização dos produtores e gestão da propriedade.

A atual situação sinaliza para o direcionamento de ações que, de um lado, utilizem o acervo de tecnologia emanado da pesquisa e os preços favoráveis atualmente praticados pelo mercado, e, de outro, o ataque eficaz e permanente às causas limitantes que continuam impedindo o progresso da atividade, no caso, assistência técnica e extensão rural, com ênfase na transferência de tecnologia, associativismo e gestão.

4.1.1. Agricultura ecológica

As experiências exitosas com a agricultura ecológica, desenvolvidas no Ceará, na Paraíba, em Pernambuco e no Rio Grande do Norte, pelo Projeto Dom Hélder Câmara (PDHC), ONG Diaconia, Centro de Pesquisa e Assessoria (Esplar) e Associação de Desenvolvimento Educacional e Cultural de Tauá (Adec), devem ser apoiadas, para melhorar o trabalho e/ou aumentar seu raio de ação.

Esses agentes são unânimes quanto à necessidade de capacitação e treinamento dos produtores, visando melhor prepará-los para a prática da agroecologia, que, ao lado de proporcionar incremento de renda, utiliza técnicas conservacionistas, possibilitando a adoção de uma agricultura sustentável.

O BNB poderia, via Fundeci, apoiar e promover o trabalho realizado com algodão nas comunidades assistidas pelas instituições acima referidas, cuja atuação merece o reconhecimento da sociedade, pela sua simplicidade e resultados econômicos e sociais obtidos.

4.1.2. Agricultura convencional

O acervo tecnológico disponibilizado pela Embrapa Algodão possibilitaria desenvolver uma ação de disseminação do cultivo de algodão em todo o semiárido, independentemente do porte e da característica de cada produtor. Esses modelos podem ser aplicados para a produção de algodão branco e também algodão colorido.

A atuação do BNB poderia ser inicialmente implementada mediante execução de um vasto programa de promoção da cotonicultura, disseminado por um plano de divulgação pública, via mídia (rádio e televisão), em que fossem focadas as vantagens da retomada da cultura algodoeira para o produtor rural e seus desdobramentos para a economia regional (geração de

ocupação e renda, incremento da indústria de beneficiamento, produção de óleo vegetal para biodiesel e melhoria da pecuária). Para dar sustentabilidade ao processo, o BNB precisaria disponibilizar recursos para custeio das lavouras e para investimento (produtores e setor industrial, cujo parque de beneficiamento encontra-se insuficiente e sucateado).

4.1.3. Fortalecimento de polos em regiões com potencial produtivo

Há algumas regiões no semiárido com grande potencial para retomar sua importância como polos produtivos de algodão. Nessas áreas, o BNB poderia intensificar um trabalho de promoção da cotonicultura, envolvendo governos estaduais e municipais, sindicatos, cooperativas, associações, organizações não governamentais, programas do Governo Federal, Embrapa Algodão e outras instituições de pesquisa e difusão de tecnologia. Pode ser sugerida a implantação de alguns polos onde já existem estruturas produtivas e de beneficiamento, além de um trabalho com agricultores que pode ser ampliado e difundido em toda a região, privilegiando inovação tecnológica, assistência técnica e práticas associativas e de gestão da propriedade: Ceará (Acopiara, Iguatu, Quixadá, Quixeramobim e Senador Pompeu); Rio Grande do Norte (regiões do Apodi e vale do Assu); Paraíba (região de Patos); Pernambuco (região de Surubim); Bahia (região de Guanambi); e Norte de Minas (região de Catuti).

4.1.4. Agricultura irrigada

O semiárido não aproveita seu potencial de produção de algodão irrigado. A cultura se apresenta como alternativa viável na rotação de culturas (melão, melancia, tomate e outras de ciclo curto) em áreas irrigadas da

região. Há grandes áreas ociosas nos perímetros públicos de irrigação do semiárido que poderiam ser aproveitadas para produção de algodão (pluma ou semente). A chapada do Apodi, o vale do Jaguaribe (CE) e o vale do Assu (RN) são regiões bem estruturadas para trabalhar com irrigação, dispondo de considerável área cultivada, e que produziram algodão irrigado no passado.

4.2. Pesquisa e a difusão tecnológica

A atuação do BNB no financiamento de pesquisa de algodão data do início da década de 1980, coincidindo com a criação, pelo Governo Federal, da Embrapa Algodão. Durante esse período, o BNB financiou estudos que geraram respeitável acervo tecnológico para a exploração da cotonicultura do semiárido. De agora em diante, o esforço do BNB deve ser direcionado para a difusão e transferência das tecnologias existentes, comprovadamente eficientes, e que ainda não alcançaram o produtor.

Isso não significa que o BNB deixe de financiar pesquisa sobre o algodão. Há ainda dúvidas sobre aspectos não bem definidos, como o uso de sementes geneticamente modificadas, colheita mecanizada para pequenos produtores, cultivares adequados a plantios irrigados e riscos climáticos em determinadas áreas.

O trabalho de difusão e transferência de tecnologia deverá centrar-se na promoção de treinamento para extensionistas e produtores, via convênios com a Embrapa Algodão e organismos de assistência técnica e extensão rural dos estados, utilizando recursos do Fundeci. Nessa programação, além dos cursos, seriam incluídos eventos de difusão e transferência de tecnologia, sempre com enfoque na prática do associativismo e da gestão da propriedade.

O papel da assistência técnica e da extensão rural nos processos em transferência (de gestão ou tecnológicos) para os usuários constitui tema crucial na discussão de projetos de retomada do algodão no semiárido. A assistência técnica é importantíssima ferramenta na difusão do conhecimento, e deverá estar presente, de forma permanente, em todas as fases da exploração algodoeira, podendo ser desempenhada tanto pelos sistemas públicos estaduais, como pela iniciativa privada, além das estruturas cooperativistas. O convencimento do público-alvo sobre as vantagens físicas e econômicas das tecnologias em fase de transferência deverá ser a condição prévia para a adoção consciente e consistente da iniciativa em implantação. A adoção da inovação tecnológica retrata o resultado de mudanças no meio rural, de forma que o processo de transferência do conhecimento possa transformar-se em produção, renda e melhoria de vida do produtor rural.

Todo o processo de assistência técnica e de extensão rural encontrar-se-á atrelado a outras ações, como capacitação, organização dos produtores, gestão do negócio. A organização dos produtores rurais é uma grande lacuna na estrutura produtiva do algodão no semiárido, e sua promoção figura como prioridade, que deverá nortear a retomada do algodão.

4.3. Crédito

Durante as entrevistas realizadas, algumas sugestões de caráter geral foram dadas pelos entrevistados em relação a crédito:

- o BNB deveria extrapolar sua atuação de agente financiador, passando a ser um agente articulador da revitalização da cultura;
- desburocratizar o acesso ao crédito dentro do BNB, fazendo-o chegar aos produtores de forma tempestiva;
- manter articulação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por meio do representante do Nordeste, visando analisar melhor as situações em que ocorrem divergências entre o que é preconizado no zoneamento agrícola e a realidade, ajustando-as de modo a garantir que os recursos cheguem aos produtores na época adequada à realização dos tratos culturais;
- estudar a possibilidade de se retomar o financiamento direto às cooperativas e associações de cotonicultores, inclusive com capital de giro para a compra de safra aos produtores. Seria necessário desenvolver um novo modelo de concessão desse financiamento, de maneira a garantir seu êxito. Para os pequenos produtores, a união em associações/cooperativas seria a saída para se contornar as dificuldades enfrentadas no financiamento da atividade.

1.2 - O Papel da Alocação Equitativa dos Recursos do SUS na Desconcentração Regional da Oferta de Serviços de Saúde no Brasil

Jacqueline Cambota

Coordenadora de Estudos e Pesquisas do BNB/Etene. Doutora em Economia pela FEA/USP.

jacquelinenc@bnb.gov.br

1. Introdução

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a cobertura das ações e serviços de saúde realizados no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) seja realizada de forma descentralizada. A institucionalização do SUS, portanto, deu início ao processo de gestão compartilhada entre as três esferas de governo para o financiamento e a oferta das ações e serviços de saúde. A descentralização na saúde tem como base a ideia de que os governos locais conhecem melhor as necessidades de suas populações, o que torna mais eficiente a gestão de recursos.

Nesse contexto, a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº 8.080/1990) forneceu os dispositivos necessários para dar início ao processo de descentralização, com ênfase nos municípios. De outra parte, a Lei nº 8.142/1990 definiu as diretrizes para alocação dos recursos do Fundo Nacional da Saúde para implementação das ações e serviços a serem realizados pelos municípios, estados e Distrito Federal. As normas operacionais, NOBS 01/1991, 01/1992, 01/1993 e 01/1996, NOAS 01/2001 e 01/2002 e outras portarias e decretos complementam o conjunto de

diretrizes que organizam o processo de descentralização do SUS.

Para assegurar os recursos mínimos para o financiamento da saúde, a Emenda Constitucional 29/2000 estabeleceu que uma parcela dos recursos da União, estados e municípios seja aplicada nas ações e serviços de saúde. A emenda trata ainda dos critérios de "rateio dos recursos da União vinculados à saúde destinados aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, e dos Estados destinados a seus respectivos Municípios, objetivando a progressiva redução das disparidades regionais" (CF/88, art. 198).

As transferências de recursos da União para estados e municípios, e de estados para municípios, assim como as demais transferências intergovernamentais, devem possuir algumas características desejáveis. No âmbito da saúde, destaca-se o papel das transferências do SUS na redistribuição regional dos recursos, pelo seu caráter equalizador, devido à redistribuição das transferências em termos per capita. De acordo com Mendes, Miranda e Cosio, "as transferências na área da saúde têm sido bem sucedidas em termos de redistribuição regional, permitindo a equalização

dos valores per capita destinados à saúde nas diferentes regiões do País” (2008, p. 8).

Apesar do seu caráter equalizador, as transferências para a área da saúde não podem ser consideradas equitativas, já que a redistribuição per capita de recursos ignora diferenças nas necessidades de saúde da população entre as localidades geográficas. Uma série de estudos tem sugerido a substituição do critério per capita por indicadores de necessidades de utilização dos serviços de saúde, como um meio mais justo de repartição dos recursos destinados à saúde (PORTO et al., 2001; PORTO, 2002; PORTO et al., 2003; NUNES, 2004; PORTO, 2006; PORTO, 2007). Nunes (2004) também defende que seja considerada a capacidade de autofinanciamento de cada localidade, haja vista que quanto maior for a receita própria, provavelmente, menor será a dependência em relação aos recursos da União para realização das despesas com ações e serviços de saúde.

A preferência pela adoção de critérios de necessidades relativas para a repartição de recursos da União fundamenta-se no argumento de que indicadores de necessidades podem induzir à redução das desigualdades regionais na oferta de serviços, já que esses indicadores são construídos usando como referência as diferenças entre as diversas localidades em aspectos como perfis demográfico, epidemiológico e socioeconômico.

Assim, o presente informe analisa o financiamento da saúde no Brasil, como forma de contribuir para a discussão em torno da adoção de uma metodologia equitativa na repartição inter-regional dos recursos da União, de modo a reduzir a concentração regional de serviços ambulatoriais e hospitalares no país.

2. Gestão compartilhada do financiamento da saúde

A responsabilidade pelo financiamento das despesas com saúde era majoritariamente atribuída ao Governo Federal. Mas, após a promulgação da Emenda Constitucional 29/2000, o financiamento da saúde ganhou nova configuração, dada pela coparticipação da União, estados e municípios no custeio das despesas com saúde. Atualmente, o montante empenhado pela União em ações e serviços públicos de saúde deve ser igual ao valor arrecadado no ano anterior, corrigido pela variação nominal do Produto Interno Bruto (PIB). Estados e municípios devem aplicar em despesas com saúde pelo menos 12% e 15%, respectivamente, do produto da arrecadação de impostos e de recursos vinculados à saúde, de acordo com o disposto na Constituição Federal.

Nesse contexto, as ações e os serviços de saúde implementados nos estados, Distrito Federal e municípios são financiados com recursos próprios e também por meio de transferências da União. No Gráfico 1, observa-se que houve aumento da despesa empenhada em saúde nas três esferas de governo e um gradual incremento da participação dos governos estaduais e municipais no financiamento do setor. Entretanto, permaneceu elevada a contribuição do Governo Federal ao longo do período. No ano 2000, a União participou com 59,8% das despesas totais de saúde, enquanto municípios contribuíram com 21,7% e estados com 18,5%. Em 2010, a participação da União diminuiu para 44,7%, enquanto as contribuições de recursos próprios de estados e municípios subiram para 26,9% e 28,4%, respectivamente.

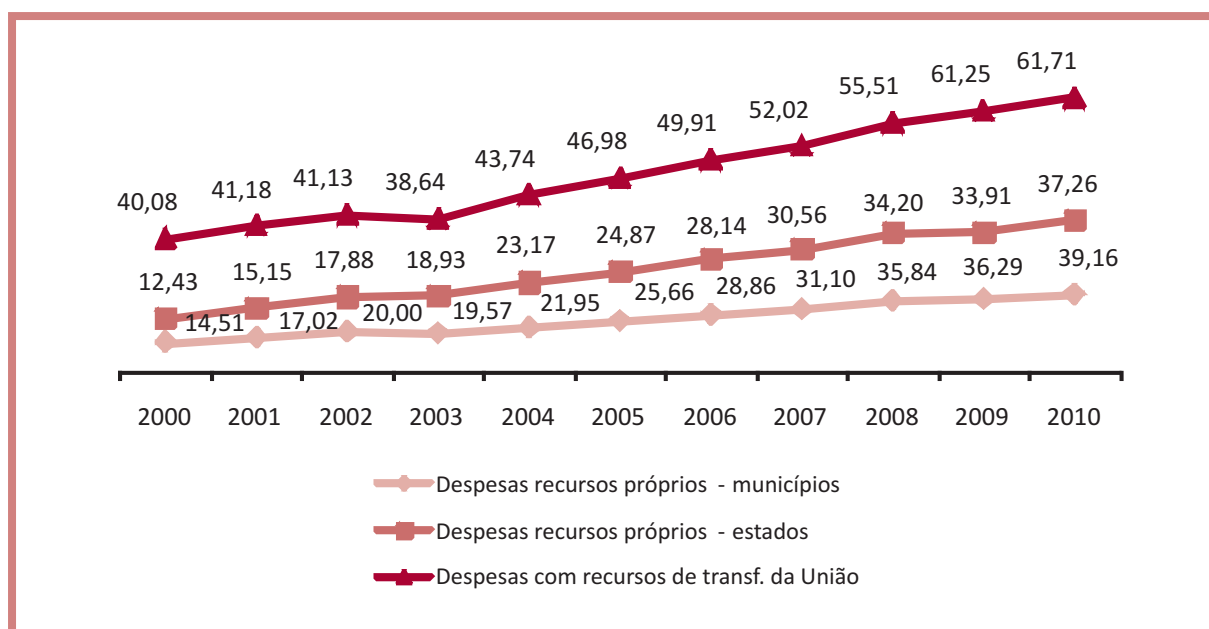


Gráfico 1 – Participação das Três Esferas de Governo nas Despesas com Saúde, em Bilhões de Reais – 2000 a 2010

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do DATASUS/SIOPS (Subsecretaria de Planejamento e Orçamento/MS, Governos Estaduais e Prefeituras Municipais). Nota: Valores deflacionados pelo INPC de 2010.

Apesar do aumento da participação de estados e municípios no financiamento da saúde, persiste a desigualdade regional na alocação de recursos destinados à saúde por habitante (Gráfico 2). Em 2010, os recursos alocados para a saúde por habitante no Nordeste situaram-se abaixo da despesa média per capita do Brasil (R\$ 652,70). Nesse ano, Bahia, Maranhão e Pará realizaram as menores despesas per capita, calculadas em R\$ 514,12, R\$ 467,16 e R\$ 432,70, respectivamente. De outra parte, destaca-se o crescimento das despesas do Piauí, que passaram de R\$ 263,74, em 2002, para R\$ 568,26, em 2010, ultrapassando o valor médio empenhado na região (R\$ 558,08). Percebe-se, ainda, um crescimento da despesa total com saúde em todas as unidades da Federação (exceto o Distrito Federal).

A despeito do processo de descentralização, a União continuou sendo o grande financiador das ações e serviços de saúde no Brasil (Gráfico 1). A participação da União no

financiamento da saúde ocorre basicamente por meio de pagamentos diretos aos prestadores de serviços e de transferências intergovernamentais.

Os pagamentos diretos a prestadores de serviços têm reduzido sua participação ao longo dos anos, como forma de aumentar as transferências fundo a fundo, que possuem maior capacidade para promover a descentralização e a autonomia, já que possibilitam que os governos locais contratem e paguem diretamente os prestadores de serviços de saúde (MENDES; MIRANDA; COSIO, 2008).

As transferências intergovernamentais, por sua vez, são distribuídas entre convênios, frutos de acordos entre a União e os governos estaduais e municipais, e transferências fundo a fundo. Essa segunda modalidade comporta as transferências do Fundo Nacional de Saúde para os fundos estaduais e municipais, de modo a complementar os recursos para o financiamento da saúde pelos governos subnacionais.

As transferências fundo a fundo constituem, portanto, o principal canal de participação da União no financiamento da saúde. Em consequência do pacto pela saúde¹, firmado em 2006, os recursos federais para o custeio de ações e serviços de saúde passaram a ser distribuídos em seis blocos, com seis destinações específicas. A alocação de recursos segundo critérios per capita garantiu maior homogeneidade à distribuição das transferências do SUS entre as unidades da Federação (Tabela 1); mas, como pode ser observado pela desigualdade da distribuição de médicos e leitos hospitalares entre as regiões, não se refletiu em desconcentração regional dos serviços de saúde ofertados pelo SUS.

A desigualdade na distribuição de médicos sugere uma concentração regional na aloca-

ção de serviços ambulatoriais no Brasil (Gráfico 3). As regiões Norte e Nordeste apresentam as menores proporções de médicos por mil habitantes (1,78 e 2,51, respectivamente), sendo em ambas localizados os dois estados com os piores desempenhos nesse indicador (Maranhão, com 1,29, e Pará, com 1,47). A grande exceção foi Sergipe, unidade da Federação que possui o maior número de médicos por mil habitantes em todo o país (4,58).

Nos serviços de internação ofertados pelo SUS, observa-se que a região Sudeste apresenta baixa proporção de leitos hospitalares por mil habitantes, comparativamente a regiões menos desenvolvidas, como o Norte e o Nordeste. De acordo com o assinalado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea, 2012), esse resultado pode significar

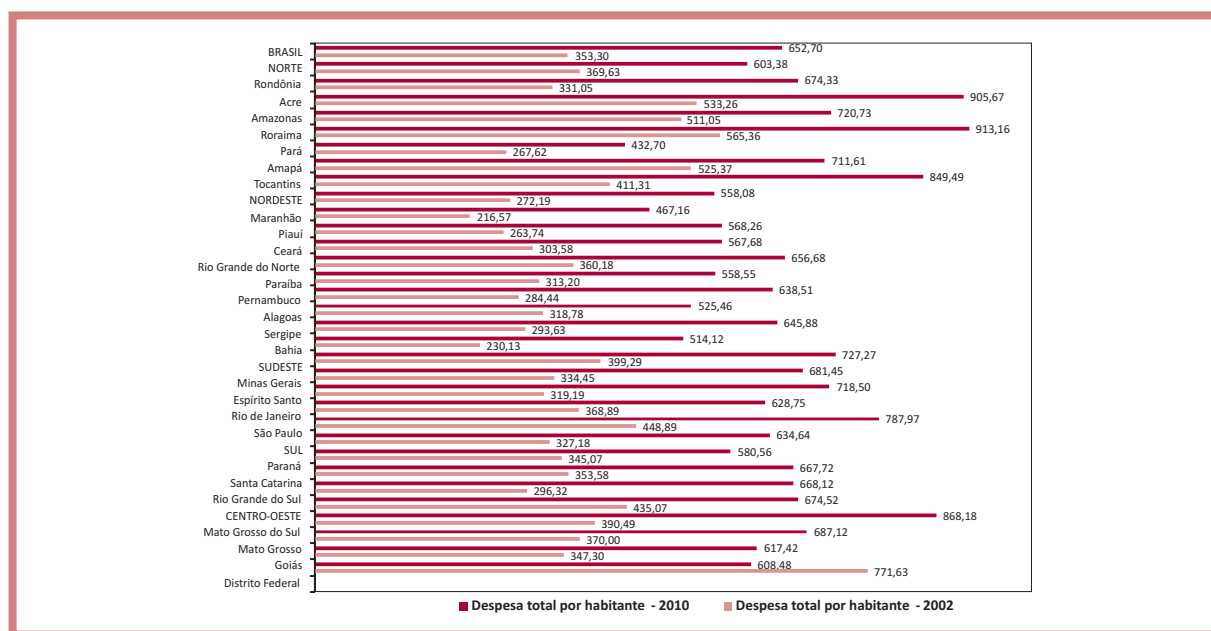


Gráfico 2 – Despesas Totais com Saúde por Habitante, Brasil, Regiões e UFs, em Reais – 2002 e 2010

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do DATASUS/SIOPS (Governos Estaduais e Prefeituras Municipais). Obs.: Valores deflacionados pelo INPC de 2010.

1 O Pacto pela Saúde teve por objetivo principal definir as responsabilidades de cada esfera da gestão em relação ao provimento e financiamento de ações e serviços de saúde e também avançar na implantação dos princípios constitucionais que regem a entrega de serviços de saúde pelo SUS.

Tabela 1 – Transferências Fundo a Fundo para o Provimento de Serviços de Saúde por Bloco de Financiamento², Brasil, Regiões e Estados, em Milhões de Reais – 2010

Blocos de Financiamento	Atenção Básica	Média e Alta Complexidade	Assistência Farmacêutica	Gestão SUS	Vigilância em Saúde	Investimentos	Diversos	Total	Transf. SUS / per capita
Brasil	9.646,79	25.253,17	2.585,95	304,97	1.531,14	449,20	61,77	39.833,03	208,82
Norte	954,91	1.738,28	99,22	50,30	182,25	38,79	8,96	3.072,70	193,68
Rondônia	98,02	176,03	10,51	4,34	17,39	14,52	0,38	321,19	205,57
Acre	56,19	96,46	5,23	6,14	10,05	0,16	0,24	174,47	237,84
Amazonas	215,14	373,97	25,09	7,68	44,70	1,93	1,51	670,04	192,32
Roraima	38,73	57,83	3,86	8,20	8,44	0,95	0,12	118,13	262,22
Pará	386,38	740,65	42,46	8,17	73,99	7,90	5,99	1.265,54	166,93
Amapá	45,26	70,75	2,86	5,83	10,70	0,79	0,24	136,44	203,78
Tocantins	115,18	222,59	9,20	9,94	16,97	12,54	0,48	386,90	279,67
Nordeste	3.649,25	6.817,66	481,40	109,25	513,98	147,50	20,87	11.739,91	221,17
Maranhão	519,44	636,88	42,73	9,16	58,90	15,38	2,76	1.285,26	195,48
Piauí	274,19	419,27	27,63	8,21	24,91	10,05	1,20	765,47	245,47
Ceará	527,15	1.045,29	94,34	12,84	66,33	43,63	3,00	1.792,58	212,08
Rio Grande do Norte	232,95	442,57	40,55	9,05	24,44	5,15	1,20	755,90	238,60
Paraíba	329,34	502,34	40,12	12,17	28,31	7,83	2,52	922,63	244,96
Pernambuco	540,64	1.235,07	80,45	15,05	122,73	13,31	1,68	2.008,94	228,38
Alagoas	217,96	435,99	25,39	11,86	47,88	2,43	0,65	742,16	237,83
Sergipe	145,58	303,59	21,91	8,21	16,03	2,55	0,71	498,58	241,09
Bahia	861,99	1.796,65	108,28	22,71	124,47	47,16	7,15	2.968,40	211,77
Sudeste	3.114,66	10.984,51	1.435,46	64,09	556,22	188,72	21,45	16.365,12	203,64
Minas Gerais	1.086,40	2.440,14	260,35	18,08	154,27	30,74	5,82	3.995,79	203,89
Espírito Santo	170,14	437,12	54,50	3,40	29,37	12,17	1,08	707,78	201,36
Rio de Janeiro	545,39	2.134,66	157,81	14,94	122,25	60,96	4,25	3.040,26	190,14
São Paulo	1.312,73	5.972,59	962,81	27,68	250,33	84,86	10,30	8.621,30	208,94
Sul	1.224,20	3.893,80	383,80	47,34	155,75	51,58	7,13	5.763,60	210,45
Paraná	499,78	1.575,61	156,64	16,82	58,08	28,94	1,49	2.337,37	223,79
Santa Catarina	330,83	883,04	101,03	15,63	35,88	13,14	1,96	1.381,51	221,10
Rio Grande do Sul	393,58	1.435,14	126,13	14,89	61,80	9,49	3,68	2.044,72	191,20
Centro-Oeste	703,77	1.818,92	186,07	33,99	122,94	22,62	3,36	2.891,66	205,69
Mato Grosso do Sul	141,24	377,50	30,74	19,90	24,62	2,48	0,72	597,20	243,85
Mato Grosso	195,01	350,42	31,67	7,04	30,17	4,57	0,86	619,74	204,19
Goiás	302,17	717,10	77,34	5,76	51,64	11,99	1,78	1.167,77	194,51
Distrito Federal	65,34	373,91	46,32	1,28	16,51	3,58	-	506,95	197,24

Fonte: Elaborada pela autora, com base nos dados do Ministério da Saúde/Saúde com transparência – SUS e IBGE/população residente.

2 Os blocos de atenção básica e média e alta complexidade receberam quase 90% do total transferido aos estados por meio das transferências fundo a fundo. Na atenção básica, são realizadas principalmente consulta médica, consulta odontológica, consulta de agente comunitário ou de parteira, consulta de outros profissionais de saúde (fonoaudiólogos, psicólogos, etc.), e outros procedimentos de baixa complexidade. No bloco de média e alta complexidade, são incluídos procedimentos como internação hospitalar, cirurgia em ambulatório, quimioterapia, radioterapia, hemodiálise, hemoterapia, gesso ou imobilização.



Gráfico 3 – Distribuição de Médicos do SUS (por mil habitantes), Brasil, Regiões e Estados – 2010

Fonte: Elaborado pela autora, com base nos dados do DATASUS/Ministério da Saúde/Cadastro Nacional de Estabelecimentos da Saúde (CNES) e IBGE/ população residente.

uma menor necessidade de internação da região Sudeste, devido à maior oferta de médicos e da melhor distribuição de postos de atendimento. Por outro lado, regiões mais pobres podem ter maior necessidade de leitos hospitalares em decorrência do baixo acesso a cuidados primários. Castro, Travassos e Carvalho (2005) entendem que a relação inversa entre admissões hospitalares e o número de médicos é uma evidência de que o cuidado ambulatorial influencia o uso do hospital no Brasil. Esse fato pode explicar, por exemplo, a maior proporção de leitos hospitalares em alguns estados do Nordeste (Gráfico 4).

3. Sugestão para alocação equitativa da distribuição inter-regional dos recursos do SUS

O critério de alocação per capita das transferências fundo a fundo não pode ser considerado equitativo, na medida em que não captura diferenças nas necessidades de utilização dos serviços de saúde entre populações de diferentes áreas geográficas. De acordo com texto do Ipea (2012, p. 7), “a atuação do Estado na área de saúde se mostra com desequilíbrio regional, desfavorecendo as regiões menos desenvolvidas do país”. Para reduzir a desconcentração regional dos

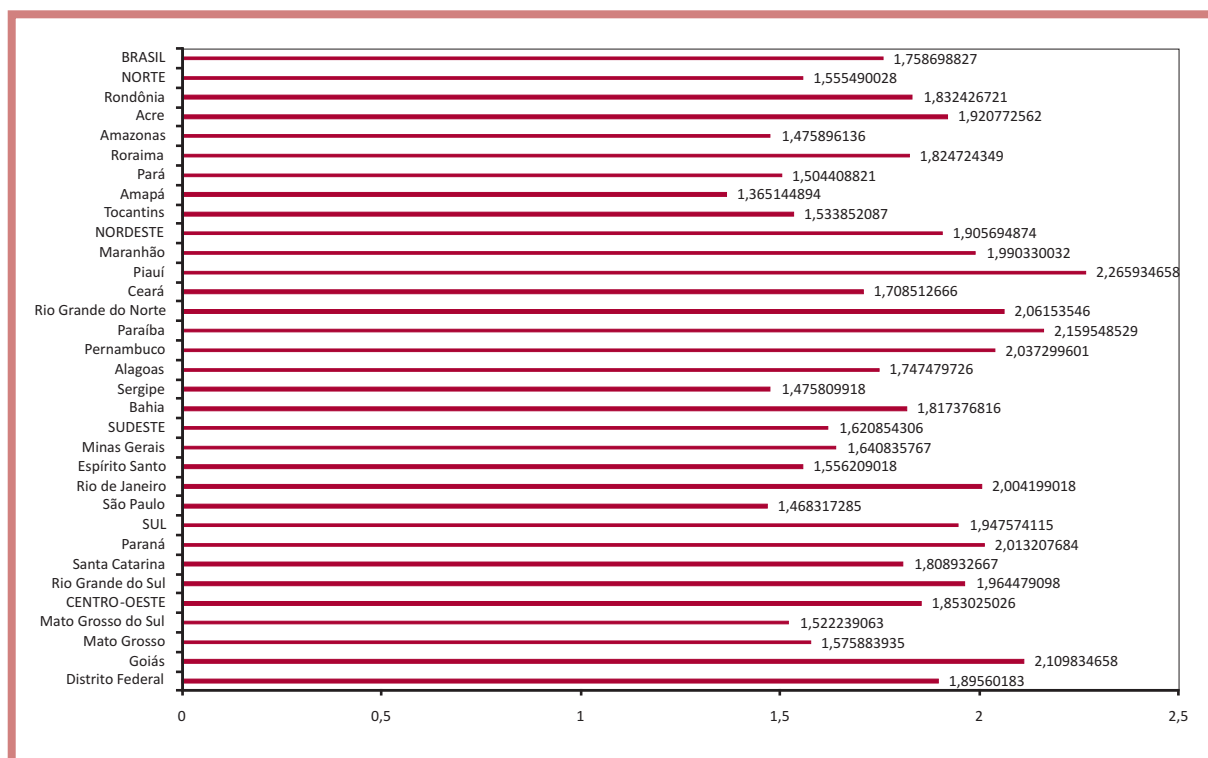


Gráfico 4 – Distribuição de Leitos Hospitalares do SUS (por mil habitantes), Brasil, Regiões e Estados – 2010

Fonte: Elaborado pela autora, com base em dados do DATASUS/Ministério da Saúde/Cadastro Nacional de Estabelecimentos da Saúde (CNES) e IBGE/população residente.

serviços de saúde, sugere-se a incorporação de critérios que levem em conta necessidades de saúde como medida de repartição dos recursos do SUS.

Há, basicamente, dois modelos para alocação equitativa de recursos financeiros nos sistemas de saúde. O primeiro baseia-se na metodologia RAWP (Resource Allocation Working Party), que utiliza como indicador de necessidade a mortalidade geral na faixa etária de 0 a 64 anos, padronizada por idade e sexo. A segunda baseia-se no modelo de demanda dos serviços de saúde de Carr-Hill et al (1994). De acordo com esse modelo, o uso dos serviços de saúde é uma função das necessidades da população e das características da oferta de serviços. Essas duas meto-

dologias têm sido empregadas principalmente no sistema de saúde britânico, em que há algum tempo³ se verifica uma preocupação com a equidade.

Porto (2001) argumenta que devido às desigualdades na distribuição da oferta de serviços de saúde no Brasil, o cálculo de indicadores de alocação de recursos que tomem por base a demanda de serviços de saúde não deve ser um bom modelo para o país. Nesse sentido, recomenda a criação de um indicador específico para o caso brasileiro, que tem como base o modelo de demanda, mas que cria um indicador para estimar as necessidades, tendo como base um conjunto de variáveis que retratem os perfis epidemiológico, demográfico e socioeconômico da população.

3 Principalmente após a Segunda Guerra, com a expansão do *Welfare State*.

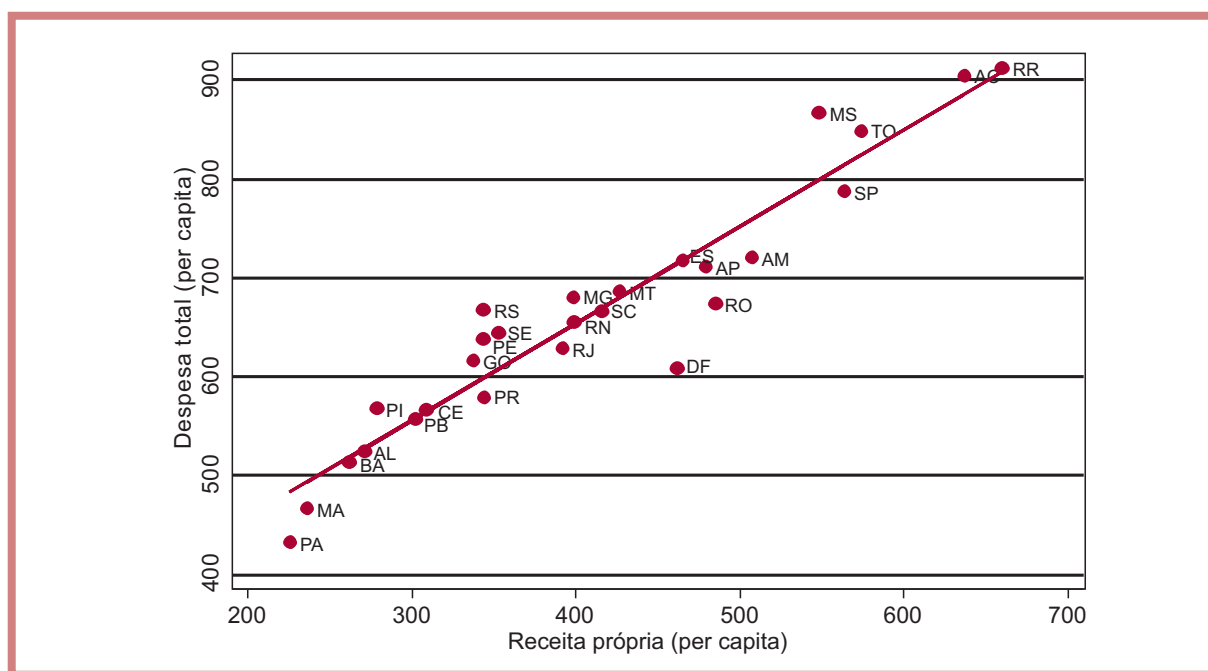


Gráfico 5 – Relação entre Despesa Total (per Capita) com Ações e Serviços de Saúde e Receita Própria per Capita dos Estados, em Reais – 2010

Fonte: DATASUS/SIOPS (Governos Estaduais e Prefeituras Municipais) e IBGE/população residente.

De acordo com Nunes (2004), essas metodologias têm por objetivo central melhorar a distribuição de recursos com base tão-somente em critérios de repasse per capita. Nesse sentido, sugere que, adicionalmente aos critérios de necessidade, seja incorporada uma *proxy* da capacidade de autofinanciamento do município, dada pela receita própria per capita, a qual possibilitaria avaliar a capacidade de autofinanciamento dos municípios. Com base nesse índice, os estados seriam classificados de acordo com as necessidades de cuidados de saúde e com base na capacidade relativa de autofinanciamento.

De fato, a elevada correlação positiva entre a receita própria⁴ per capita e as despesas totais em saúde (0,9807) corrobora a relevância dessa variável como um dos critérios a serem observados para a obtenção de uma medi-

da de redistribuição equitativa dos recursos transferidos pelo SUS. Conforme ilustrado no Gráfico 5, quanto maior for a receita própria do estado, mais elevadas serão as despesas totais em ações e serviços de saúde.

De acordo com Porto et al (2003), a repartição das transferências fundo a fundo, segundo critérios de necessidades relativas, produziria uma transferência de recursos das regiões Sudeste e Sul e do Distrito Federal para as regiões Norte e Nordeste. Em geral, os resultados obtidos por essas metodologias mostram que a substituição de critérios per capita por critérios de necessidades induzem a alocação mais equitativa dos recursos federais, à medida que são realizadas transferências de regiões mais ricas para aquelas com menor capacidade de financiamento.

4 A receita própria dos estados é constituída pelos impostos arrecadados, mais impostos transferidos pela União, menos impostos transferidos para os municípios.

Considerações finais

A adoção de uma metodologia que considere as diferentes necessidades de saúde da população para repartição dos recursos *per capita* do SUS desempenharia importante papel na desconcentração regional da oferta SUS de serviços de saúde, ao contribuir para tornar menos desiguais as despesas totais com ações e serviços de saúde.

Porto et al (2003), no entanto, aponta duas dificuldades para implementação de uma política de repartição mais equitativa dos recursos do SUS. A primeira diz respeito à significativa redução dos recursos de alguns estados, enquanto a segunda se relaciona ao fato de que o aumento dos recursos de áreas onde há pouca oferta de serviços de saúde certamente resultaria em alocações ineficientes, já que os estados receberiam os recursos, mas não teriam como aplicá-los em sua totalidade.

Para implementar uma política distributiva sem reduzir os recursos dos demais estados, os autores sugerem um aumento nos recursos do Ministério da Saúde. Essa medida possibili-

taria outorgar os aumentos definidos pela alocação segundo necessidades relativas, sem reduzir os recursos destinados aos demais estados. Pode-se inferir, portanto, que o corte de R\$ 5,5 bilhões no orçamento do Ministério da Saúde para 2012 deverá induzir a um aumento das desigualdades regionais, haja vista que estados mais pobres sofrem maior dependência das transferências da União.

Ressalte-se, ainda, que a repartição equitativa dos recursos deve ser acompanhada de investimentos em programas que tenham como objetivo equilibrar a oferta de serviços de saúde entre regiões. Nesse caso, a ampliação de ações como aquelas realizadas no âmbito do Programa Saúde da Família (PSF), que tem como foco a extensão da cobertura para áreas com cobertura insuficiente ou ausente, torna-se fundamental para a universalização da atenção básica de estados do Nordeste e, portanto, para a redução da necessidade de cuidados de média e alta complexidade, devido ao acesso a cuidados preventivos.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o financiamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 19 set. 1990. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/ccivil/leis/l8080.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2012a.

_____. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 28 dez. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8142.htm> Acesso em: 15 fev. 2012b.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Saúde com transparência: SUS**. Disponível em: <[BNB Conjuntura Econômica, Fortaleza, n. 32, Jan. - Mar. 2012](http://</p></div><div data-bbox=)

aplicacao.saude.gov.br/portaltransparencia/index.jsf>. Acesso em: 08 fev. 2012c.

_____. Norma operacional de assistência à saúde (NOAS), SUS 01/2001. **Portaria nº. 95 GM/MS**, de 26 de janeiro de 2001. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Noas%2001%20de%202001.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012d.

_____. Norma operacional de assistência à saúde (NOAS), SUS 01/2002. **Portaria nº. 373 GM/MS**, de 27 de fevereiro de 2002. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/NOAS%2001%20de%202002.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012e.

_____. Norma Operacional Básica (NOB), SUS 01/91. **Resolução INAMPS n.º 258**, de 07/01/91. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Resolucao%20258_07_01_1991.pdf>. Acesso: 17 fev. 2012f.

_____. Norma Operacional Básica (NOB), SUS 01/92. **Portaria nº. 234**, da Secretaria Nacional de Assistência à Saúde/MS. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Portaria%20234_07_02_1992.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2012g.

_____. Norma Operacional Básica (NOB), SUS 01/93. **Portaria nº. 545 GM/MS**, de 20 de maio de 1993. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Portaria%20545_20_05_1993.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2012h.

_____. Norma Operacional Básica (NOB), SUS 01/93. **Portaria nº. 1742 GM/MS**, de 30 de agosto de 1996. Disponível em: <<http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/NOB%2096.pdf>>. Acesso em: 17 fev. 2012i.

CARR-HILL, R. A.; et al. **A formula for distributing NHS revenues based on small area use**

of hospital beds. Centre for Health Economics, University of York, 1994.

CASTRO, M. S. M.; TRAVASSOS, C.; CARVALHO, M. S. Efeito da oferta de serviços de saúde no uso de internações hospitalares no Brasil. **Revista de Saúde Pública**, v. 39, n. 2, p. 277-84, 2005.

INGLATERRA. Department of health and social security. **Report of the resource allocation working party (RAWP)**. Londres, 1976.

IPEA. **Presença do Estado no Brasil**. Brasília: Ipea, 2012. (Comunicados do Ipea, 129) Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/comunicado/120110_comunicadoipea129.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

MENDES, M.; MIRANDA, R.; COSIO, F. B.; **Transferências intergovernamentais no Brasil: diagnóstico e proposta de reforma**. (Texto para discussão do Senado Federal, 40). Brasília: Senado Federal, 2008. Disponível em: <http://www.senado.gov.br/senado/conleg/textos_discussao/TD40-MarcosMendes_RogérioBoueri_FernandoB.Cosio.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

NUNES, A. **A alocação equitativa interregional de recursos públicos federais do SUS: a receita própria do município como variável moderadora**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://siops.datasus.gov.br/Documentacao/Aloc_Equitativa_SIOPS.pdf>. Acesso em: 15 fev. 2012.

PORTO, S. M. Avaliação de uma metodologia de alocação de recursos financeiros do setor saúde para aplicação no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 3, p. 1393-1404, 2007.

_____. Avanços e problemas no financiamento da saúde pública no Brasil (1967-

2006). **Revista de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 40, n. 4, p. 576-578, 2006.

_____. Equidad y distribución geográfica de recursos financieros en los sistemas de salud. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, n. 4, p. 939-957, 2002.

PORTO, S. M.; et al. Alocação equitativa de recursos financeiros: uma alternativa para o

caso brasileiro. **Saúde em Debate**, Rio de Janeiro, v. 27, n. 65, p. 376-388, 2003.

_____. **Metodologia de alocação de recursos financeiros federais do SUS**. Rio de Janeiro: ENSP/FIOCRUZ, 2001. Relatório final de projeto REFORSUS.

2 - SÍNTESE E EXPECTATIVAS

2.1 - Resumo Executivo

A exemplo da economia mundial, cujas taxas de crescimento declinaram entre 2010 (5,9%) e 2011(3,9%), o Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil também experimentou queda no biênio: de 7,5%, em 2010, a expansão caiu para 2,7%, em 2011. Dessa maneira, o PIB nacional, a preços de mercado, alcançou, em 2011, R\$ 4.143 bilhões.

O processo de desaceleração da economia brasileira em 2011 só não foi mais acentuado em virtude do dinamismo da demanda interna. O desempenho satisfatório da variável consumo das famílias deveu-se ao aumento da massa salarial e da oferta de crédito, apesar das medidas macroprudenciais de restrição creditícia adotadas no final de 2010, e do ciclo de altas da Selic finalizado em agosto de 2011.

O cenário para a expansão do crédito permanece favorável em 2012, após a decisão dos bancos públicos de reduzir as taxas de juros das suas principais linhas de financiamento para pessoas físicas e empresas. Essa redução, seguida por parcela representativa da banca privada, traz melhorias para a sociedade: amplia o acesso ao crédito, dinamiza a economia, pelo aumento do consumo e do investimento e contribui para redução da inadimplência, entre outros benefícios.

No Nordeste, o nível de expansão das operações de crédito continua superando o das demais regiões brasileiras, comportamento que se repete há quase dois anos. Cumpre ressaltar que o incremento na captação dos depósitos e das operações de crédito dos bancos públicos permanece acima da registrada pelos bancos privados. Vale lembrar ainda que os bancos oficiais que operam no Nordeste detêm cerca de dois terços do saldo

dessas duas variáveis, numa demonstração de que bancos públicos desempenham papel fundamental no processo de intermediação financeira na região.

Saliente-se que a expansão do sistema bancário brasileiro e o conseqüente aumento da exposição aos riscos inerentes à atividade bancária foram acompanhados pelo crescimento da base de capital, principalmente em decorrência da incorporação de lucros e da captação de dívidas subordinadas. Assim, os indicadores relevantes de estabilidade financeira do sistema bancário nacional mostram-se robustos, situando-se numa zona confortável, com destaque para os índices de Basileia e de liquidez e para a capacidade de solvência.

A expansão do crédito é sustentada, em grande parte, pelo dinamismo do mercado de trabalho. De acordo com a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), realizada pelo IBGE, a taxa de desemprego no Brasil (6,2%) foi a menor da série para o mês de março. Adicionalmente, o rendimento médio real da população das seis regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE (Porto Alegre, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador e Recife) cresceu 5,6% em comparação com março/2011, sendo estimado em R\$ 1.728,40.

O corte regional revela que nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, as taxas

de desemprego foram de 6,2% e 8,1%, respectivamente, também, as menores da série para o mês de março. No caso de Recife, a taxa foi exatamente igual à média nacional. Desde o início da PME, com a nova metodologia, em todos os meses de março, excetuando 2004, Recife revela taxa de desemprego superior à nacional.

Na região metropolitana de Salvador, o rendimento médio real habitual alcançou R\$1.482,90, alta de 18% sobre o registrado em março/2011. Na área de Recife ficou em R\$ 1.205,80, incremento de 4,4% na mesma base de comparação.

Entretanto, a expansão do consumo no Brasil não beneficiou adicionalmente a produção industrial. De fato, a indústria de transformação brasileira ficou praticamente estagnada em 2011, enquanto as importações de manufaturas cresceram substancialmente. No início de 2012, o cenário permanece o mesmo, com a atividade industrial tendo decrescido 3% no acumulado do primeiro trimestre.

Em face desse desequilíbrio, o governo anunciou recentemente um conjunto de medidas para fortalecer a indústria nacional, abrangendo a ampliação do crédito de longo prazo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a postergação de pagamento de impostos para setores mais vulneráveis à concorrência, medidas de defesa comercial e a desoneração da folha de salários.

No plano regional, o primeiro trimestre de 2012 revelou que a economia nordestina teve melhor desempenho que a brasileira. No acumulado janeiro-março, o Nordeste apresentou crescimento de 4%. Ainda assim, a região registra decréscimo de 2,1% no acumulado dos últimos 12 meses. A queda

da produção está relacionada com os setores afetados pelo câmbio apreciado e pela intensificação da concorrência internacional.

Há expectativa de que as medidas adotadas pelo governo possam beneficiar tanto as atividades já consolidadas na matriz industrial nordestina (têxtil, calçados e vestuário) como aquelas em processo de expansão na região, caso de veículos automotores.

Em relação aos investimentos do setor público, constata-se que as inversões das empresas estatais totalizam R\$ 107 bilhões em 2012. Desse volume, 18,3% (R\$ 19,6 bilhões) são alocados no Nordeste. O estado de Pernambuco centraliza 50,4% desses investimentos, com a seguinte distribuição: R\$ 8,6 bilhões para a refinaria em construção (R\$ 8,6 bilhões); R\$ 948 milhões para o complexo de poliéster e resina PET em Ipojuca e R\$ 258 milhões para a indústria de homoderivados e biotecnologia.

No plano internacional, continuam as pressões no sentido de valorização da moeda nacional, acentuada pela forte expansão monetária promovida pelo Federal Reserve e pelos fluxos significativos oriundos de investimento direto estrangeiro no Brasil, os quais atingiram a impressionante cifra de US\$ 20,3 bilhões no primeiro trimestre de 2012. Cabe ressaltar, no entanto, que graças à atuação do Banco Central, inclusive na redução da taxa Selic, nos últimos dois meses e meio tem se verificado uma desvalorização da moeda brasileira, quase atingindo a proporção de dois reais por dólar na primeira quinzena de maio¹.

Nesse contexto, a expansão do fluxo de comércio brasileiro, no primeiro trimestre de 2012, foi de 8,4% comparativamente a igual período de 2011. Foram exportados US\$ 55,1

1 Note-se que entre março e a primeira quinzena de maio a desvalorização do real frente ao dólar americano chegou a cerca de 15%.

bilhões e importados US\$ 52,6 bilhões, o que corresponde a incrementos de 7,5 % e 9,5%, respectivamente, em relação ao período de janeiro a março de 2011.

Esse desempenho ocorreu apesar do recuo dos preços de exportação dos setores de agricultura e pecuária (-3%) e das *commodities* metálicas (-12,3%). No primeiro trimestre, os preços dos produtos básicos caíram 2,1% em relação aos três primeiros meses de 2011 (ocasião em que as *commodities* apresentavam elevado nível de preço), segundo números da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (Funcex).

A análise regional revela que, no Nordeste, o crescimento das vendas externas foi proporcionalmente superior ao observado no Brasil como um todo. As exportações totalizaram US\$ 4,8 bilhões, 23,5% superiores às obtidas nos três meses iniciais de 2011. Já as importações (US\$ 6,3 bilhões) cresceram 43,9%. Dessa forma, a região apresentou no período janeiro-março de 2012, um déficit comercial de US\$ 1,4 bilhão.

A pauta de exportações nordestina permaneceu concentrada espacialmente e em termos de produto. Destaque para uma novidade nas exportações: o estaleiro Atlântico Sul S/A, com o produto plataformas de perfuração/exploração flutuantes, conseguiu divisas da ordem de US\$ 404,8 milhões, o que le-

vou Pernambuco a desbancar o Maranhão do posto de segundo maior exportador regional.

No âmbito da agricultura, de acordo com o sétimo levantamento de safra 2011/12 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), a produção brasileira de grãos deverá sofrer decréscimo de 2,2%. Nos principais estados produtores, as condições climáticas não foram propícias para o bom desenvolvimento das culturas. O cultivo de soja e feijão, por exemplo, acusa perdas de 12,9% e 2,6%, respectivamente, frente à safra 2010/2011. Todavia, as culturas de café, milho, cana e algodão registram acréscimo de, respectivamente, até 20,2%, 13,5%, 5,4% e 2,2% em relação à safra 2010/2011.

No Nordeste, prevê-se acréscimo de 2,3% na área cultivada de grãos e de 1,8% na produção, com altas de 17,3% e 11,2% nas culturas de café e feijão em relação à safra de 2010/2011. O plantio na região ainda está em andamento, de maneira que as áreas não estão definidas. Devido à seca que ora assola a região nordestina, com mais de 500 municípios em situação de emergência, estima-se que os números expressos no sétimo levantamento da Conab estejam superestimando a safra nacional e, em particular a nordestina. Reflexos da estiagem já se fizeram sentir no aumento de preços de alimentos, especialmente do feijão.

2.2 - Expectativas

O Fundo Monetário Nacional (FMI) projeta crescimento mundial de 3,5% para 2012, previsão ligeiramente superior à divulgada em janeiro (3,2%) em virtude do desempenho melhor que o esperado da economia norte-americana no quarto trimestre de 2011. Ainda assim, permanece o cenário de incertezas, particularmente no que toca às medidas a serem tomadas referentes ao futuro das dívidas soberanas dos países da Zona Euro, onde se espera declínio de 0,3% do PIB.

Para 2013, o FMI aguarda uma lenta recuperação da economia mundial, ainda sujeita a riscos de declínio e, possivelmente, aumento do PIB mundial em torno de 4%.

As previsões nacionais sobre a expansão do PIB brasileiro permanecem mais auspiciosas que as do FMI. O Ipea indicou em março de 2012, um crescimento de 3,5%, índice um pouco acima da prevista pelo relatório Focus, do Banco Central (3,22%). Por sua vez, a equipe de conjuntura econômica do BNB-Etene aponta um crescimento de 3,3% para o Brasil e de 3,7% para a região Nordeste, taxa esta ligeiramente superior à estimada para 2011 (3,4%).

Nesse contexto antecipa-se o aumento dos rendimentos médios recebidos pelos trabalhadores. Esse fato e a redução dos juros bancários poderão implicar aumento do consumo das famílias o que, por consequência, poderá elevar a taxa de ocupação e reduzir a taxa de desemprego para cerca de 5,7%. Projeta-se uma expansão entre 5% e 7% para o comércio regional em 2012.

Quanto ao crédito, o crescimento das operações deverá manter-se elevado no país, em 2012, girando em volta dos 18%², pelo fato de a confiança dos consumidores continuar alta e a expectativa da atividade doméstica permanecer favorável, pelas transferências públicas e pelo vigor do mercado de trabalho. Acrescente-se a esse quadro, ainda, o processo de redução das taxas de juros, iniciado pelos bancos públicos e seguido por parcela representativa dos bancos privados, com repercussão positiva sobre toda a economia. Na esteira da redução dos juros, o Governo Federal determinou mudanças no rendimento da caderneta de poupança, que passa a vigorar

somente para as novas contas, as quais serão remuneradas com 70% da taxa Selic mais TR. Essa mudança possibilita novas reduções na taxa de juros e manter a atratividade dos títulos do governo.

Também no Nordeste, a taxa de expansão das operações de crédito deverá manter-se elevada, como tem acontecido nos dois últimos anos. A estimativa é de que alcance a marca dos 25%, em 2012, refletindo o bom desempenho da economia regional, cujo desempenho deverá superar a média nacional, segundo a equipe de conjuntura do BNB/Etene.

Por outro lado, é provável que, num primeiro momento, a participação dos bancos oficiais aumente ainda mais no Nordeste, já que lhes coube a iniciativa de reduzir os juros em um conjunto representativo das operações de crédito. Ademais, a repercussão da queda dos juros sobre a economia nordestina certamente será mais acentuada do que no Sul e Sudeste, por causa do maior peso dos bancos oficiais no Nordeste, comparativamente às citadas regiões.

No tocante ao câmbio, variável fundamental para o desempenho do comércio exterior, a expectativa é de continuidade da pressão sobre a valorização da moeda nacional, muito embora seja possível observar-se a sustentação da recente desvalorização do real devido à atuação sistemática do Banco Central.

A referida pressão sobre a valorização cambial já pode ser antecipada pelo forte influxo de capitais registrado no balanço de pagamentos nacional, no primeiro trimestre de 2012. No período, o investimento direto líquido alcançou o montante de US\$ 20,3 bilhões. De fato, o mercado, como informa o relatório

2 Saldo das operações de crédito, referente ao mês de dezembro de 2012 frente ao mesmo período do ano anterior.

Focus, de 27/4/2012, antecipa a taxa cambial de R\$1,84/US\$ 1,00 para dezembro de 2012.

Ainda para 2012, a expectativa é de que os termos de troca (relação entre os preços dos produtos exportados e importados) da balança comercial nordestina sejam inferiores aos de 2011. Em 2010 e 2011, os termos de troca sofreram alta em virtude do aumento dos preços internacionais das *commodities*. Antecipa-se uma redução no patamar de preço das *commodities*, à exceção da soja, cuja safra foi prejudicada pela estiagem no Nordeste. E, como a pauta de importação do Nordeste está fortemente concentrada em combustíveis e lubrificantes, a região deve perder poder de compra no mercado internacional.

A estimativa para valores exportados e importados pelo Nordeste em 2012 constitui tarefa difícil, já que 14,7% do total das exportações e 41,3% das importações da região resultam da atuação da Petrobras no mercado internacional. Ainda assim, a equipe BNB Conjuntura Econômica projeta exportações da ordem de US\$ 21 bilhões e importações de US\$ 26 bilhões.

No que toca à agricultura e pecuária, vale ressaltar as ações do Governo Federal para minimizar os efeitos da seca no Nordeste em 2012. No início de maio, o Conselho Monetário Nacional (CMN) criou uma linha de crédito especial para agricultores familiares afetados pela seca em municípios localizados na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), que decretaram situação de emergência ou estado de calamidade pública desde 01/12/2011.

A nova linha de crédito será operacionalizada apenas pelo Banco do Nordeste, valendo para os agricultores familiares adimplentes. O limite de crédito por agricultor é de R\$ 12 mil, com prazo de até 10 anos para pagamento, com três de carência, e taxa de juros de 1% ao ano. O agricultor conta, ainda, com um bônus de desconto de 40% sobre as parcelas de financiamento pagas em dia.

Nesta que é considerada a pior seca das últimas quatro décadas, o Governo Federal garantiu aporte que libera antecipadamente R\$ 704,4 milhões através da Medida Provisória 566/2012. Desse total, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) utilizará R\$ 281,8 milhões para o programa Garantia Safra, beneficiando 735 mil agricultores familiares que sofreram perdas na safra 2011/2012 (R\$ 680,00 por produtor familiar, em cinco parcelas).

O Ministério da Integração Nacional receberá R\$ 424,6 milhões, dos quais R\$ 224,6 milhões para financiar ações de atendimento às vítimas da estiagem no semiárido nordestino, incluindo abastecimento de água para consumo. Os R\$ 200 milhões restantes serão repassados para agricultores não contemplados pelo Garantia Safra, mas amparados pela concessão de Auxílio Emergencial Financeiro (agricultores afetados pela seca com renda familiar de até dois salários mínimos).

Espera-se que essas medidas melhorem a convivência dos agricultores familiares com a seca, bem como possibilitem a manutenção do rebanho nas áreas mais fortemente afetadas pela estiagem.

Tabela 1 – Principais Indicadores Econômicos – Nordeste e Brasil: Acumulado de Janeiro a Março de 2012 – Índice Comparativo: acumulado do Ano (base: igual período do ano anterior=100)

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%): 2012/igual período de 2011	Brasil	Δ (%): 2012/ igual perío- do de 2011
Agricultura¹						
Estimativa produção grãos	Janeiro a Março	Mil t	16.288	1,8	159.205	-2,2
Estimativa área plantada grãos	Janeiro a Março	mil ha	8.951	2,3	52.291	4,8
Estimativa produtividade grãos	Janeiro a Março	Kg/ha	1.820	-0,4	3.045	-6,7
Indústria²						
Produção física industrial	Março	Percentual	104,0	4,0	97,1	-3,0
Pessoal ocupado assalariado	Março	Percentual	98,6	-1,4	99,2	-0,8
Número de horas pagas na indústria	Março	Percentual	99,5	-0,5	98,8	-1,2
Folha de pagamento real na indústria	Março	Percentual	107,2	7,2	104,6	4,6
Comércio³						
Comércio varejista volume de vendas	Fevereiro	Percentual	-	-	96,1	9,6
Comércio varejista ampliado vol. de vendas	Fevereiro	Percentual	-	-	92,9	2,5
Comércio Exterior (F.O.B)						
Exportações	Janeiro a Março	US\$ milhões	1.403	-3,7	20.911	8,4
Importações	Janeiro a Março	US\$ milhões	2.429	34,3	18.892	6,5
Corrente de comércio (exportações mais importações)	Janeiro a Março	US\$ milhões	3.831	17,3	39.803	7,5
Saldo da balança comercial (exportações menos importações)	Janeiro a Março	US\$ milhões	-1.026	191,2	2.019	29,9
Crédito⁴						
Saldo líquido das operações de crédito - SISBACEN	Fevereiro	R\$ milhões	125.488	13,4	1.773.233	14,2
Saldo dos depósitos bancários - SISBACEN	Fevereiro	R\$ milhões	155.749	8,0	2.848.543	7,7
Saldo líquido das operações de crédito do BNB (inclui o FNE) ⁵	Janeiro a Março	R\$ milhões	40.120	4,4	44.780	2,9
Saldo das contratações do BNB - Recursos FNE ⁵	Janeiro a Março	R\$ milhões	1.219	-54,6	-	-
Saldo das contratações do BNB - Recursos PRONAF ⁵	Janeiro a Março	R\$ milhões	316	14,3	-	-
Finanças Públicas						
Arrecadação de impostos federais ⁶	Janeiro a Março	R\$ milhões	11.995	12,1	187.964	9,1
Arrecadação de ICMS ⁶	Janeiro a Março	R\$ milhões	12.184	8,3	74.787	2,5
Emprego						
Saldo emprego formal na indústria	Janeiro a Março	Unidade	-52.992	31,9	59.202	-56,5
Saldo emprego formal na const.civil	Janeiro a Março	Unidade	10.309	220,6	105.945	57,2
Saldo emprego formal no comércio	Janeiro a Março	Unidade	-6.730	178,4	-36.578	-703,4
Saldo emprego formal nos serviços	Janeiro a Março	Unidade	27.494	5,2	257.863	-9,9

(continua)

Tabela 1 – Principais Indicadores Econômicos – Nordeste e Brasil: Acumulado de Janeiro a Março de 2012 – Índice Comparativo: acumulado do Ano (base: igual período do ano anterior=100)

(conclusão)

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Δ (%): 2012/igual período de 2011	Brasil	Δ (%): 2012/ igual período de 2011
Saldo emprego formal agrop.extra.veg. caça pesca	Janeiro a Março	Unidade	-14.796	54,2	-5.191	-112,8
Saldo total do emprego formal	Janeiro a Março	Unidade	381.241	60,5	381.241	-27,5
Taxa média de desocupação em Recife ⁷	Janeiro a Março	Percentual	6,20	-1,4	-	-
Taxa média de desocupação em Salvador ⁷	Janeiro a Março	Percentual	8,10	-2,4	-	-
Taxa média de desocupação no Brasil ⁷	Janeiro a Março	Percentual	-	-	6,20	-0,3

Fontes:

A: Agricultura - CONAB/Levantamento: Dezembro/2011.

(1): Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girasol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

B: Indústria - IBGE: A) Pesquisa Industrial Mensal Emprego e Salário (PIMES) e B) Pesquisa Industrial Mensal - Produção Física (PIM-PF).

(2): Dados divulgados pela fonte na forma de número-índice.

C: Comércio - IBGE: Pesquisa Mensal de Comércio (PMC).

(3): Dados divulgados pela fonte na forma de número-índice. Esta pesquisa não divulga dados no plano regional.

D: Comércio Exterior - MDIC/Estatísticas do Comércio Exterior/Balança Comercial Brasileira: dados consolidados e por unidades da federação.

E: Crédito - A) SISBACEN e B) BNB: Sistema de Demonstrações Financeiras (S440) e Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

(4): Os saldos acumulados dos meses em 2011 foram corrigidos para valores dos mesmos meses em 2012 pelo IGP-DI a fim de se calcular a variação real dos indicadores entre 2012 e 2011.

(5): Além dos estados nordestinos, as contratações de crédito incluem operações na região norte de Minas Gerais e do Espírito Santo por integrarem a área de atuação do Banco do Nordeste do Brasil.

F: Finanças Públicas - A) Receita Federal do Brasil/Sistema DW-Arrecadação (Impostos Federais) e B) Secretaria de Fazenda, Finanças ou Tributação (ICMS).

(6): A arrecadação acumulada em março de 2011 foi corrigida para valores de março de 2012 pelo IGP-DI a fim de se calcular a variação real do montante arrecadado em 2011 e em 2012. Excluída receita previdenciária.

G: Emprego - MTE: A) Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED) e B) IBGE: Pesquisa Mensal do Emprego (PME).

(7): Variação interanual expressa em pontos percentuais.

H: Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna (IGP-DI) - Fundação Getúlio Vargas (FVG).

Elaboração: Equipes da elaboração da Conjuntura Trimestral e da Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do BNB/ETENE.

3 - NÍVEL DE ATIVIDADE

3.1 - Produto Interno Bruto

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro registrou um crescimento de 2,7% em 2011, bem abaixo do resultado observado em 2010. Esse desempenho reflete todo um processo de desaceleração das taxas de incremento nas comparações interanuais. O indicador mensal (1,4%) registra alta inferior à acumulada no ano (2,7%). Já a ponta da série (trimestre/mesmo trimestre do ano anterior) apresenta aumento de 0,3%, após experimentar variação negativa no terceiro trimestre nessa mesma base de comparação.

De acordo com o Banco Central, a atividade econômica permanece retraída no início de 2012. O Índice de Atividade Econômica (IBC-BR) assinalou uma queda de 0,23% em fevereiro comparativamente a janeiro, após registrar recuo de 0,18% em janeiro nessa base de comparação.

No que tange à oferta, a agropecuária (3,9%) apresentou incremento positivo, em

2011, sendo beneficiada pela expansão dos preços das *commodities* agrícolas. Para 2012, a desaceleração da economia mundial, em particular a queda do ritmo de crescimento da atividade produtiva na China, poderá comprometer o desempenho exportador desse segmento.

Com relação ao setor serviços, a manutenção do dinamismo da demanda foi decisiva

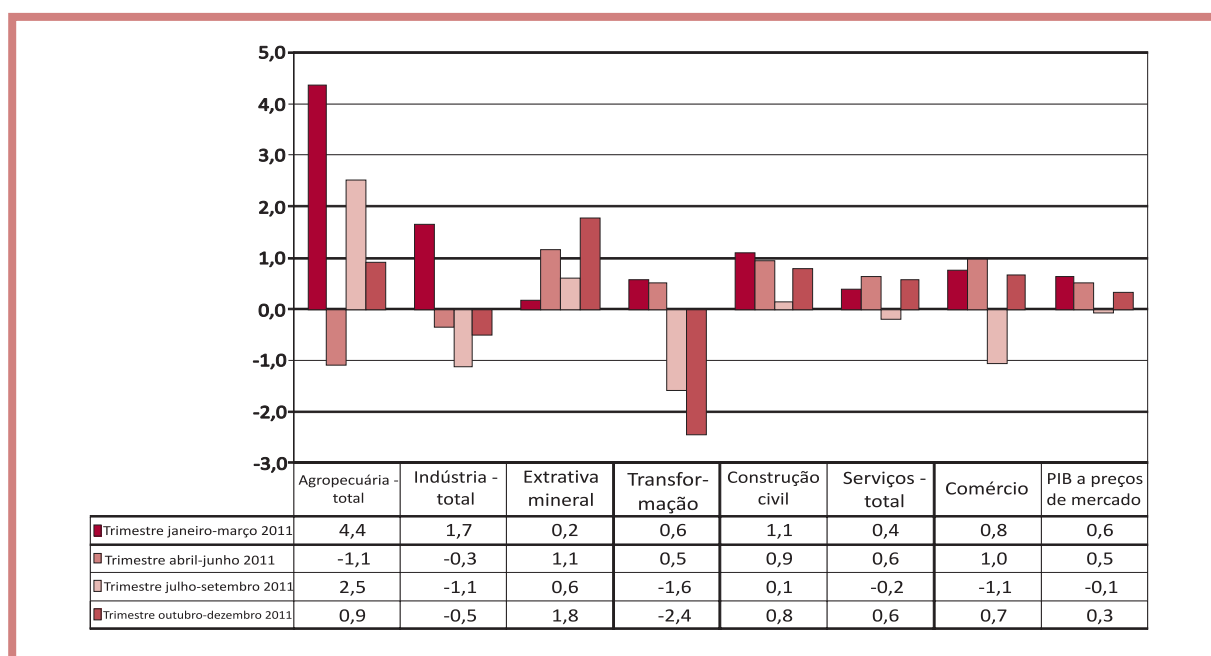


Gráfico 1 – Variação do PIB por Componente de Oferta – Trimestre\ Trimestre Imediatamente Anterior. 1º Trimestre de 2011 a 4º Trimestre de 2011

Fonte: IBGE, 2012e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

para a sua expansão de 2,7%. Entre os sub-setores, destaca-se o comércio que cresceu 3,4%, imprimindo ritmo superior ao da produção industrial (1,6%).

O baixo desempenho do setor industrial está associado à estagnação da indústria de transformação (+0,1%). Dentre os fatores responsáveis por esse resultado, destacam-se a pressão dos importados e o câmbio apreciado. Já os demais segmentos da indústria apresentaram variação positiva, com destaque para a extrativa mineral (3,2%).

Os dados mais recentes da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física – PIM-PF (IBGE, 2012e) revelam a continuidade dessa trajetória, com recuo de 3,4% da atividade industrial no primeiro bimestre de 2011. No plano regional, a indústria nordestina cresceu 6,7% no acumulado dos dois primeiros meses do ano, após queda de 4,7% em 2011.

No tocante à demanda, constata-se que as variáveis vinculadas à demanda doméstica foram cruciais para evitar uma queda maior do PIB do país. O consumo das famílias registrou elevação de 4,1% em 2011, sendo esse o oitavo ano consecutivo de expansão desse componente.

O satisfatório desempenho da variável consumo das famílias deveu-se, principalmente, a fatores como o aumento da massa salarial e da oferta de crédito, apesar das medidas macroprudenciais de restrição do crédito adotadas no final de 2010 e do ciclo de alta da taxa Selic finalizado em agosto de 2011. Em fevereiro de 2012, o saldo de operações de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 2.035 bilhões, ampliando a relação dívida/PIB, de 45,1% em fevereiro de 2010 para 48,8% (BACEN, 2012e).

Esse dinamismo se deve, em grande parte, ao significativo avanço da carteira com

recursos direcionados. O segmento totalizou R\$ 731,5 bilhões em fevereiro, com aumento de 21,4% em relação a idêntico mês do ano anterior. Os financiamentos habitacionais permanecem como o grande destaque nessa carteira.

O cenário para a expansão do crédito permanece favorável, dada a decisão dos bancos públicos de reduzir as taxas de juros das suas principais linhas de financiamento para pessoas físicas e empresas. Como consequência dessa decisão, espera-se que os bancos privados reduzam seus *spreads*. A queda nos juros bancários ocorre num contexto de elevação da taxa de inadimplência no crédito das famílias, que alcançou 7,6% em fevereiro de 2012.

No plano regional, os dados do Banco Central revelam que o saldo das operações de crédito do sistema financeiro no Nordeste alcançou R\$ 236,6 bilhões em fevereiro de 2012, assinalando incremento de 25,4% em 12 meses. Desse total, merecem destaque as operações de crédito para as pessoas físicas, que chegaram a R\$ 125,4 bilhões, com alta de 20,4%.

A expansão do crédito é sustentada, em grande parte, pelo dinamismo do mercado de trabalho. A taxa de desemprego de 5,7% foi a menor da série para um mês de fevereiro. Vale mencionar que, pela primeira vez, Recife assinalou uma taxa de desemprego inferior à média das seis regiões metropolitanas brasileiras pesquisadas (Porto Alegre, São Paulo, Rio, Belo Horizonte, Salvador e Recife). Enquanto isso, Salvador exibe uma taxa de desemprego de 7,8%, a menor para o mês de fevereiro e bem abaixo da registrada em idêntico mês de 2011 (10,3%).

Adicionalmente, a massa de rendimentos real da população das seis regiões metropolitanas investigadas cresceu 4,4% em

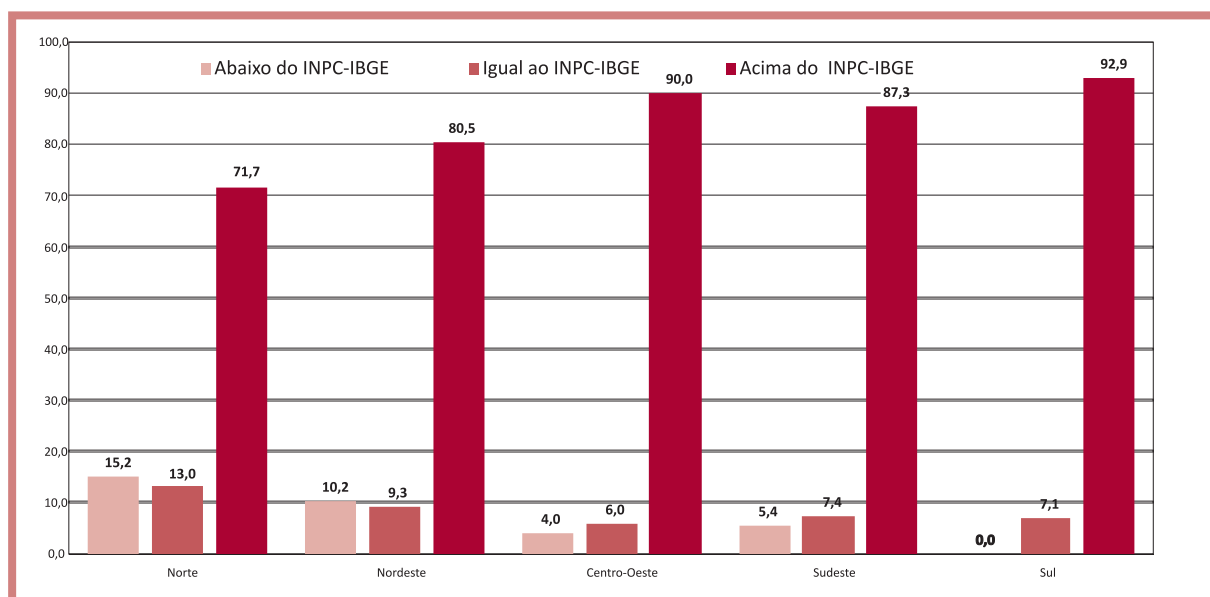


Gráfico 2 – Brasil – Distribuição dos Reajustes Salariais por Região, 2011

Fonte: DIEESE, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

comparação com fevereiro de 2011. Recife e Salvador registraram incrementos de 6,7% e 18,6% respectivamente, ficando bem acima da média. Contribuiu para esse resultado o aumento do poder de compra dos trabalhadores de baixa renda, beneficiados pelo reajuste do salário mínimo. A maioria dos trabalhadores que ganham salário mínimo encontra-se no Nordeste.

Os resultados positivos em termos de negociação salarial foram igualmente determinantes para essa *performance*. As informações divulgadas pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese) revelam que 87% dos reajustes salariais de 702 unidades de negociação, registrados em 2011, incorporaram ganhos reais de salários. A região Nordeste segue o desempenho nacional, com 80,5% dos reajustes superiores à inflação, medida pelo INPC.

A Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) registrou ligeiro incremento de 0,2% na passagem entre o terceiro e o quarto trimestres, após assinalar variação negativa no trimestre

anterior nessa mesma base de comparação. Já no confronto com igual intervalo do ano anterior, constatou-se um aumento de 2%, mantendo a trajetória decrescente das inversões nos últimos trimestres nesse indicador. Em decorrência disso, constata-se um incremento de apenas 4,1% da FBCF no acumulado do ano, bem abaixo dos 21,3% registrados em 2010.

O baixo dinamismo do investimento tem impactado a produção nacional de máquinas e equipamentos. De acordo com a Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF), a produção industrial de bens de capital decresceu 14,6% no primeiro bimestre de 2012, dando sequência ao resultado negativo de 2011. Cinco dos nove subsetores apresentaram variação negativa, com ênfase para os segmentos de bens de capital para o setor de energia elétrica (-31,5%), bens de capital e equipamentos de transporte (-23,3%) e bens de capital peças agrícolas (-20,9%).

Apesar do baixo desempenho do investimento, a expectativa é de aceleração do

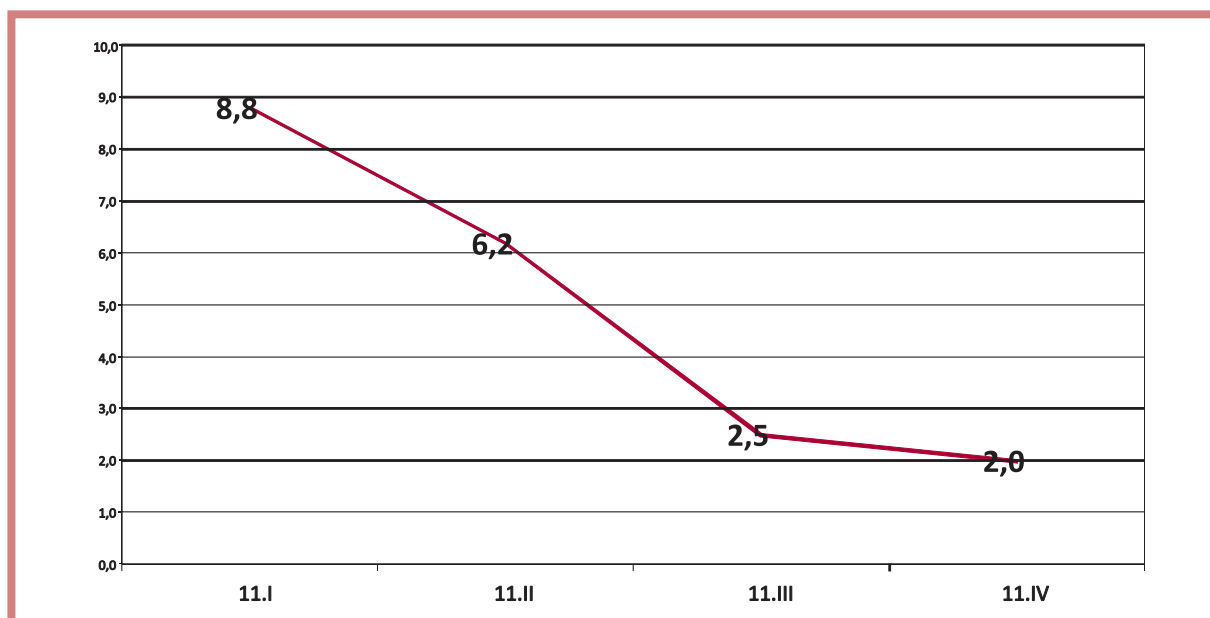


Gráfico 3 – Formação Bruta de Capital Fixo. Trimestre\Mesmo Trimestre do Ano Anterior. 1º Trimestre de 2011 a 4º Trimestre de 2011

Fonte: IBGE, 2012e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

ritmo no segundo semestre, já refletindo as medidas de incentivos recentemente adotadas pelo governo, como a redução das taxas de juros do BNDES nos programas de financiamento para máquinas e equipamentos. O programa BNDES PSI, por exemplo, que financia a aquisição de bens de capital, foi prorrogado até dezembro de 2013, com redução de taxas e ampliação dos prazos (BNDES, 2012).

Na região Nordeste, os investimentos (anunciados e em andamento) em infraestrutura e no setor produtivo continuam significativos, apesar da conjuntura de desaceleração da atividade econômica.

No setor automotivo, por exemplo, a Tac Motors está instalando em Sobral (CE) uma fábrica com capacidade de produção de três mil unidades/ano até 2015. A implantação dar-se-á em duas etapas, com previsão de investimentos de R\$ 203 milhões e geração de 500 empregos diretos e 700 indiretos. A empresa já irá produzir em junho próximo as primeiras unidades do modelo Stark 2.3 para o mercado *off-road* e do Stark IRV para

o mercado de segurança e defesa. Junto com a unidade produtiva, a Tac Motors anuncia a construção de um centro tecnológico, que contará com apoio do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE), da Universidade Vale do Acaraú (UVA) e do Serviço Nacional da Indústria (Senai) (MONTADORA....., 2012).

Na indústria extrativa, o Instituto Brasileiro de Mineração (Ibram) estima que a Bahia receberá R\$ 6,7 bilhões em investimentos no ramo de mineração até 2015. As condições favoráveis de infraestrutura e energia são consideradas decisivas para a implementação de mineradoras no estado. Entre os equipamentos, o instituto destaca a Ferrovia Oeste-Leste e os parques eólicos em fase de construção. Vale mencionar que a produção mineral da Bahia dobrou em três anos, chegando a R\$ 1,7 bilhão em 2010, com 9,3 mil empregos diretos (INVESTIMENTOS.....,2012).

No agronegócio, destaca-se a fase de conclusão de uma biofábrica de mudas vegetais em Sergipe, onde serão produzidos alimen-

tos sem qualquer tipo de pesticida. A estrutura terá 141 mil metros quadrados e contará com laboratórios e estufas. As inversões ficarão em torno de R\$ 2 milhões, com apoio dos governos estadual e federal. Estima-se que a capacidade produtiva do empreendimento alcance 500 mil mudas em dois anos (BIOFÁBRICA...,2012).

No caso do mercado externo, observa-se uma expansão de 9,7% nas importações e de 4,5% nas exportações em 2011. Essa discrepância permanece no início de 2012. Com efeito, de acordo com a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex), as compras externas registraram aumento de 11,2%, enquanto as vendas externas assinaram incremento de 7% (FUNCEX, 2012b).

O incremento das importações pode ser explicado pela manutenção do dinamismo do consumo em um cenário de estagnação

da produção doméstica. Vale destacar que no último trimestre de 2011, os importados já eram responsáveis por 22,8% do consumo interno de bens industriais, acima dos 21,5% de igual período do ano anterior. Em alguns segmentos, é significativo o descompasso entre importação e produção doméstica. É o caso, por exemplo, do setor têxtil, que registrou crescimento de 8,8% nas importações no ano passado, enquanto a produção caiu 14,9% (FUNCEX, 2012a).

No Nordeste, a retração foi ainda mais acentuada, com queda de 24,4% da produção têxtil em 2011 e de 11,4% no primeiro bimestre de 2012. No Ceará, o principal polo têxtil da região, verificou-se um recuo de 25% da produção no ano passado e de 23% no acumulado janeiro-fevereiro. Em contrapartida, as importações cearenses se mantiveram em alta.

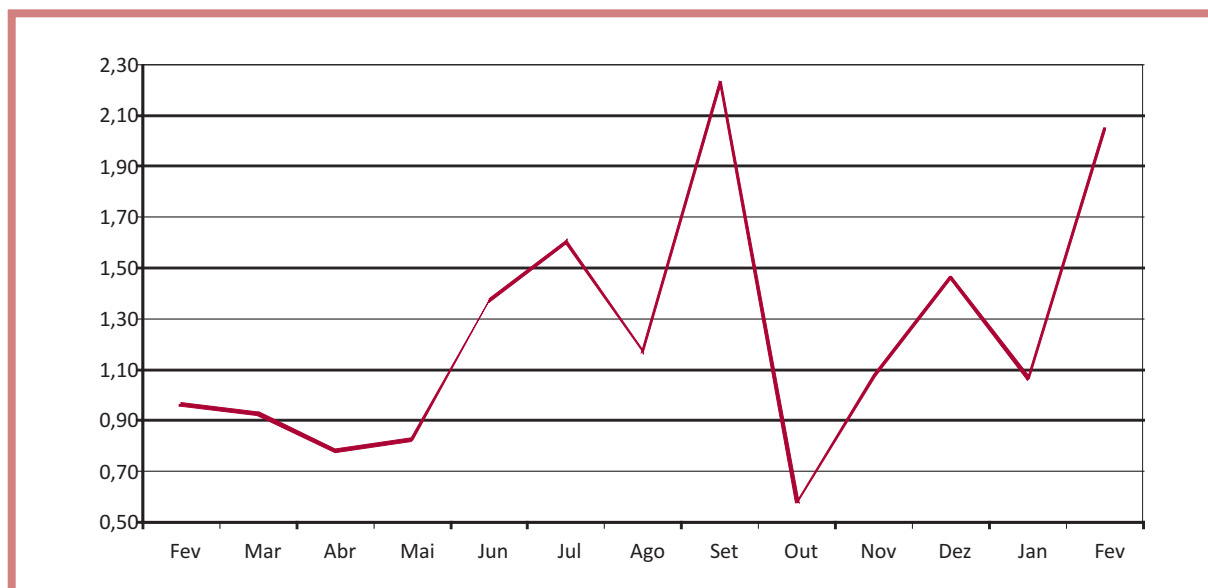


Gráfico 4 – Ceará – Importações do Setor Têxtil – Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2012 – US\$ Milhões

Fonte: BRASIL, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

O crescimento das exportações está associado ao forte desempenho dos produtos básicos. Em 2011, apenas seis grupos de produtos¹ foram responsáveis por 47,1% do valor exportado. Entretanto, há a expectativa de diminuição do dinamismo das vendas internacionais de matérias-primas em 2012, em consequência da desaceleração do PIB da China. No primeiro bimestre do ano, as exportações de produtos básicos cresceram apenas 2,6%. Vale destacar que a redução do ritmo de expansão das exportações de *commodities* metálicas e agrícolas afetará substancialmente a pauta exportadora nordestina.

Já as exportações de manufaturas continuam sendo prejudicadas pelo real apreciado. É o caso das vendas de produtos industrializados para a América Latina. De acordo com a Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB), nos últimos anos caiu substancialmente a participação dos manufaturados nas exportações destinadas aos principais mercados da América Latina. As vendas de

manufaturas para a Argentina, por exemplo, representaram 89,9% do total exportado em 2011, contra 93% em 2007. No caso da Venezuela, a parcela caiu de 82,9% para 55,1% no mesmo período (FUNCEX, 2012c).

Em síntese, o processo de desaceleração da economia brasileira em 2011 só não foi mais significativa em função do dinamismo da demanda doméstica. Entretanto, a expansão do consumo não beneficiou de forma mais acentuada a indústria nacional. De fato, a produção da indústria de transformação ficou praticamente estagnada em 2011, enquanto as importações de manufaturas cresceram substancialmente. Devido a esse desequilíbrio, o governo anunciou recentemente um conjunto de medidas visando fortalecer a indústria nacional, que envolve ampliação do crédito de longo prazo do BNDES, postergação de pagamentos de impostos para setores mais vulneráveis à concorrência externa, medidas de defesa comercial e desoneração da folha de salários.

3.2 - Agropecuária

3.2.1 - Agricultura

De acordo com o sétimo levantamento da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), estima-se para a safra nacional de grãos 2011/2012 uma produção de 159,2 milhões de toneladas, significando um decréscimo de 2,2% em relação à safra 2010/2011. Nos principais estados produtores, as condições climáticas não foram propícias para o bom desenvolvimento das culturas. As lavouras de soja e feijão, por exemplo, foram bastante afetadas pelas condições climáticas. Em consequência disso, as produções médias estimadas acusaram redução de 12,9% (9.721,3 mil toneladas) e 2,6% (98,7 mil toneladas), respectivamente, em relação à safra de 2010/2011.

1 Minério de ferro, petróleo bruto, complexo de soja, carne, açúcar e café.

A área cultivada em todo país para a safra 2011/2012 deve chegar a 52,3 milhões de hectares, 4,8% a mais que a safra de 2010/2011. Em termos de área cultivada, a soja e o milho apresentam os maiores avanços, prevendo-se incrementos de 20,1% e 13,4%, respectivamente.

O Nordeste responde por quase 17,1% do total nacional de área cultivada. O acréscimo regional deverá alcançar 2,3 % (+ 200,4 mil hectares), com destaques para Maranhão (9,9%), Piauí (7,1%) e Pernambuco (4,5%), cujos aumentos de área plantada se devem, principalmente, a culturas como a soja, o milho e o algodão. Estima-se que a produção sofra redução de 3,2% em relação à safra 2010/2011, enquanto a produtividade deverá cair 0,4% na mesma base de comparação. Para as culturas da região, o plantio ainda está em andamento, e as áreas ainda não foram totalmente definidas (Tabela 1).

Algodão

De acordo com o sétimo levantamento realizado pela Conab para a safra 2011/2012, projeta-se para o algodão uma área cultivada de 1.398,1 mil hectares, 0,2% abaixo da safra 2010/2011. Esse leve recuo na área cultivada deve-se a fatores como o aumento de estoque, a diminuição do consumo e o acréscimo da produção mundial na safra 2011/2012. O país deverá colher 5,3 milhões de toneladas de algodão em caroço, 72,6 mil toneladas a mais que na última safra, alta de 2,2%.

No contexto regional, a expectativa é de aumento tanto na área a ser cultivada (3,8%) quanto na produção (0,6%), que deverá registrar 1,77 milhão de toneladas, com destaque para o Piauí, com incremento de 23% na área e de 18,1% na produção, comparativamente à safra 2010/2011 (Tabela 2).

Tabela 1 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos. Safras 2010/2011 e 2011/2012(*)

REGIÃO/ESTADO	ÁREA CULTIVADA (em milhares de hectares)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (em milhares de toneladas)		
	Safra 2010/2011 (a)	Safra 2011/2012 (b)	Variação Proporcional (b/a)	Safra 2010/2011 (c)	Safra 2011/2012 (d)	Variação Proporcional (d/c)	Safra 10/11 (e)	Safra 11/12 (f)	Var. % (f/e)
NORTE	1.717,6	1.809,0	5,3	2.705	2.679	-1,0	4.645,3	4.846,5	4,3
NORDESTE	8.750,9	8.951,3	2,3	1.828	1.820	-0,4	15.997,7	16.288,0	1,8
Maranhão	1.583,5	1.740,8	9,9	2.089	2.025	-3,1	3.308,5	3.525,2	6,5
Piauí	1.146,2	1.227,3	7,1	1.974	2.174	10,1	2.262,3	2.667,7	17,9
Ceará	1.434,1	1.434,8	0,0	936	714	-23,7	1.342,7	1.024,7	-23,7
Rio Grande do Norte	157,1	156,6	-0,3	686	664	-3,2	107,8	104,0	-3,5
Paraíba	329,9	342,4	3,8	439	521	18,7	144,8	178,5	23,3
Pernambuco	634,2	662,7	4,5	587	602	2,6	372,3	399,0	7,2
Alagoas	122,6	122,6	0,0	822	726	-11,7	100,8	89,0	-11,7
Sergipe	268,4	268,4	0,0	3.792	3.535	-6,8	1.017,7	948,7	-6,8
Bahia	3.074,9	2.995,7	-2,6	2.387	2.454	2,8	7.340,8	7.351,2	0,1
CENTRO-OESTE	16.898,1	18.667,3	10,5	3.359	3.451	2,7	56.759,1	64.446,6	13,5
SUDESTE	4.798,0	4.937,7	2,9	3.688	3.922	6,3	17.708,0	19.366,7	9,4
SUL	17.723,4	17.915,7	1,1	3.822	3.028	-20,8	67.740,1	54.257,1	-19,9
NORTE/NORDESTE	10.468,5	10.760,3	2,8	1.972	1.964	-0,4	20.643,0	21.134,5	2,4
CENTRO-SUL	39.419,5	41.530,7	5,4	3.607	3.325	-7,8	142.194,5	138.070,4	-2,9
BRASIL	49.888,0	52.291,0	4,8	3.264	3.045	-6,7	162.837,5	159.204,9	-2,2

Fonte: CONAB, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Produtos selecionados: algodão (caroço), amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

No mercado internacional, as cotações do algodão se estabilizaram no início de janeiro de 2012, fechando a US\$ 1,00 por libra-peço (lp), de acordo com o Comitê Consultivo Internacional do Algodão (Icac). Essas cotações foram influenciadas pela demanda da China a médio prazo. As estimativas de produção mundial para a safra de 2011/2012, divulgadas pelo Icac, são de incremento de 26,8 milhões de toneladas, correspondente a 7%, decorrente, sobretudo, da expansão de área plantada.

No tocante à safra 2010/2011, as exportações brasileiras de pluma já chegam a 41,8% da produção nacional (1,96 milhão de toneladas), segundo a Secretaria de Comércio Exterior (Secex). O mercado interno consumiria 930 mil toneladas, pressionando o preço da pluma.

Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), em abril de

2012 o mercado do algodão em pluma atua em ritmo desacelerado. Fatores como a elevação dos preços da pluma no Brasil e a importação de grandes volumes de fio de algodão e produtos acabados provocaram uma instabilidade no mercado interno. No início de janeiro de 2012, a arroba da pluma de algodão foi cotada a R\$ 52,25² em São Paulo, apontando queda de 1,25% em relação à cotação de dezembro. Em Barreiras (BA), a arroba do algodão foi comercializada a R\$ 50,71, enquanto em Fortaleza alcançou R\$ 50,70 (todos com decréscimo de 1,25% em relação à cotação de dezembro) (Gráfico 5).

Feijão

De acordo com a Conab (sétimo levantamento para a safra 2012/2013), a área plantada com feijão (1^a, 2^a e 3^a safras) no Brasil foi estimada em 3,91 milhões de hectares, decréscimo de 94,6 mil hectares em compa-

Tabela 2 – Algodão em Carozo. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/ESTADO	ÁREA CULTIVADA (em milhares de hectares)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (em milhares de toneladas)		
	Safra 2010/2011 (a)	Safra 2011/2012 (b)	Varição Proporcio- nal (b/a)	Safra 2010/2011 (a)	Safra 2011/2012 (b)	Varição Proporcio- nal (b/a)	Safra 2010/2011 (a)	Safra 2011/2012 (b)	Varição Proporcio- nal (b/a)
NORTE	5,5	8,8	60,0	3.480	3.500	0,6	19,1	30,8	61,3
NORDESTE	450,5	467,4	3,8	3.899	3.781	-3,0	1.756,5	1.767,5	0,6
Maranhão	18,1	18,6	2,8	3.930	3.780	-3,8	71,1	70,3	-1,1
Piauí	17,8	21,9	23,0	3.780	3.630	-4,0	67,3	79,5	18,1
Ceará	3,1	2,7	-12,9	1.010	740	-26,7	3,1	2,0	-35,5
Rio Grande do Norte	3,8	2,8	-26,3	567	506	-10,8	2,2	1,4	-36,4
Paraíba	1,0	1,8	80,0	869	760	-12,5	0,9	1,4	55,6
Pernambuco	0,8	1,5	87,5	720	700	-2,8	0,6	1,1	83,3
Alagoas	0,6	0,6	0,0	320	300	-6,3	0,2	0,2	0,0
Bahia	405,3	417,5	3,0	3.975	3.860	-2,9	1.611,1	1.611,6	0,0
CENTRO-OESTE	893,5	871,5	-2,5	3.604	3.802	5,5	3.220,6	3.313,1	2,9
SUDESTE	49,7	49,2	-1,0	3.803	3.615	-4,9	189,1	189,5	0,2
SUL	1,1	1,2	9,1	2.836	1.767	-37,7	3,1	2,1	-32,3
NORTE/NORDESTE	456,0	476,2	4,4	3.894	3.776	-3,0	1.775,6	1.798,3	1,3
CENTRO-SUL	944,3	921,9	-2,4	3.614	3.802	5,2	3.412,8	3.504,7	2,7
BRASIL	1.400,3	1.398,1	-0,2	3.705	3.793	2,4	5.188,4	5.303,0	2,2

Fonte: CONAB, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

2 Valores referentes a 16/04/2012.

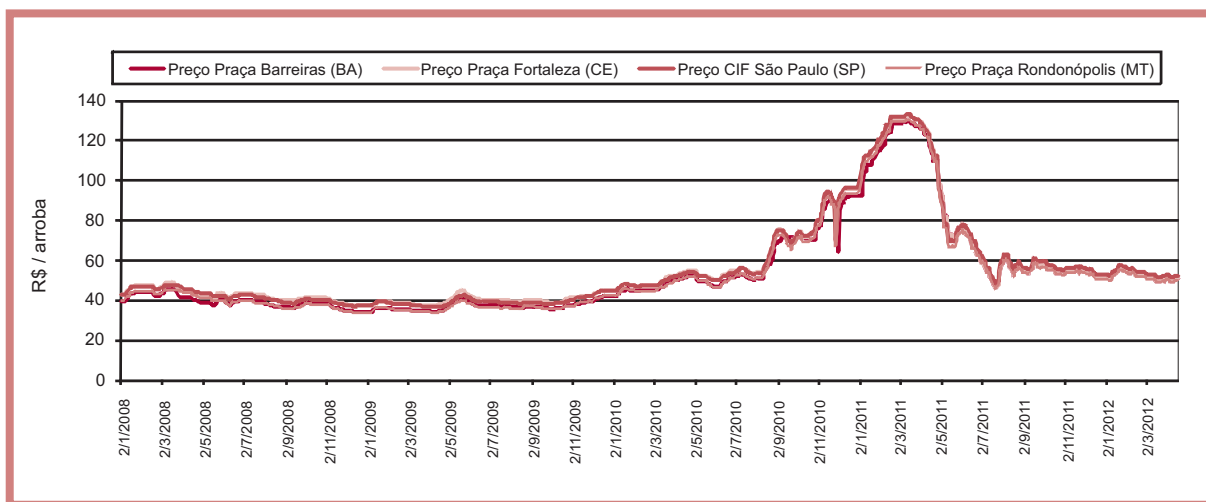


Gráfico 5 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de Janeiro/2008 a Janeiro/2012⁽³⁾

Fonte: CMA, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

ração com a safra 2011/2012, correspondente a 2,4%. Os riscos climáticos, associados à instabilidade da comercialização do feijão frente ao bom desempenho das culturas de milho e soja, são fatores que têm contribuído para essa perda. Parte da lavoura de feijão (1ª safra) cedeu área para culturas como soja

e milho. Prevê-se, para este início de acompanhamento, que a produção total venha a atingir 3,67 milhões de toneladas, com recuo de 2,6% em relação à safra 2010/2011. A cultura pode registrar na safra 2011/2012 um rendimento de 938 kg/ha.

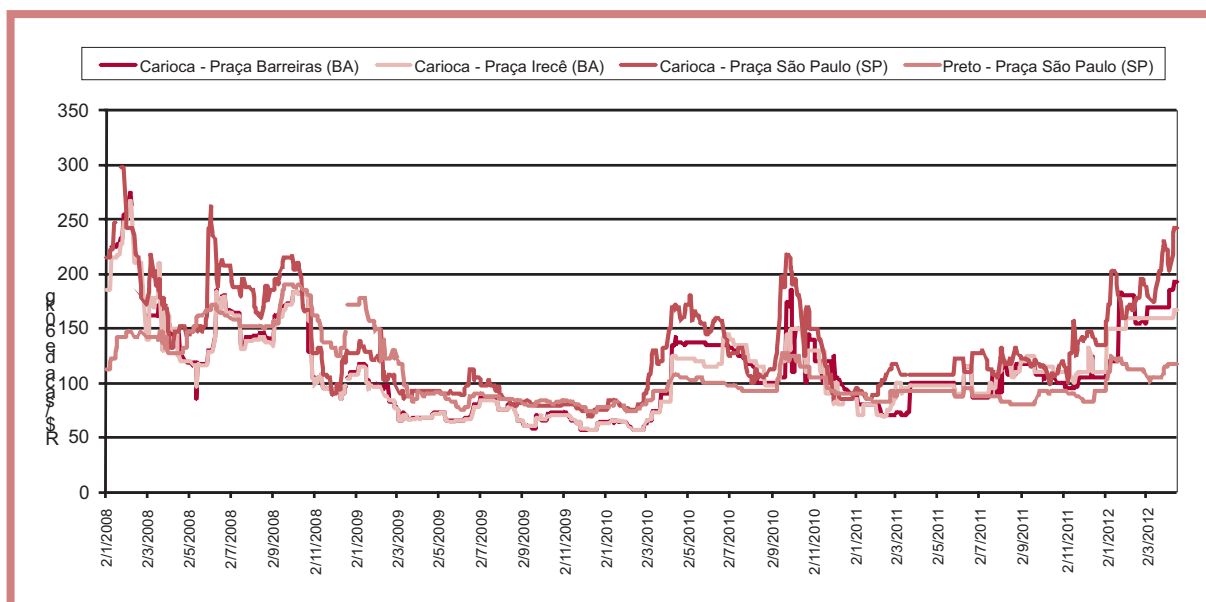


Gráfico 6 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca Tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Preto em São Paulo (SP), de Janeiro/2008 a Abril/2012⁽⁴⁾

Fonte: CMA, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3 Valores referentes a 16/04/2012.

4 Valores referentes a 16/04/2012.

Tabela 3 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013

REGIÃO/ESTADO	ÁREA CULTIVADA (em milhares de hectares)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (em milhares de toneladas)		
	Safra 2010/2011 (a)	Safra 2011/2012 (b)	Variação Proporcional (b/a)	Safra 2010/2011 (c)	Safra 2011/2012 (d)	Variação Proporcional (d/c)	Safra 2010/2011 (e)	Safra 2011/2012 (f)	Variação Proporcional (f/e)
NORTE	164,3	188,2	14,5	1.074,0	884,0	-17,7	176,4	166,4	-5,7
NORDESTE	2.173,5	2.156,3	-0,8	442,0	496,0	12,2	961,1	1.068,5	11,2
Maranhão	99,9	107,6	7,7	512,0	433,0	-15,4	51,1	46,6	-8,8
Piauí	238,4	235,6	-1,2	356,0	420,0	18,0	85,0	98,9	16,4
Ceará	612,9	609,3	-0,6	424,0	505,0	19,1	259,6	307,5	18,5
Rio Grande do Norte	70,2	63,7	-9,3	480,0	494,0	2,9	33,7	31,5	-6,5
Paraíba	168,1	179,4	6,7	266,0	350,0	31,6	44,7	62,8	40,5
Pernambuco	322,4	332,7	3,2	501,0	476,0	-5,0	161,5	158,2	-2,0
Alagoas	61,8	61,8	0,0	510,0	500,0	-2,0	31,5	30,9	-1,9
Sergipe	36,7	36,7	0,0	847,0	600,0	-29,2	31,1	22,0	-29,3
Bahia	563,1	529,5	-6,0	467,0	586,0	25,5	262,9	310,1	18,0
CENTRO-OESTE	356,9	336,1	-5,8	1.613,0	1.674,0	3,8	575,8	562,5	-2,3
SUDESTE	591,5	602,0	1,8	1.603,0	1.613,0	0,6	948,5	971,2	2,4
SUL	719,2	628,2	-12,7	1.537,0	1.433,0	-6,8	1.105,6	900,3	-18,6
NORTE/NORDESTE	2.337,8	2.344,5	0,3	487,0	527,0	8,2	1.137,5	1.234,9	8,6
CENTRO-SUL	1.667,6	1.566,3	-6,1	1.577,0	1.554,0	-1,5	2.629,9	2.434,0	-7,4
BRASIL	4.005,4	3.910,8	-2,4	941,0	938,0	-0,3	3.767,5	3.668,8	-2,6

Fonte: CONAB, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Para todo o Nordeste, a área de cultivo, de 2.156,3 mil hectares, ficou 0,8% abaixo da área plantada na safra 2010/2011. A produção regional de feijão poderá aumentar 11,2%, registrando produtividade de 496 kg/ha, com variação positiva da ordem de 12,3%. Os destaques ficam para Ceará e Bahia, com incrementos na produção em torno de 18,5% e 18%, respectivamente, na comparação com a safra 2010/2011, e produtividade média por volta de 505 kg/ha no Ceará e 577 kg/ha na Bahia.

Segundo o Centro de Inteligência do Feijão (CIF), o mercado interno registrou um comportamento mais firme, diante da restrição da oferta decorrente das adversidades climáticas. Os preços do feijão praticados em 2011 atingiram um elevado patamar. Para a safra 2011/2012, a escassez de chuvas na região Sul e o seu excesso na região Sude-

te têm influenciado o mercado do feijão. Em Barreiras (BA), o preço da saca tipo carioca de 60 kg atingiu a cotação de R\$ 192,50⁵, marcando 92,5% de aumento em comparação com os R\$ 105,00 praticados no início de dezembro; em Irecê (BA), a saca do produto foi cotada a R\$ 167,50, ficando 52,3% acima do preço do início de dezembro de 2011. No mercado de São Paulo, tanto o feijão carioca tipo 1 (saca de 60 kg cotada a R\$ 242,50) quanto o feijão preto (saca de 60 kg cotada a R\$ 117,50) registraram alta de 70,2% e 42,4%, respectivamente.

Milho

Para a safra 2010/2011, o bom desenvolvimento da lavoura garantiu uma produção de 65,1 milhões de toneladas, sendo 55% desse volume estimados para a primeira safra e 45% para a segunda. O sétimo levan-

5 Valores referentes a 16/04/2012.

tamento da Conab aponta para um aumento de 13,5% da produção em relação à safra 2010/2011. A macrorregião Centro-Sul garante 87,9% (29,98 milhões de toneladas) da produção nacional.

Estima-se que na safra 2011/2012 será cultivada uma área total de 15,7 milhões de hectares, 1.845,5 mil hectares a mais em relação à safra anterior, correspondente a 13,4%. Esse significativo aumento na área cultivada foi estimulado pelos bons preços praticados no mercado. A macrorregião Centro-Sul registrou o maior incremento proporcional de área cultivada (16,7%), com destaque para os estados de Mato Grosso (39,6%) e Goiás (31,7%), além da recuperação daquelas áreas das regiões Norte e Nordeste onde ocorre a semeadura da primeira safra.

Para o Nordeste, os dados sobre a área destinada ao cultivo na safra 2011/2012

não foram conclusivos, porquanto o cultivo ainda se encontra em andamento. Porém, os estados do Maranhão e Piauí já registram acréscimos de 24% e 9,7%, respectivamente, nas áreas cultivadas com milho. Estima-se uma produção regional de 6,3 milhões de toneladas (3,4% menor que a safra anterior), com destaques para os estados do Maranhão (977,1 mil toneladas – acréscimo de 11,1%) e Piauí (925,6 mil toneladas – acréscimo de 31,3%).

No mercado internacional, as cotações registraram alta em fevereiro de 2012, sustentada pela valorização dos contratos de curto prazo devido à redução da oferta e ao otimismo em relação às exportações do grão, inclusive a possibilidade de elevação das compras da China. Segundo o Cepea, os preços futuros na Bolsa de Chicago, nos primeiros contratos (entre 31 de janeiro e 29 de fevereiro)

Tabela 4 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/ESTADO	ÁREA CULTIVADA (em milhares de hectares)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (em milhares de toneladas)		
	Safra 2010/2011 (a)	Safra 2011/2012 (b)	Variação Proporcional (b/a)	Safra 2010/2011 (c)	Safra 2011/2012 (d)	Variação Proporcional (d/c)	Safra 2010/2011 (e)	Safra 2011/2012 (f)	Variação Proporcional (f/e)
NORTE	521,7	547,0	4,8	2.713	2.821	4,0	1.415,5	1.543,1	9,0
NORDESTE	3.147,7	3.276,2	4,1	1.947	1.933	-0,7	6.128,0	6.334,0	3,4
Maranhão	477,6	592,2	24,0	1.842	1.650	-10,4	879,7	977,1	11,1
Piauí	349,6	383,6	9,7	2.017	2.413	19,6	705,1	925,6	31,3
Ceará	723,0	734,6	1,6	1.313	815	-37,9	949,3	598,7	-36,9
Rio Grande do Norte	73,5	80,6	9,7	672	674	0,3	49,4	54,3	9,9
Paraíba	157,2	157,2	0,0	617	710	15,1	97,0	111,6	15,1
Pernambuco	298,3	314,3	5,4	640	680	6,3	190,9	213,7	11,9
Alagoas	57,2	57,2	0,0	893	720	-19,4	51,1	41,2	-19,4
Sergipe	221,4	221,4	0,0	4.192	3.950	-5,8	928,1	874,5	-5,8
Bahia	789,9	735,1	-6,9	2.883	3.452	19,7	2.277,4	2.537,3	11,4
CENTRO-OESTE	3.857,5	5.037,5	30,6	4.489	4.794	6,8	17.315,6	24.150,3	39,5
SUDESTE	2.146,0	2.225,2	3,7	5.104	5.540	8,6	10.952,3	12.327,6	12,6
SUL	4.133,2	4.565,7	10,5	5.225	4.553	-12,9	21.595,5	20.788,7	-3,7
NORTE/NORDESTE	3.669,4	3.823,2	4,2	2.056	2.060	0,2	7.543,5	7.877,1	4,4
CENTRO-SUL	10.136,7	11.828,4	16,7	4.919	4.841	-1,6	49.863,4	57.266,6	14,8
BRASIL	13.806,1	15.651,6	13,4	4.158	4.162	0,1	57.406,9	65.143,7	13,5

Fonte: CONAB, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

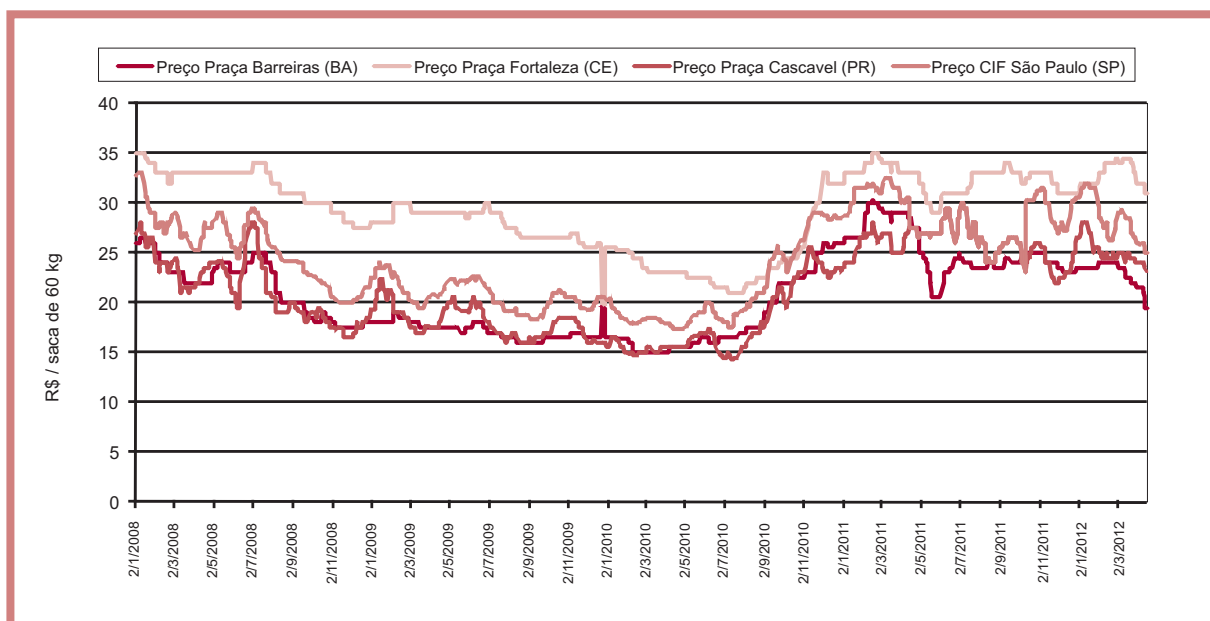


Gráfico 7 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo, de Janeiro/2008 a Janeiro/2012(6)

Fonte: CMA, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tiveram alta de 2,7%, alcançando US\$ 6,56/bushel (US\$ 258,45/tonelada) (CEPEA/ESALQ, 2011d).

No Brasil, o mercado ficou desaquecido em abril de 2012, com a saca de milho de 60 kg cotada em Cascavel (PR) a R\$ 23,00, assinalando desvalorização de 16,3% sobre a cotação observada em idêntico período de 2011. Na praça de Barreiras (BA), a saca do cereal foi cotada a R\$ 19,50, com queda de 15,2% em relação a dezembro, e de 31,5% comparativamente ao mesmo período da safra 2010/2011. Em Fortaleza (CE), o milho foi negociado a R\$ 31,00, a mesma cotação de dezembro, e uma desvalorização de 6,1% em relação a abril de 2011. Em São Paulo, a saca de 60 kg foi comercializada a R\$ 25,00⁷ (preço CIF), marcando redução de 10,7% sobre o valor de dezembro, conforme gráfico abaixo.

Soja

Estima-se um plantio de 25 milhões de hectares de soja na safra 2011/2012, 3,4%

superior ao da safra 2010/2011 (CONAB, 2012c). A produção de soja deverá ficar em 65,6 milhões de toneladas, sendo 12,9% menor (-3,57 milhões de toneladas) que a da safra 2010/2011. Na região Centro-Oeste, que responde por 53,1% da produção nacional, apesar do bom desenvolvimento da cultura no cenário geral, algumas zonas produtoras de soja têm passado por problemas de seca, comprometendo os replantios e resultando em significativas perdas. Para a região Sul a situação é mais complicada, já que as condições climáticas desfavoráveis prejudicaram a produção, gerando perda de 38,4%.

Segundo a estimativa para safra 2011/2012, o Nordeste é a região com maior incremento em área plantada com soja, totalizando 2,1 milhões de hectares, um acréscimo de 10,1% em relação à safra 2010/2011. A produção regional deverá alcançar 6,4 milhões de toneladas, com aumento de 2,8%. Beneficiados por favoráveis condições climáticas, os estados do Piauí e Maranhão de-

6 Valores referentes a 16/04/2012.

7 Valores referentes a 16/04/2012.

Tabela 5 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2010/2011 e 2011/2012

REGIÃO/UFESTADO	ÁREA CULTIVADA (em milhares de hectares)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (em milhares de toneladas)		
	Safra 2010/2011 (a)	Safra 2011/2012 (b)	Variação Proporcional (b/a)	Safra 2010/2011 (c)	Safra 2011/2012 (d)	Variação Proporcional (d/c)	Safra 2010/2011 (e)	Safra 2011/2012 (f)	Variação Proporcional (f/e)
NORTE	645,5	697,2	8,0	3.063	3.022	-1,3	1.977,2	2.107,1	6,6
NORDESTE	1.945,7	2.141,5	10,1	3.213	3.000	-6,6	6.251,5	6.424,5	2,8
Maranhão	518,2	581,4	12,2	3.087	3.000	-2,8	1.599,7	1.744,2	9,0
Piauí	383,6	447,3	16,6	2.983	3.000	0,6	1.144,3	1.341,9	17,3
Bahia	1.043,9	1.112,8	6,6	3.360	3.000	-10,7	3.507,5	3.338,4	-4,8
CENTRO-OESTE	10.819,4	11.445,1	5,8	3.137	3.047	-2,9	33.938,9	34.868,0	2,7
SUDESTE	1.636,9	1.622,9	-0,9	2.824	2.852	1,0	4.622,1	4.629,0	0,1
SUL	9.133,5	9.091,4	-0,5	3.124	1.933	-38,1	28.534,6	17.574,4	-38,4
NORTE/NORDESTE	2.591,2	2.838,7	9,6	3.176	3.005	-5,4	8.228,7	8.531,6	3,7
CENTRO-SUL	21.589,8	22.159,4	2,6	3.108	2.576	-17,1	67.095,6	57.071,4	-14,9
BRASIL	24.181,0	24.998,1	3,4	3.115	2.624	-15,8	75.324,3	65.603,0	-12,9

Fonte: CONAB, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

verão experimentar acréscimos de 17,3% e 9%, respectivamente, em suas produções. Na Bahia, entretanto, deverá ocorrer queda de 4,8% na produção, com seu rendimento médio caindo para 3.000 kg/ha, 10,7% menor em relação à safra 2010/2011, que finalizou em 3.360 kg/ha.

No mercado externo, devido à forte pressão da demanda por soja para exportação, os indicadores da Bolsa de Chicago registraram elevações na cotação. Os contratos de soja em grão finalizaram o mês de março com alta de 9,5%. Em 29 de fevereiro o produto fechou a US\$ 13,135/bushel (CEPEA/ESALQ, 2011e). As exportações brasileiras registraram em fevereiro deste ano um total de 1,56 milhão de toneladas do grão, um aumento de 52% em relação a janeiro de 2012.

Devido ao aquecimento da demanda pelo produto brasileiro, os preços domésticos também reagiram em todo o complexo soja. Dados do Cepea/Esalq indicam que a saca da soja de 60 kg foi comercializada a R\$ 59,90⁸ em São Paulo, registrando alta de 27,8% sobre dezembro de 2011. Em Sorriso (MT), houve valorização de 30,8% para o mesmo período. No Nordeste os preços se mantiveram firmes; em Balsas (MA), a saca de 60 kg foi transacionada a R\$ 51,00 (30,8% superior a dezembro); e em Barreiras (BA) a cotação chegou a R\$ 50,00, o que representa valorização de 25% sobre dezembro.

Café

De acordo com a primeira estimativa da safra 2012, realizada pela Conab⁹, a área plantada no país com as variedades arábica e con-

8 Valores referentes a 13/04/2012.

9 Acompanhamento da Safra Brasileira de Café. Safra 2012, primeira estimativa, janeiro/2012. Brasília: Conab, 2012.

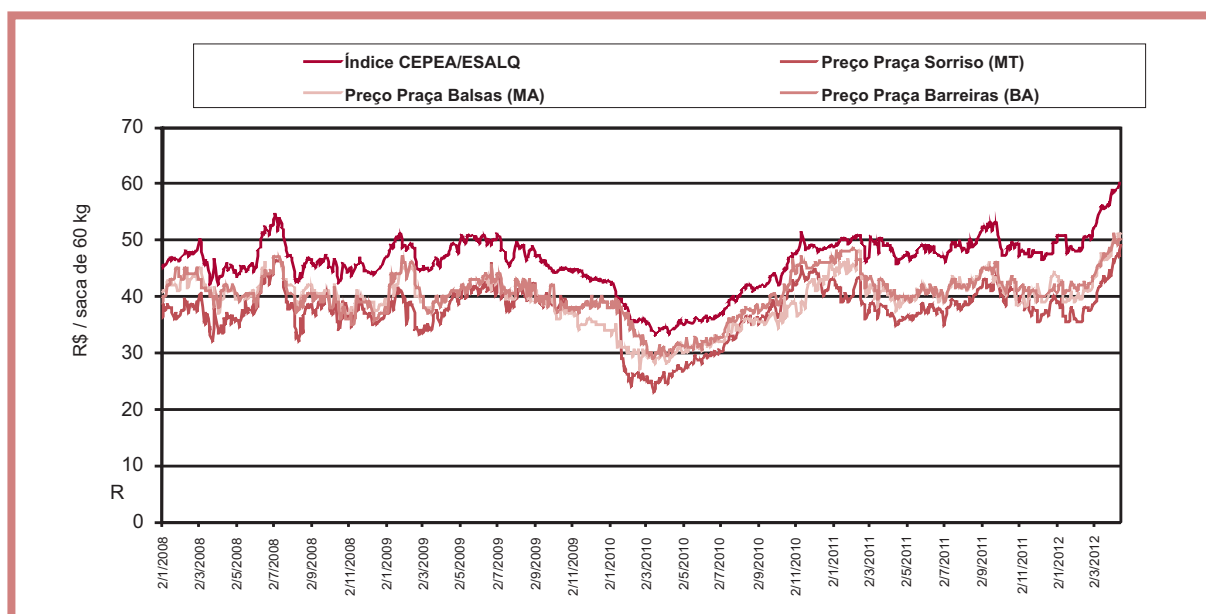


Gráfico 8 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e São Paulo pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Abril/2012⁽¹⁰⁾

Fonte: CMA, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

lon totalizará 2.072,1 mil hectares. Comparada à da safra 2011, significa um acréscimo de 15.748 hectares, correspondente a 1%.

A alta bienalidade (que intercala um ciclo alto com outro baixo) e as condições climáticas satisfatórias, ocorridas no segundo semestre de 2011, favoreceram as lavouras dos principais estados produtores. Nas regiões mais quentes, o clima foi bastante favorável para o desenvolvimento vegetativo e produtivo das lavouras.

De acordo com a Conab, há a expectativa de uma produção de café bem acima daquela alcançada em 2011, entre 49 milhões e 52,3 milhões de sacas de 60 kg de café beneficiado, o que significa uma variação entre 12,6% e 20,2%. Esse resultado positivo do café be-

neficiado é influenciado principalmente pelo aumento da produção do tipo arábica, de 32,2 milhões de sacas de 60 kg em 2011 para 36,4 milhões a 39 milhões em 2012. Nessa safra, o volume do arábica deverá corresponder a 74,65% do total de café beneficiado no país. Caso os resultados se confirmem, 2012 registrará a maior das últimas safras do país.

Devido às boas condições climáticas para o desenvolvimento da cultura e às novas lavouras de café robusta ou conilon (influenciada pelo preço favorável praticado na região), a Bahia obterá bons resultados na safra 2012. Para o principal produtor de café do Nordeste, estima-se um acréscimo entre 13,8% e 20,9% na produção total, passando de 2.290,07 mil sacas de café beneficiado para algo entre 2.606,9 mil e 2.767,8 mil

10 Valores referentes a 13/04/2012.

Tabela 6 – Café Beneficiado. Comparativo de Área e Produção. Safra 2012

ESTADO/REGIÃO	ÁREA CULTIVADA (ha)			PRODUÇÃO (em milhares de sacas)										
				Safra 2011			Safra 2012				Variação (%)			
	Safra 2011	Safra 2012	Variação 2012/2011 (%)	Arábica	Robusta	Total	Arábica		Robusta		Total (b)		(b/a)	
							Infer.	Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.	Infer.	Super.
Minas Gerais	1.000.869	1.019.169	1,8	21.882,0	299,0	22.181	25.253,0	26.819,0	290,0	308,0	25.543,0	27.127,0	15,2	22,3
Sul e Centro-Oeste	505.201	508.749	0,7	10.442,0	-	10.442,0	12.646,0	13.431,0	-	-	12.646,0	13.431,0	21,1	28,6
Cerrado – Triângulo, Alto Paranaíba e Noroeste	161.105	170.468	5,8	4.001,0	-	4.001,0	5.436,0	5.774,0	-	-	5.436,0	5.774,0	35,9	44,3
Zona da Mata – Jequitinhonha, Mucuri, Rio Doce, Central e Norte	334.563	339.952	1,6	7.439,0	299,0	7.738,0	7.171,0	7.614,0	290,0	308,0	7.461,0	7.922,0	-3,6	2,4
Espírito Santo	452.527	452.383	0,0	3.079,0	8.494,0	11.573,0	2.669,5	2.950,5	8.972,5	9.527,5	11.642,0	12.478,0	0,6	7,8
São Paulo	169.538	169.538	0,0	3.111,5	-	3.111,5	4.377,1	4.828,2	-	-	4.377,1	4.828,2	40,7	55,2
Paraná	74.752	72.989	-2,4	1.842,0	-	1.842,0	1.800,0	2.000,0	-	-	1.800,0	2.000,0	-2,3	8,6
Bahia	138.834	137.900	-0,7	1.548,9	741,1	2.290,0	1.852,8	1.967,1	754,1	800,7	2.606,9	2.767,8	13,8	20,9
- Cerrado	11.557	12.605	9,1	429,0	-	429,0	526,2	558,8	-	-	526,2	558,8	22,7	30,3
- Planalto	102.338	100.861	-1,4	1.071,0	-	1.071,0	1.326,6	1.408,3	-	-	1.326,6	1.408,3	23,9	31,5
- Atlântico	24.939	24.434	-2,0	-	575,5	575,5	-	-	754,1	807,7	754,1	807,7	31,0	40,3
Rondônia	153.391	153.391	0,0	-	1.428,3	1.428,3	-	-	1.811,6	1.885,6	1.811,6	1.885,6	26,8	32,0
Mato Grosso	19.899	19.899	0,0	11,0	126,8	137,8	16,3	16,3	186,8	186,8	203,1	203,1	47,4	47,4
Pará	10.448	10.469	0,2	-	184,0	184,0	-	-	228,6	228,6	228,6	228,6	24,2	24,2
Rio de Janeiro	12.864	12.864	0,0	247,0	13,0	260,0	237,6	237,6	12,5	12,5	250,1	250,1	-3,8	-3,8
Outros	23.300	23.568	1,2	467,1	9,5	476,6	201,3	201,3	302,0	302,0	503,3	503,3	5,6	5,6
BRASIL	2.056.422	2.072.170	0,8	32.188,5	11.295,7	43.484,2	36.407,6	39.020,0	12.558,1	13.251,7	48.965,7	52.271,7	12,6	20,2

Fonte: CONAB, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

sacas. Essa variação positiva também será influenciada pelo aumento de até 29,9% na produção de café arábica.

De acordo com informações da Organização Internacional do Café (OIC), a cotação mundial de café registra recuo, seguindo, no entanto, em patamar bem elevado, devido à redução da estimativa da produção mundial. Sobre a safra mundial 2011/2012, a produção estimada em 128,5 milhões de sacas significará um decréscimo de 4,3% em relação a 2010/2011. Segundo os indicadores da Bolsa de Nova York (ICE Futures), os contratos de fevereiro de 2012 fecharam em US\$ 210,50 por libra-peso, com recuo de 6,8% em relação à média de janeiro (CEPEA/ESALQ, 2011c). Esse fato, combinado com a queda de produção dos maiores produtores mundiais de café, a redução dos estoques e a boa

expectativa de demanda, torna mais efetivo o cenário de bons preços para os próximos meses no mercado internacional.

No mercado interno, os preços do café arábica perderam sustentação em consequência da forte desvalorização no mercado externo. Em 13 de abril de 2012, a cotação na capital paulista caiu 23,8% em relação ao preço praticado em dezembro. A cotação do café tipo conilon (robusta) registrou queda de 17,2% pelo índice Cepea/Esalq, comparada a dezembro. Em Vitória da Conquista (BA), a saca de 60 kg do café Bica Rio T6/7 foi comercializada a R\$ 355,00, com declínio de 25,3% no mesmo período. Enquanto isso, o Bica Dura T6/7 foi cotado naquela mesma praça a R\$ 320,00, baixa de 4,6%. O café despulpado registrou cotação de R\$ 370,00, também

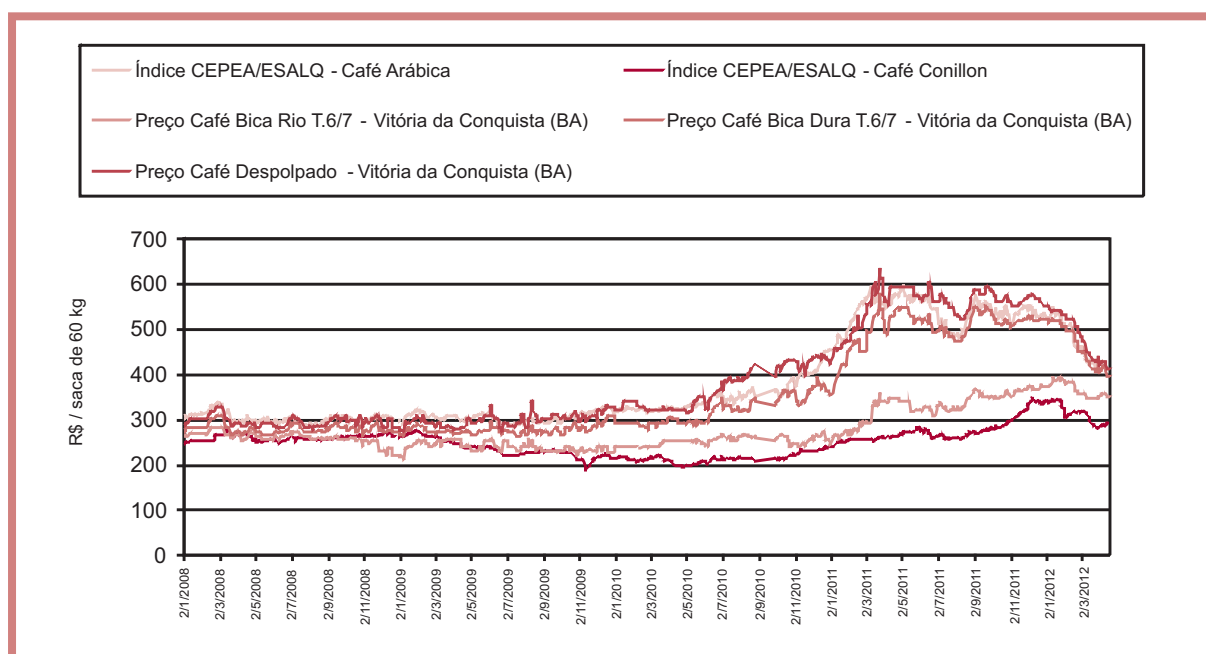


Gráfico 9 – Evolução dos Preços da Sacca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T.6/7 e Despoldado e Índice CEPEA/ESALQ para os Cafés Arábica e Conillon, de Janeiro/2008 a Abril/2012⁽¹¹⁾

Fonte: CMA, 2012; CEPEA/ESALQ, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

assinalando variação negativa de 29,5% no mercado de Vitória da Conquista.

Cana-de-açúcar

De acordo a Conab, em seu primeiro levantamento da safra 2012/2013 de cana-de-açúcar, as estimativas confirmam o crescimento das lavouras em quase todos os estados produtores. No país, será cultivada uma área correspondente a 8.567,2 mil hectares, ou seja, 2,4% superior à da safra 2011/2012. Também se espera um acréscimo de 37,7 milhões de toneladas na produção de cana moída, em relação à safra passada, totalizando 602,2 milhões de toneladas, o que significará um aumento de 5,4% sobre os 571,4 milhões de toneladas da safra passada. As condições climáticas se mantiveram nos limites de normalidade, com clima favorável ao desenvol-

vimento da cana. Em consequência, estima-se uma produtividade média nacional de 70.289 kg/ha, correspondente a um aumento de 2,9% sobre os 68.289 kg/ha da safra 2011/2012.

Espera-se que na safra 2012/2013 o esmagamento da cana para a produção de etanol atinja uma proporção de 50,2%, destinando-se o restante para a produção de açúcar. Isso deverá gerar 23.956,3 milhões de litros de etanol, correspondendo a um incremento de 1.098,7 milhões de litros em relação à safra 2011/2012. (CONAB, 2011b).

No Nordeste, o clima foi bastante favorável à cana-de-açúcar em 2011. Entretanto, as condições climáticas para 2012 podem prejudicar a fase da brotação, já que os canaviais foram castigados pela estiagem.

11 Valores referentes à 13/04/2012.

Tabela 7 – Cana-de-açúcar. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2011/2012 e 2012/2013 – em Mil Toneladas

REGIÃO/ ESTADO	ÁREA CULTIVADA (em milhares de hectares)			PRODUTIVIDADE (kg/ha)			PRODUÇÃO (em milhares de toneladas)		
	Safra 2011/2012 (a)	Safra 2012/2013 (b)	Varição Proporcio- nal (b/a)	Safra 2011/2012 (c)	Safra 2012/2013 (d)	Varição Proporcio- nal (d/c)	Safra 2011/2012 (e)	Safra 2012/2013 (f)	Varição Proporcio- nal (f/e)
NORTE	34,4	45,1	31,1	73.547	76.870	4,5	2.530,0	3.465,3	37,0
NORDESTE	1.120,1	1.095,3	-2,2	60.287	60.898	1,0	67.529,0	66.702,1	-1,2
Maranhão	39,570	37,590	-5,0	59.383	62.000	4,4	2.349,8	2.330,6	-0,8
Piauí	13,910	14,810	6,5	71.310	70.000	-1,8	991,9	1.036,7	4,5
Ceará	3,420	2,940	-14,0	70.100	70.000	-0,1	239,7	205,8	-14,1
Rio Grande do Norte	62,260	61,950	-0,5	51.534	52.650	2,2	3.208,5	3.261,7	1,7
Paraíba	122,590	129,820	5,9	53.071	55.210	4,0	6.506,0	7.167,4	10,2
Pernambuco	326,110	298,390	-8,5	56.515	57.050	0,9	18.430,1	17.023,1	-7,6
Alagoas	463,650	458,090	-1,2	64.350	63.960	-0,6	29.835,9	29.299,4	-1,8
Sergipe	37,260	37,630	1,0	66.000	66.000	0,0	2.459,2	2.483,6	1,0
Bahia	51,360	54,080	5,3	68.300	72.000	5,4	3.507,9	3.893,8	11,0
CENTRO-OESTE	1.379,4	1.505,2	9,1	69.282	69.639	0,5	95.566,1	104.819,5	9,7
SUDESTE	5.221,0	5.305,8	1,6	69.760	72.337	3,7	364.212,5	383.803,6	5,4
SUL	613,1	615,9	0,5	67.850	70.453	3,8	41.601,8	43.388,3	4,3
NORTE/NORDESTE	1.154,5	1.140,4	-1,2	60.689	61.530	1,4	70.059,0	70.167,4	0,2
CENTRO-SUL	7.213,5	7.426,8	3,0	69.506	71.634	3,1	501.380,4	532.011,4	6,1
BRASIL	8.368,0	8.567,2	2,4	68.289	70.289	2,9	571.471,0	602.178,8	5,4

Fonte: CONAB, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Verifica-se um decréscimo de 1,2% na produção nordestina de cana: de 67,5 milhões de toneladas (safra 2011/2012) para 66,7 milhões de toneladas na safra 2011/2012. O maior produtor nordestino, Alagoas, responderá por 43,9% da produção regional, com 29,2 milhões de toneladas. A área plantada assinala decréscimo de 2,2%, em relação à safra anterior. Na produtividade, destacam-se a Bahia (72.000 kg/ha), com valor acima da média nacional (70.289 kg/ha), e o Piauí e o Ceará (70.000 kg/ha), com valores aproximados da média.

Com relação às exportações brasileiras do açúcar bruto no primeiro trimestre de 2012, o total somou 1,34 milhão de toneladas em fevereiro, volume 8,9% superior ao de janeiro, quando as exportações chegaram a 1,27 milhão de toneladas, segundo dados da Secex. As exportações totais do açúcar

geraram receitas de US\$ 796,4 milhões em fevereiro, excedendo em 6,9% o valor alcançado em janeiro (US\$ 745 milhões) e em 8,4% aquele registrado em fevereiro de 2011 (US\$ 734,7 milhões).

No mercado de São Paulo, a cotação do indicador Cepea/Esalq do açúcar foi de R\$ 57,34 em mês de março de 2012, queda de 9,8% em relação à de dezembro. Esse resultado de baixa liquidez, a retração da demanda doméstica e o declínio dos preços internos no início de fevereiro impulsionaram os produtores a direcionar seus produtos para o mercado externo.

Na região Nordeste, a cotação da saca de açúcar de 60 kg experimentou leve aquecimento, devido ao fato de as usinas terem encerrado a moagem e em virtude do aumento da demanda. Em Pernambuco, a saca de 60

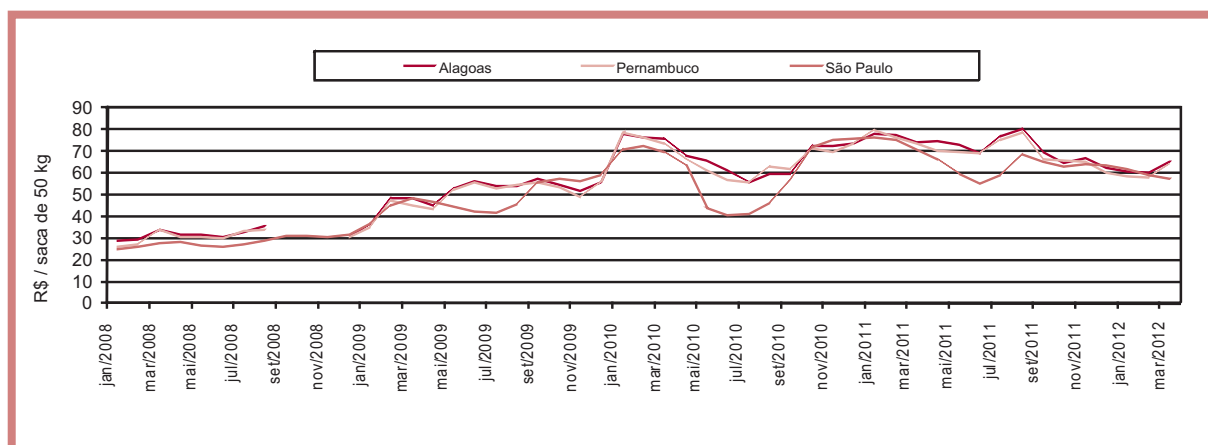


Gráfico 10 – Evolução dos Preços da Sacca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e São Paulo¹² pelo Indicador CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Abril/2012⁽¹³⁾

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2012f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

kg fechou em março de 2012 por R\$ 63,83, com acréscimo de 5,9% em relação ao preço praticado em dezembro. Em Alagoas, o mês de março também finalizou em alta de 4,8% em relação ao preço praticado em dezembro, sendo a sacca de açúcar comercializada a R\$ 65,18.

No caso da exportação brasileira de etanol (álcool anidro e hidratado), segundo dados da Secex em fevereiro o volume alcançou 80,7 milhões de litros, gerando receitas de US\$ 68,2 milhões. A quantidade exportada sofreu queda de 9% em relação à de janeiro de 2012.

Para o início do semestre de 2012, os preços do etanol foram pressionados pela retração da demanda do combustível e também pelo aumento da oferta. No mercado paulista, o hidratado foi comercializado a R\$ 1,20, com queda de 3,7% sobre a cotação de dezembro. Para o anidro, também se registrou queda,

sendo o litro do combustível cotado a R\$ 1,27, ou seja, 5,9% menor em relação a dezembro.

Os preços do etanol nos principais mercados do Nordeste também assinalam quedas no início do primeiro semestre. Esses decréscimos foram sustentados e explicados, em parte, pela maior produção de álcool hidratado decorrente da safra 2011/2012, em que o Nordeste obteve aumento de 9,24% na produção, em relação à safra 2011/2012. Segundo os indicadores mensais Cepea/Esalq para o mês de março, o preço do álcool anidro recuou 1,35% e 1,1%, em Alagoas (R\$1,33) e Pernambuco (R\$1,34), respectivamente, com relação a dezembro. O preço do etanol hidratado manteve-se em R\$ 1,09 em Pernambuco, enquanto em Alagoas sofreu decréscimo de 1,2% em relação a dezembro (Gráfico 11).

12 Registra-se o preço da sacca de açúcar cristal para o mercado de São Paulo até a primeira semana de março/2012

13 Valores referentes a março de 2012.

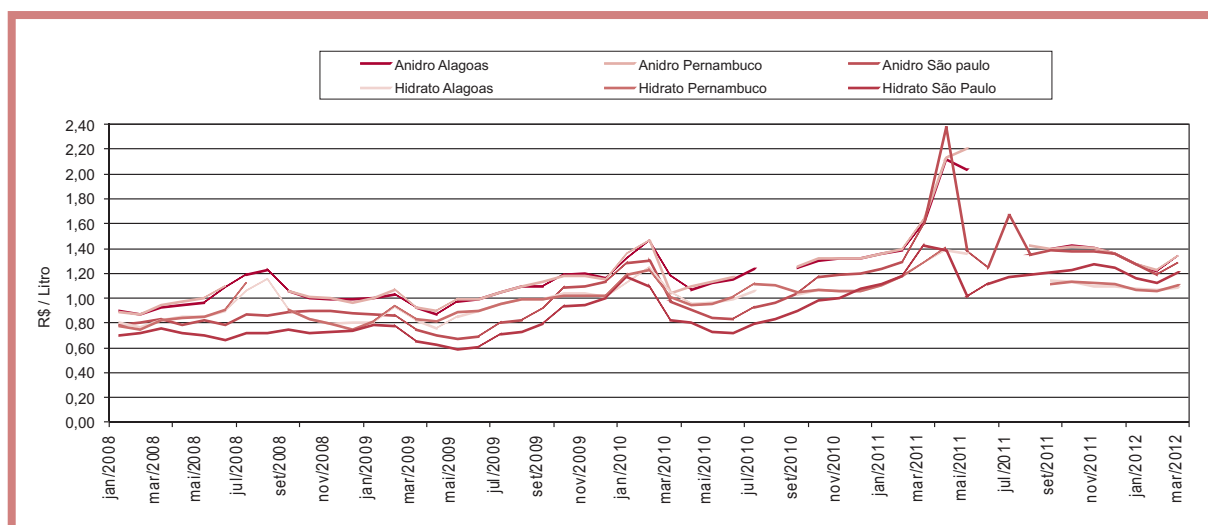


Gráfico 11 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e Hidratado em Alagoas, Pernambuco e São Paulo pelo Indicador Mensal CEPEA/ESALQ, de Janeiro/2008 a Março/2012⁽¹⁴⁾

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2012g. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.2.2 - Pecuária

Segundo estimativa da equipe BNB/Conjuntura Econômica, com base em dados do Anualpec, o mercado físico de carne bovina no Nordeste deverá alcançar, em 2012, 1,09 milhão de toneladas de equivalente-carcaça, aumento de 1,48% sobre a produção de 2011. Esse percentual supera ligeiramente o crescimento previsto para o mercado brasileiro (1,12%). Todavia, vale ressaltar a ocorrência de uma estiagem severa na região que pode alterar essa previsão.

No primeiro trimestre de 2012, o comportamento da cotação da arroba do boi gordo foi de baixa, em consequência do desaquecimento do mercado: os frigoríficos só ofertaram maiores preços aos produtores quando se fez necessário o preenchimento de escalas de abate, levando o indicador Esalq/BM&FBovespa para o mês de janeiro a fechar em R\$ 98,77, com baixa de 2,7% em relação ao último dia de dezembro de 2011 (CEPEA/BM&FBovespa, 2012a).

Em fevereiro, o mercado manteve-se com restrição da oferta pelos produtores e

cautela dos frigoríficos no tocante a novas aquisições, pressionando a cotação no fim do mês para R\$ 96,19/arroba, com nova baixa de 2,6% em relação a janeiro (CEPEA/BM&FBovespa, 2012b).

Em março, registrou-se queda na primeira quinzena e recuperação na segunda, pois a restrição da oferta por parte dos produtores forçou os frigoríficos a oferecer melhores preços como forma de conseguir bois para o abate, o que levou o indicador Esalq/BM&FBovespa a fechar em R\$ 94,92/arroba, assinalando queda menor que as dos dois meses anteriores

¹⁴ Valores referentes a 09/01/2012.

(-1,3%), reduzindo-se 6,5% no primeiro trimestre (CEPEA/BM&FBOVESPA, 2012c).

Em janeiro de 2012, a média nacional de preços do leite recuou 1,7% em relação a dezembro de 2011, ficando em R\$ 0,8316/l, devido principalmente ao período de safra na maioria dos estados incluídos no cálculo da média. Em fevereiro, a média aumentou 1,1%, indo para R\$ 0,8408/l, devido a estiagens no Sul e excesso de chuvas no Sudeste. Esse aumento não representou ganho real para o produtor, já que este teve custos maiores com a subida do preço do concentrado e da mão de obra (CEPEA/BM&FBOVESPA, 2012d).

Em março, registrou-se nova valorização na média nacional, correspondente a 2% (para R\$ 0,8581/l), devido à queda de oferta do produto nas principais regiões produ-

toras, totalizando incremento de 1,4% ao longo do trimestre. Em comparação com o período janeiro-março/2011, ocorreu um aumento real de 7,7% na média nacional de preço do leite pago ao produtor (CEPEA/BM&FBOVESPA, 2012f).

Em termos de Nordeste, a arroba de carne bovina, segundo informações das Centrais de Apoio Operacional do Banco do Nordeste (BNB) nos estados, vem sendo cotada a R\$ 97,18, com tendência de elevação, devido à aproximação do período de entressafra dos principais produtores da região (Maranhão, Bahia e Norte de Minas). No caso do leite, o preço médio do litro pago ao produtor atualmente está em R\$ 0,80, tendendo a elevar-se, em razão da estiagem, em alguns estados, como Sergipe (um dos principais produtores), Ceará, Pernambuco e Alagoas.

Tabela 8 – Nordeste – Cotações Médias Atuais para Arroba do Boi Gordo e Litro de Leite Bovino – Abril de 2012)

Estado	Item / Cotação Média Anual	
	Boi Gordo (R\$/@)	Leite Bovino (R\$/l)
Maranhão	86,00	0,61
Piauí	105,00	1,25
Ceará	85,00	0,85
Rio Grande do Norte	110,00	0,80
Paraíba	90,00	0,75
Pernambuco	105,00	0,73
Alagoas	100,00	0,85
Sergipe	100,00	0,70
Bahia	100,75	0,67
Minas Gerais (Norte de)	90,00	0,79
Média	97,18	0,80

Fonte: Centrais de Apoio Operacional do BNB nos Estados do Nordeste e Norte de Minas Gerais, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.2.3 - Agronegócio

3.2.3.1 - Desempenho do Faturamento

A perspectiva de um possível choque de demanda no segmento agropecuário, causado principalmente pelo setor externo, eleva a previsão do Valor Bruto da Produção (VBP) para 2012, que deverá alcançar R\$ 292 bilhões. Comparado a 2011, assinalará um acréscimo de R\$10 bilhões (Tabela 9). Devido à descontinuidade dos dados sobre os preços regionais dos produtos agropecuários outrora utilizados pelo BNB para o cálculo do VBP, modificou-se a fonte dos dados, que passaram a ser captados integralmente da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM) e do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola (LSPA), ambos divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), como também corrigidos pelo Índice Geral de Preços – Disponibilidade Interna (IGP-DI). Esse fato explica as divergências de estimativa em relação à edição anterior desta publicação.

A produção pecuária do Brasil passou de R\$ 104,3 bilhões em 2011 para R\$ 111,1 bilhões em 2012, assinalando aumento de 6,4%, em grande medida impulsionado pela produção de carnes. Enquanto isso, o VBP agrícola registrou aumento de R\$ 3,7

Tabela 9 – Valor Bruto da Produção Agropecuária Brasileira (VBP) – 2011 e 2012
R\$ Milhões de Março/2012

Produtos	2011	2012	Varição 2012/2011 (%)	Diferença 2012-2011
Agrícolas	177.236	180.928	2,1	3.692
- lavouras temporárias (1)	141.889	143.012	0,8	1.123
- lavouras permanentes (2)	35.347	37.916	7,3	2.569
grãos (3)	78.503	77.414	-1,4	-1.089
outras lavouras	98.733	103.514	4,8	4.781
Pecuários	104.342	111.051	6,4	6.709
- carnes (4)	84.046	89.621	6,6	5.575
- derivados (5)	20.296	21.430	5,6	1.134
Total	281.578	291.979	3,7	10.401

Fonte: IBGE/SIDRA, 2012a, b. Elaboração: BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

(1) abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, aveia, arroz, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo e triticale.

(2) abacate, algodão arbóreo, azeitona, banana, borracha, cacau, café, caqui, castanha-de-caju, chá-da-índia, coco-da-baía, dendê, erva-mate, figo, goiaba, guaraná, laranja, limão, maçã, mamão, manga, maracujá, marmelo, noz, palmito, pera, pêssego, pimenta-do-reino, sisal, tangerina, tungue, urucum e uva.

(3) amendoim, arroz, aveia, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, mamona, milho, soja, sorgo, trigo e triticale.

(4) bovina, suína e de frango.

(5) leite e ovos.

Tabela 10 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2011 e 2012

Produtos	Unidade	Ano/Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Lavoura temporária (a)							
Brasil						141.889.057	143.012.172
Nordeste						18.888.793	20.621.056
Abacaxi	Mil frutos	609.913	616.902	0,87	0,90	529.667	553.530
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.702.133	1.750.257	1,07	1,10	1.819.746	1.933.341
Alho	Tonelada	9.394	6.146	3,94	4,07	37.018	25.023
Amendoim (em casca)	Tonelada	14.196	14.198	1,15	1,19	16.384	16.931
Arroz (em casca)	Tonelada	1.165.211	1.077.257	0,63	0,65	729.593	696.923
Batata - doce	Tonelada	179.076	179.076	0,60	0,62	106.704	110.248
Batata - inglesa	Tonelada	344.039	296.557	0,80	0,82	274.595	244.558
Cana-de-açúcar	Tonelada	72.955.694	73.106.139	0,06	0,07	4.636.992	4.800.876
Cebola	Tonelada	283.337	294.232	0,86	0,89	243.672	261.446
Fava (em grão)	Tonelada	6.667	6.667	2,54	2,63	16.967	17.531
Feijão (em grão)	Tonelada	818.485	975.108	2,02	2,08	1.649.690	2.030.645
Fumo (em folha)	Tonelada	17.901	21.487	3,35	3,46	59.985	74.393
Girassol	Tonelada	1.131	873	0,85	0,88	966	770
Mamona (baga)	Tonelada	108.428	61.213	1,02	1,05	110.695	64.568
Mandioca	Tonelada	7.904.634	8.340.518	0,20	0,21	1.598.987	1.743.194
Melancia	Tonelada	701.213	701.213	0,38	0,39	265.392	274.206
Melão	Tonelada	456.686	456.686	0,73	0,75	332.192	343.224
Milho (em grão)	Tonelada	5.040.139	6.416.160	0,40	0,41	2.002.797	2.634.263
Soja (em grão)	Tonelada	6.228.019	6.705.268	0,62	0,64	3.841.535	4.273.271
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	190.246	112.270	0,35	0,36	65.973	40.225
Tomate	Tonelada	611.764	519.491	0,90	0,93	549.241	481.889
Lavoura permanente (b)							
Brasil						35.346.707	37.915.967
Nordeste						8.005.991	8.268.439
Abacate	Tonelada	9.480	9.480	0,56	0,58	5.289	5.465
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	168	168	0,97	1,01	163	169
Banana	Tonelada	2.778.923	2.730.942	0,54	0,56	1.500.155	1.523.216
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	34.175	34.175	1,95	2,01	66.584	68.796
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	156.289	140.667	5,70	5,89	891.390	828.936
Café (beneficiado)	Tonelada	156.836	169.984	3,95	4,09	620.210	694.529
Caqui	Tonelada	119	119	1,63	1,68	194	200
Castanha-de-caju	Tonelada	226.330	308.337	1,18	1,22	266.988	375.807
Coco-da-baía	Mil frutos	1.382.552	1.273.339	0,45	0,46	618.025	588.110
Dendê (coco)	Tonelada	231.272	231.272	0,18	0,19	41.501	42.879
Goiaba	Tonelada	130.474	130.474	0,70	0,72	91.142	94.169
Guaraná (semente)	Tonelada	3.026	2.540	5,90	6,09	17.841	15.473
Laranja	Tonelada	1.940.390	1.932.096	0,32	0,33	611.419	629.026
Limão	Tonelada	83.859	83.859	0,48	0,50	40.375	41.716
Maçã	Tonelada	415	415	1,06	1,09	438	453
Mamão	Tonelada	1.170.569	1.170.569	0,88	0,91	1.033.017	1.067.325

(continua)

Tabela 10 – Nordeste – Estimativa do Valor Bruto da Produção (VBP) – 2011 e 2012
(conclusão)

Produtos	Unidade	Ano/Quantidade		Preço (kg)		VBP (mil reais)	
		2011	2012	2011	2012	2011	2012
Manga	Tonelada	846.530	846.530	0,54	0,56	455.231	470.351
Maracujá	Tonelada	699.242	699.242	0,89	0,91	618.935	639.492
Marmelo	Tonelada	250	250	1,73	1,79	433	447
Palmito	Tonelada	20.320	20.320	0,38	0,40	7.794	8.053
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.149	4.407	4,04	4,18	16.769	18.403
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	283.141	249.507	0,97	1,00	274.934	250.321
Tangerina	Tonelada	41.267	41.267	0,45	0,47	18.632	19.251
Urucum (semente)	Tonelada	2.447	2.447	1,89	1,96	4.632	4.786
Uva	Tonelada	273.832	290.471	2,94	3,03	803.899	881.068
Agricultura							
Brasil						177.235.765	180.928.139
Nordeste						26.894.784	28.889.495
Pecuária							
Brasil						104.342.204	111.050.844
Nordeste						11.411.265	12.083.600
Carne bovina	Tonelada	1.076.840	1.092.768	6,59	6,81	7.098.066	7.442.282
Frango	Tonelada	1.141.146	1.227.164	1,95	2,01	2.221.471	2.468.263
Leite	Milhões de litros	3.235	3.331	0,83	0,86	2.697	2.870
Ovos	Mil cx. de 30 dúzias	10.164	10.618	2,55	2,64	864.252	932.875
Suínos	Tonelada	382.589	374.080	3,20	3,31	1.224.779	1.237.311
Agropecuária							
Brasil						281.577.969	291.978.983
Nordeste						38.306.049	40.973.096
Relações Nordeste/Brasil							
Lavoura temporária (a)						13,3	14,4
Lavoura permanente (b)						22,6	21,8
Agricultura (c)						15,2	16,0
Pecuária (d)						10,9	10,9
Agropecuária (c + d)						13,6	14,0

Fontes: IBGE/SIDRA 2012a, b; AgraFNP, 2011. Valores a preços de mar/2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

bilhões, passando de R\$ 177,2 bilhões para R\$ 180,9 bilhões no período observado. Destaca-se ainda o comportamento das lavouras permanentes, cujo VBP experimentou aumento de 7,3%, passando de R\$ 35,3 bilhões para R\$ 37,9 bilhões. Estima-se o aumento de R\$ 1,1 bilhão no faturamento das lavouras temporárias e de R\$ 2,6 bilhões no das lavouras permanentes.

Segundo as estimativas, o Nordeste aumentará de 15,2% para 16% a sua participação no VBP nacional no segmento agrícola, enquanto na pecuária manterá os 6% registrados em 2011. Considerando-se os dois segmentos, juntos, a participação do VBP do Nordeste no VBP nacional permanecerá praticamente a mesma, com incremento de 10,4% para 10,7%.

Tabela 11 – Nordeste – Estimativa da Participação de Estados Selecionados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2012

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.680	13,0	78	0,9	2.758	9,5	1.489	12,3	4.247	10,4
Piauí	2.008	9,7	117	1,4	2.126	7,4	822	6,8	2.948	7,2
Ceará	1.706	8,3	908	11,0	2.614	9,0	1.533	12,7	4.148	10,1
Rio Grande do Norte	799	3,9	285	3,4	1.085	3,8	423	3,5	1.507	3,7
Paraíba	933	4,5	211	2,6	1.144	4,0	591	4,9	1.735	4,2
Pernambuco	1.724	8,4	1.276	15,4	3.000	10,4	2.189	18,1	5.188	12,7
Alagoas	2.145	10,4	80	1,0	2.224	7,7	431	3,6	2.655	6,5
Sergipe	758	3,7	452	5,5	1.210	4,2	408	3,4	1.618	3,9
Bahia	7.868	38,2	4.861	58,8	12.729	44,1	4.197	34,7	16.926	41,3
Bahia+ Pernam- buco+ Ceará+ Maranhão	13.978	67,8	7.123	86,1	21.101	73,0	9.408	77,9	30.509	74,5
Demais	6.643	32,2	1.146	13,9	7.789	27,0	8.934	73,9	16.723	40,8
Soma	20.621	100,0	8.268	100,0	28.889	100,0	12.083	100,0	40.973	100,0

Fontes: IBGE/SIDRA, 2012a, b; AgraFNP, 2011. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Prevê-se que o valor da produção agropecuária do Nordeste crescerá 7% em relação ao ano anterior, não obstante o baixo nível pluviométrico e as espaçadas chuvas em 2012. Cabe registrar, porém, que o Levantamento Sistemático da Produção de março/2012, divulgado pelo IBGE e fonte de boa parte dos dados aqui utilizados, com certeza não tinha captado, ainda, a mudança no panorama climático que se configurou no mês de abril.

O valor da produção agrícola regional deverá elevar-se de R\$ 38,3 bilhões para R\$ 41 bilhões no período (Tabela 10).

As condições climáticas influenciam, sobremaneira, porém de forma indireta¹⁵, a produção agrícola nordestina, a depender do perfil do produtor. Desse modo, espera-se

que reduções abruptas no valor da produção agrícola não venham a se efetivar, haja vista que parte da produção comercial advém de grandes propriedades, caracterizando-se por terras de cerrado e produção tecnificada, além do aumento dos preços que acompanha a redução da produção. Parte do segmento pecuário comporta-se de modo semelhante. Grandes pecuaristas protegem-se dos efeitos da irregularidade de chuvas adquirindo ração em outros estados, de modo a manter o nível de produtividade. Os pequenos produtores tendem a sofrer mais com os efeitos climáticos; entretanto, para muitos produtos, sua participação no mercado é menos expressiva, influenciando pouco o VBP, especialmente quando a extensão total das perdas ainda não foi contemplada nas estatísticas.

15 A influência indireta do nível pluviométrico na produção relaciona-se com a elevação dos custos que sempre ocorre quando os efeitos climáticos não são favoráveis, seja pela elevação dos preços relativos, devido à escassez de produção, seja pelo aumento dos custos de transporte e de insumos.

No tocante às participações estaduais no VBP do Nordeste, Bahia, Ceará, Maranhão e Pernambuco, juntos, respondem por 74,5% (R\$ 30,6 bilhões), enquanto o VBP dos demais estados da região, totalizando R\$ 16,7 bilhões, corresponde a pouco mais de um quarto do total (Tabela 11).

A Bahia (R\$ 7,8 bilhões) e o Maranhão (R\$ 2,7 bilhões) foram os estados mais importantes na composição do VBP da agricultura

regional (lavouras temporárias), enquanto Bahia (R\$ 4,9 bilhões) e Pernambuco (R\$ 1,3 bilhão) exerceram esse mesmo papel no VBP das lavouras permanentes. Estes mesmos estados também foram predominantes na pecuária, com R\$ 4,2 bilhões e R\$ 2,2 bilhões, respectivamente, o que garantiu a hegemonia de ambos no VBP da agropecuária regional, com participação total de R\$ 22,1 bilhões, correspondente a mais da metade do VBP rural.

3.2.3.2 - Balança Comercial do Agronegócio

No primeiro trimestre de 2012, as exportações brasileiras totalizaram US\$ 55 bilhões, assinalando incremento de 7,5% em relação a idêntico período de 2011 (Tabela 12).

A economia mundial passa por um período de instabilidade, devido a fatores como a crise europeia, as perspectivas de desaceleração do crescimento econômico da China e a política de desvalorização da moeda americana. O reflexo desse cenário no Brasil tem sido a constante pressão cambial no sentido de sua valorização, que tem levado o Banco Central a empreender forte controle sobre o fluxo de moeda estrangeira em circulação.

O choque de demanda mundial, aliado à valorização do câmbio em 2011, ainda dita o ritmo do comércio exterior brasileiro deste primeiro trimestre. Nesse ínterim, as importações brasileiras aumentaram 9,5%, reduzindo o saldo comercial de US\$ 3,1 bilhões para US\$ 2,4 bilhões, o que significa uma queda de 22,5%. Em contrapartida, o saldo do agronegócio aumentou de US\$ 13,9 bilhões positivos para US\$ 15,1 bilhões, incremento de 8,6% em relação a idêntico

período de 2011, apesar de as importações do setor terem crescido mais que as exportações, em termos proporcionais: 9% e 8,7% respectivamente.

O agronegócio já é o mais importante componente da balança comercial do Brasil. No período analisado, as exportações desse setor corresponderam a mais de um terço do total, ao passo que as suas importações representaram 8,2%, alcançando saldo seis vezes superior ao do final de 2011. Sem esse setor, o país apresentaria déficits de US\$ 10,7 bilhões e US\$ 12,6 bilhões, respectivamente, em 2011 e 2012.

Na região Nordeste, as exportações totais, que em março de 2011 acumulavam US\$ 3,9 bilhões, alcançaram US\$ 4,8 bilhões ao final do primeiro trimestre de 2012, com crescimento de 23,5%. Todavia, as importações, que já em 2011 superavam as exportações, aumentaram de US\$ 4,4 bilhões para US\$ 6,3 bilhões,

no mesmo intervalo, registrando avanço de 44%. O déficit total nordestino saltou de US\$ 442,6 milhões para US\$ 1,4 bilhão, aumentando 225,3%, ou seja, mais do que triplicou. Assim como ocorrera em relação aos valores nacionais, o agronegócio nordestino registrou superávits nos dois trimestres, apesar de uma leve redução de 0,3% entre os períodos. As exportações desse segmento na região assinalaram incremento de 0,3%, enquanto as importações cresceram 1,6%.

No primeiro trimestre de 2012 as exportações nordestinas do agronegócio corresponderam a 38,3% do total da pauta, proporção consideravelmente menor do que aquela observada em idêntico período do ano anterior, de 47,1%.

A participação das importações do agronegócio no total regional caiu de 14,2% no primeiro trimestre de 2011 para 10% no primeiro trimestre de 2012. O agronegócio nordestino reduziu sua participação no agro-

Tabela 12 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2011 e 2012

US\$ Milhões. Dados de janeiro a março de cada ano

Região/Estado	2011			2012		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil - Total (a)	51.232,8	48.087,6	3.145,2	55.079,7	52.642,3	2.437,4
Brasil - Agronegócio (b)	17.858,1	3.963,8	13.894,3	19.412,0	4.320,3	15.091,7
Nordeste - Total (c)	3.924,9	4.367,4	-442,6	4.847,3	6.287,0	-1.439,7
Nordeste - Agronegócio (d)	1.848,6	618,8	1.229,8	1.854,3	628,8	1.225,6
Alagoas	557,5	23,7	533,9	488,5	30,4	458,1
Bahia	768,5	161,7	606,8	782,1	231,3	550,8
Ceará	208,1	148,8	59,3	211,8	102,7	109,2
Maranhão	17,0	25,7	-8,7	60,8	36,3	24,5
Paraíba	26,3	79,6	-53,4	44,5	29,4	15,1
Pernambuco	201,1	157,3	43,7	153,3	179,0	-25,7
Piauí	12,1	0,1	12,0	22,4	0,5	21,9
Rio Grande do Norte	38,2	10,1	28,1	60,5	11,9	48,6
Sergipe	19,8	11,7	8,0	30,5	7,3	23,2
Varição % 2011/2012						
Brasil - Total				7,5	9,5	-22,5
Brasil - Agronegócio				8,7	9,0	8,6
Nordeste - Total				23,5	44,0	225,3
Nordeste - Agronegócio				0,3	1,6	-0,3
Alagoas				-12,4	28,5	-14,2
Bahia				1,8	43,0	-9,2
Ceará				1,8	-31,0	84,0
Maranhão				257,6	41,1	-379,8
Paraíba				69,3	-63,1	-128,3
Pernambuco				-23,7	13,8	-158,7
Piauí				84,4	461,7	81,5
Rio Grande do Norte				58,4	18,0	72,9
Sergipe				54,0	-37,7	188,0
Relações (%)						
b/a	34,9	8,2	441,8	35,2	8,2	619,2
d/c	47,1	14,2	-277,9	38,3	10,0	-85,1
d/b	10,4	15,6	8,9	9,6	14,6	8,1

Fonte: BRASIL, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

negócio nacional tanto nas exportações (de 10,4% para 9,6%) quanto nas importações (de 15,6% para 14,6%), o que refletiu na queda da participação do saldo comercial (de 8,9% para 8,1%). Não fosse o agronegócio, o Nordeste registraria déficits de US\$ 1,7 bilhão em 2011 e US\$ 2,7 bilhões em 2012, o que demonstra a alta representatividade do segmento nas contas externas da região.

As exportações nordestinas do agronegócio no primeiro trimestre de 2012 ficaram concentradas em quatro estados (Alagoas, Bahia, Ceará e Pernambuco). Juntos eles responderam por 88% do total; porém, em idêntico período do ano anterior, essa concentração chegou a alcançar 94%. Em relação a 2011, Maranhão e Piauí registraram os maiores incrementos proporcionais nas exportações (257,6% e 84,4%, respectivamente) devido, principalmente, ao aumento da produção de soja e milho nos dois estados. O Rio Grande do Norte ficou na terceira posição (58,4%). Em Alagoas e Pernambuco houve retrocesso nas exportações na comparação entre os dois trimestres. Com efeito, enquanto as vendas externas de Alagoas caíram 12,4%, as de Pernambuco sofreram redução de 23,7%.

Os principais destinos das importações nordestinas do agronegócio no primeiro trimestre de 2012 foram a Bahia, o Ceará, o Maranhão e Pernambuco, que, juntos, responderam por 87% das compras regionais no período. No primeiro trimestre de 2011 esses estados concentraram 80% das importações do agronegócio nordestino. Na comparação entre os dois trimestres, três estados reduziram suas importações: Paraíba (-63,1%), Sergipe (-37,7) e Ceará (-31%). As três maiores taxas de crescimento das importações foram registradas no Piauí (461,7%), na Bahia (43%) e no Maranhão (41,1%).

Em decorrência dessas variações, os estados nordestinos, à exceção de Pernambuco, registraram saldos comerciais positivos no agronegócio no primeiro trimestre de 2012. Na comparação entre os dois trimestres, no entanto, cinco deles reduziram o saldo comercial em 2012: Maranhão (-379,8%), Pernambuco (-158,7%), Paraíba (-128,3%), Alagoas (-14,2%) e Bahia (-9,2%). No sentido contrário, Sergipe, Ceará, Piauí e Rio Grande do Norte conseguiram aumentar seus saldos comerciais do agronegócio em 188%, 84%, 81,5% e 72,9%, respectivamente.

O complexo sucroalcooleiro, os produtos florestais, as fibras e produtos têxteis, as frutas (inclui nozes e castanhas) e o complexo de soja foram os cinco principais capítulos do agronegócio exportados pelo Nordeste no primeiro trimestre de 2012, totalizando US\$ 1,5 bilhão em vendas externas, valor correspondente a 80,6% do total do segmento. Sete capítulos (dos 15 destacados) reduziram as exportações em relação a 2011, sendo que a maior queda foi a do capítulo chá, mate e especiarias que caiu 70,5%, sem, no entanto, causar impacto significativo no agronegócio nordestino, dada a sua inexpressiva proporção no total das exportações do segmento (0,2%). Entre os capítulos de valores significativos, os maiores recuos foram registradas pelo complexo sucroalcooleiro (-12,1%), produtos florestais (-11,7%) e frutas (inclui nozes e castanhas) (-1,8%). Em valores monetários, as exportações desses três capítulos, juntos, sofreram redução de US\$ 148 milhões entre os dois trimestres. Enquanto isso, outros quatro capítulos aumentaram significativamente suas exportações: fibras e produtos têxteis (102,3%), sucos (81%), complexo de soja (72,6%) e demais produtos de origem vegetal (66%).

Tabela 13 – Nordeste – Agronegócio – Principais Capítulos Exportados – Janeiro a Março de 2011 e Janeiro a Março de 2012

Capítulo	2011			2012			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Complexo Sucoalcooleiro	772,4	41,8	41,8	679,2	36,6	36,6	-93,2	-12,06
2 Produtos Florestais	448,7	24,3	66,1	396,3	21,4	58,0	-52,4	-11,68
3 Fibras e Produtos Têxteis	87,5	4,7	70,8	177,1	9,5	67,6	89,5	102,29
4 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	131,2	7,1	77,9	128,8	6,9	74,5	-2,4	-1,81
5 Complexo soja	65,9	3,6	81,5	113,6	6,1	80,6	47,8	72,56
6 Couros, Produtos de Couro e Peleteria	121,7	6,6	88,0	111,9	6,0	86,7	-9,8	-8,09
7 Cacau e seus Produtos	71,1	3,8	91,9	63,5	3,4	90,1	-7,6	-10,64
8 Demais Produtos de Origem Vegetal	31,2	1,7	93,6	51,8	2,8	92,9	20,6	65,96
9 Café	39,7	2,1	95,7	44,2	2,4	95,3	4,6	11,49
10 Sucos	24,0	1,3	97,0	43,4	2,3	97,6	19,4	80,89
11 Fumo e seus Produtos	8,8	0,5	97,5	11,8	0,6	98,2	3,0	34,03
12 Produtos Alimentícios Diversos	6,8	0,4	97,9	8,7	0,5	98,7	2,0	29,01
13 Pescados	6,1	0,3	98,2	6,2	0,3	99,0	0,1	1,87
14 Produtos Apícolas	4,6	0,2	98,4	4,2	0,2	99,3	-0,4	-8,30
15 Chá, Mate e Especiarias	12,6	0,7	99,1	3,7	0,2	99,5	-8,9	-70,47
16 Outros	16,4	0,9	100,0	9,8	0,5	100,0	-6,6	-40,25
Total	1.848,6	100,0		1.854,3	100,0		5,7	0,31

Fonte: BRASIL, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

As importações do agronegócio nordestino no primeiro trimestre de 2012 foram mais concentradas que as suas exportações, já que apenas cinco produtos responderam por 82,3% (US\$ 517,5 milhões) do total de compras externas do segmento. Dentre os capítulos com significativa participação nas importações, apenas o de fibras e produtos têxteis acusou redução nos valores: de US\$ 137,9 milhões para US\$ 28,3 milhões, assinalando queda de 79,4%. Os cinco capítulos com os maiores volumes de compras externas obtiveram significativos aumentos em 2012, com destaque para cacau e seus produtos (160,1%) e pescados (44,1%). O capítulo frutas (inclui nozes e castanhas) apresentou o maior crescimento proporcional, da ordem de 162,7%, sem que esse aumento tenha causado grande impacto no desempenho do agronegócio, já que seu volume de compras

não chega a 2% do total importado pelo segmento (Tabela 14).

Dentre oito capítulos que integram a lista dos principais tanto em volume de importação quanto em volume exportado (Tabela 15), dois aumentaram os respectivos saldos comerciais: produtos alimentícios diversos (147,4%) e demais produtos de origem vegetal (69,7%). Enquanto isso, o capítulo pescados, que assinalara um déficit de US\$ 29,5 milhões em março de 2011, ampliou esse saldo negativo para US\$ 45 milhões. Pescados e cacau e seus produtos foram os dois únicos capítulos da lista a registrar déficits em março de 2012.

Dentre os capítulos analisados, fibras e produtos têxteis foi o que obteve maior aumento no saldo comercial, passando de um déficit de US\$ 50,3 milhões em 2011,

Tabela 14 – Nordeste. Principais Produtos Importados do Agronegócio. Janeiro a Março de 2011/2012

Produtos	2011			2012			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Cereais, Farinhas e Preparações	222,1	35,9	35,9	243,4	38,7	38,7	21,3	9,6
2 Cacau e seus Produtos	44,1	7,1	43,0	114,8	18,3	57,0	70,7	160,1
3 Produtos florestais	61,8	10,0	53,0	64,8	10,3	67,3	3,0	4,9
4 Pescados	35,5	5,7	58,8	51,2	8,1	75,4	15,7	44,1
5 Produtos Oleaginosos (exclui soja)	40,5	6,6	65,3	43,4	6,9	82,3	2,9	7,0
6 Fibras e Produtos Têxteis	137,9	22,3	87,6	28,3	4,5	86,8	-109,5	-79,4
7 Complexo Sucroalcooleiro	14,8	2,4	90,0	21,7	3,4	90,3	6,9	46,4
8 Bebidas	18,3	3,0	92,9	19,5	3,1	93,4	1,2	6,4
9 Frutas (inclui nozes e castanhas)	4,3	0,7	93,6	11,2	1,8	95,1	6,9	162,7
10 Produtos Hortícolas, Leguminosas, Raízes e Tubérculos	9,8	1,6	95,2	6,0	1,0	96,1	-3,8	-38,6
11 Carnes	9,9	1,6	96,8	4,7	0,8	96,8	-5,1	-52,0
12 Lácteos	4,7	0,8	97,6	4,7	0,7	97,6	0,0	-0,8
13 Produtos Alimentícios Diversos	4,7	0,8	98,3	3,6	0,6	98,2	-1,1	-23,1
14 Demais Produtos de Origem Vegetal	2,4	0,4	98,7	2,9	0,5	98,6	0,5	21,1
15 Rações para Animais	1,8	0,3	99,0	2,3	0,4	99,0	0,5	27,9
16 Outros	6,2	1,0	100,0	6,4	1,0	100,0	0,2	2,5
Total	618,8	100,0		628,8	100,0		10,0	1,6

Fonte: BRASIL, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

para um superávit de US\$ 148,7 milhões em 2012. O saldo comercial do agronegócio do Nordeste foi sustentado por esses oito capí-

tulos, que, juntos, responderam por 99% do saldo do segmento.

Tabela 15 – Nordeste – Saldo Comercial dos Principais Produtos Exportados e Importados, Simultaneamente, do Agronegócio, Janeiro a Março

Produtos	2011			2012			Variação	
	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Valor (US\$ Milhões)	Part. %	% Acumulado	Absoluta	%
1 Complexo Sucroalcooleiro	757,6	60,6	60,6	657,5	54,2	54,2	-100,0	-13,2
2 Produtos Florestais	387,0	31,0	91,6	331,5	27,3	81,5	-55,4	-14,3
3 Fibras e Produtos Têxteis	-50,3	-4,0	87,6	148,7	12,3	93,8	199,1	-395,5
4 Frutas (Inclui Nozes e Castanhas)	126,9	10,2	97,7	117,6	9,7	103,5	-9,3	-7,3
5 Demais Produtos de Origem Vegetal	28,8	2,3	100,0	48,9	4,0	107,5	20,1	69,7
6 Produtos Alimentícios Diversos	2,1	0,2	100,2	5,1	0,4	107,9	3,1	147,4
7 Pescados	-29,5	-2,4	97,8	-45,0	-3,7	104,2	-15,5	52,7
8 Cacau e seus Produtos	27,0	2,2	100,0	-51,3	-4,2	100,0	-78,2	-290,1
Total	1.249,5	100,0		1.213,2	100,0		-36,3	-2,9

Fonte: BRASIL, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

3.3 - Produção Industrial do Brasil

A produção industrial brasileira cresceu 1,3% em fevereiro de 2012, comparativamente ao mês anterior. Dos 27 ramos analisados, 18 assinalaram expansão no indicador mês a mês imediatamente anterior, com ênfase para equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, ópticos e outros (23,8%), veículos automotores (13,1%), indústria extrativa (9,3%) e farmacêuticos (7%).

Na comparação por categoria de uso, vale destacar o resultado do setor de bens de capital (5,7%) nessa base de comparação, após a expansão de 16,1% registrada em janeiro. Os segmentos de bens intermediários e bens de consumo semiduráveis e não duráveis também tiveram variação positiva, de 2,3% e 1,1% respectivamente. Em sentido contrário, o segmento de bens de consumo duráveis decresceu 4,3%, assinalando resultado negativo nesse indicador pela segunda vez consecutiva.

A expansão da produção doméstica do setor automobilístico já reflete o aumento de 30% do Imposto de Produtos Industrializados (IPI) sobre carros importados que não tenham 65% de conteúdo regional.

Essa medida já começa a gerar impacto na importação de veículos. De acordo com a Associação dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea), constata-se uma trajetória decrescente na proporção de veículos importados no total de licenciamentos após a elevação do imposto. A participação dos importados será também afetada pelo recente acordo entre Brasil e México que estabelece quotas para a importação de carros mexicanos (ANFAVEA, 2012a).

Em contrapartida, os indicadores interanuais registraram variação negativa. Comparativamente ao mesmo do ano anterior, verificou-se em fevereiro de 2012 um recuo de 3,9%, o sexto resultado negativo nessa base de comparação. Dos 27 ramos industriais, 16

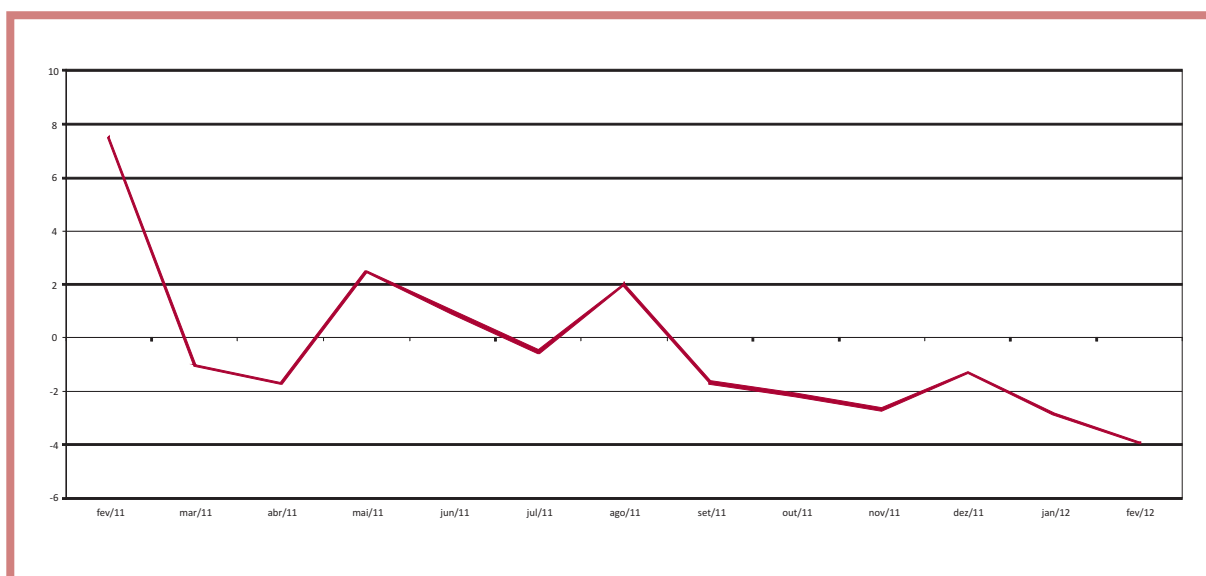


Gráfico 12 – Brasil: Produção Física Industrial, Mês\Mesmo Mês do Ano Anterior. Fevereiro de 2011 a Fevereiro de 2012

Fonte: IBGE, 2012f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

assinalaram decréscimo, com destaque para veículos automotores (-28,3%), material eletrônico, aparelhos e equipamentos de comunicações (-17,6%) e máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-15,9%).

Entre as categorias de uso, o segmento de bens de consumo duráveis registrou variação negativa de 22,1%, a maior retração desde fevereiro de 2009. O segmento de bens de capital também caiu (16,1%). Por outro lado, os resultados foram ligeiramente positivos para bens de consumo semiduráveis e não duráveis e bens intermediários, com crescimento de 0,5% e 0,4% respectivamente.

No acumulado do ano, a atividade industrial apresentou recuo de 3,4%, com 15 dos 27 ramos investigados apontando variações negativas. Os maiores decréscimos proporcionais foram observados em veículos automotores (-27,6%), máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-12,8%), vestuário e acessórios (-9,6%) e têxtil (-7,8%).

Os maus resultados da atividade industrial implicam recuo do Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci). Por categoria de uso, todos os segmentos aumentaram a ociosidade em março de 2012, comparativamente a idêntico mês do ano anterior, com ênfase para bens de capital e material de construção.

Diante do baixo desempenho da indústria manufatureira, o governo anunciou um conjunto de medidas visando fortalecer a indústria nacional¹⁶, destacando-se a desoneração da folha de pagamentos de 15 setores da indústria considerados intensivos em mão de obra¹⁷. Ademais, o governo ampliou o Repor-to que desonera do IPI, do PIS\Cofins e do Imposto de Importação as inversões em portos e ferrovias sem similar nacional.

Os segmentos têxtil, confecções, calçados, autopeças e móveis serão contemplados com a postergação do recolhimento dos PIS\Cofins de abril e maio para novembro e de-

16 Um detalhamento das medidas anunciadas pelo governo no contexto do Plano Brasil Maior está disponível no site do Ministério da Fazenda (www.fazenda.gov.br).

17 Como têxtil, móveis, plásticos, material elétrico, autopeças, ônibus, naval e aéreo.

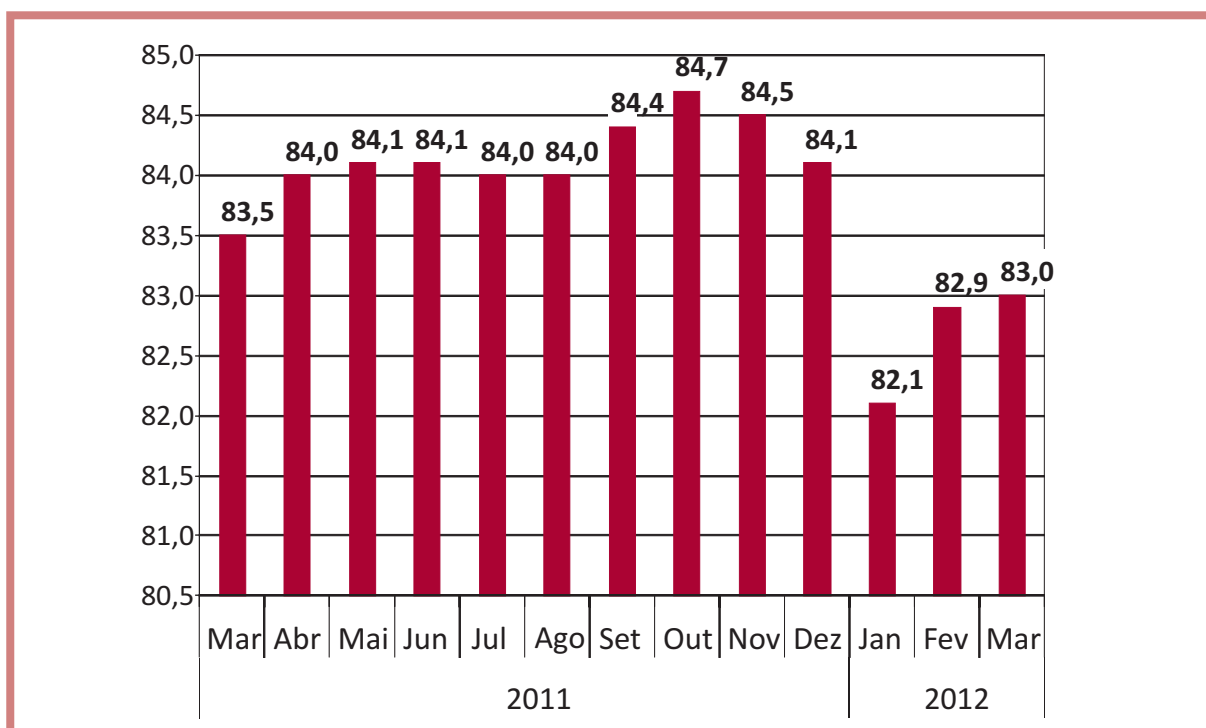


Gráfico 13 – Brasil. Nível de Utilização da Capacidade Instalada com Ajuste Sazonal. Março de 2011 a Março de 2012

Fonte: FGV, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

zembro. Vale mencionar que a maioria dessas atividades tem considerável participação na matriz industrial nordestina.

Além das medidas tributárias, vale igualmente destacar a ampliação dos recursos do Programa de Financiamento à Exportação (Proex) em 2012. Os recursos do programa saltaram de R\$ 1,2 bilhão em 2011 para R\$ 3,1 bilhões. Adicionalmente, o governo ampliará o financiamento de empresas de base exportadora que não pagam IPI e PIS\Cofins na compra de insumos.¹⁸

Os produtos fabricados no Brasil, como medicamentos, fármacos, biofármacos, retro-

escavadoras e motoniveladoras, terão preferência sobre os importados nas compras governamentais.

Com relação ao financiamento do setor produtivo, o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) será contemplado com um aporte adicional de até R\$ 45 bilhões, que serão utilizados principalmente pelo Programa de Sustentação do Investimento (PSI). Serão priorizados os projetos de investimentos relacionados com a inovação. O aumento dos recursos será acompanhado por uma redução do custo de capital, com queda das taxas de juros em todas as modalidades de empréstimo do banco.

¹⁸ Para ser considerada preponderantemente exportadora, a empresa era obrigada a cumprir um percentual mínimo de exportação de 60% para os segmentos intensivos em trabalho e 70% para os demais. Esse percentual mínimo de exportação caiu para 50%.

Com o objetivo de impulsionar a produção do setor automobilístico, o governo anunciou também os principais pontos do novo regime automotivo que entrará em vigor entre janeiro de 2013 e dezembro de 2017. De acordo com o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Pimentel, o novo regime concederá incentivo tributário para os fabricantes produzirem carros no Brasil com maior conteúdo regional.

Para obter a redução de 30% no IPI, as montadoras deverão, além de cumprir o percentual mínimo estabelecido de conteúdo regional, investir em inovação, pesquisa e desenvolvimento, ampliar os gastos com engenharia de tecnologia industrial básica e incrementar a eficiência energética dos ve-

ículos (BRASIL, 2012). Para o Nordeste, que vem recebendo significativos investimentos no setor automobilístico, o novo regime automotivo possibilitará uma maior densidade industrial na região, com a formação de redes de fornecedores em torno das montadoras, evitando a constituição de economias de enclave.

Outros fatores podem igualmente contribuir para a ampliação do valor adicionado no plano interno, como a trajetória de queda da taxa Selic, a implementação de medidas protecionistas em alguns segmentos vulneráveis à concorrência externa e a expansão dos investimentos públicos, principalmente no contexto do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

3.3.1 - Produção Industrial do Nordeste

A atividade industrial nordestina cresceu 0,8% em fevereiro de 2012 na comparação com o mês anterior, após assinalar expansão de 5,9% em janeiro nesse indicador. Nas comparações interanuais, os resultados foram igualmente positivos: incremento de 10,6% em relação a fevereiro de 2011 e de 6,9% no acumulado do ano. Esses resultados revelam uma recuperação da atividade industrial na região, após um recuo de 4,7% em 2011.

O aumento de 10,6% no indicador mês/mesmo mês do ano anterior significou o segundo acréscimo consecutivo nessa base de comparação e a maior taxa registrada desde julho de 2010 (13,9%). Seis dos onze ramos investigados apresentaram resultados positivos, com ênfase para produtos químicos (73,2%), alimentos e bebidas (4,6%) e minerais não metálicos (10,2%). Enquanto isso, a indústria têxtil teve recuo substancial (18,1%).

Em relação à indústria química, a recuperação da produção industrial nordestina segue uma trajetória que se assemelha à *performance* nacional. De acordo com a Associação Brasileira da Indústria Química (Abiquim), o índice médio de produção registrou alta de 11,6% no primeiro trimestre de 2012, enquanto as vendas internas assinalaram crescimento de 12,6%.

Segundo a Abiquim (ABIQUIM, 2012), o bom desempenho da indústria petroquímica

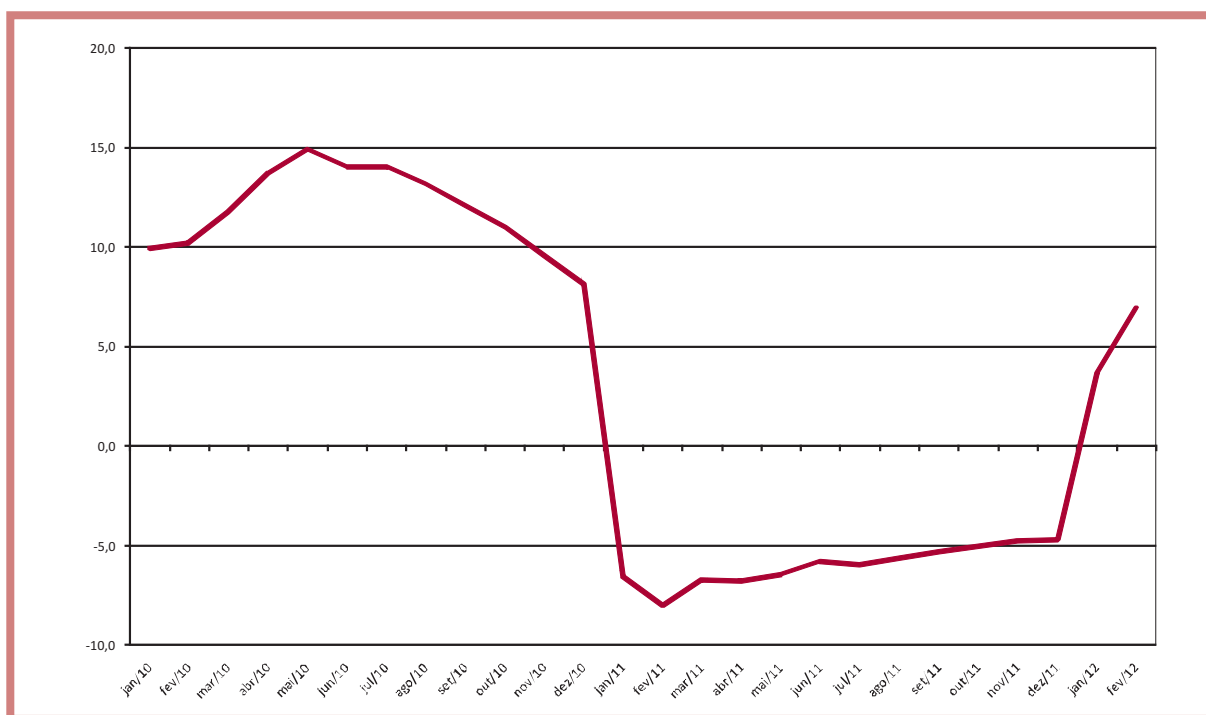


Gráfico 14 – Produção Industrial Nordestina. Janeiro de 2010 a Fevereiro de 2012. Indicador Mês Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IBGE, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

reflete a melhoria do ambiente econômico e a diminuição do ritmo de crescimento das importações no início do ano, em decorrência da valorização do dólar frente ao real. Entretanto, a reduzida base de comparação por conta do desligamento do sistema elétrico em fevereiro de 2011 na região Nordeste foi a principal responsável por esse desempenho da indústria química nacional e regional.

A Abiquim avalia ainda que, apesar da retomada da produção, o cenário permanece desfavorável, em virtude da queda da demanda mundial por produtos químicos, acarretando um redirecionamento dos excedentes exportáveis para países com demanda doméstica aquecida, como no caso do Brasil. Ademais, a sobrevalorização da moeda nacional e os incentivos de alguns governos estaduais para a importação também comprometem o desempenho da indústria.

No que tange às principais economias estaduais da região, o Ceará registrou acréscimo de 2,5% em sua produção industrial, comparativamente ao mês precedente, praticamente anulando o decréscimo de 2,6% observado em janeiro. Já na comparação interanual, o desempenho permanece negativo: queda de 6% no indicador mensal e de 6,9% no acumulado do primeiro bimestre.

Sete das dez atividades analisadas assinalaram decréscimo no acumulado dos dois primeiros meses de 2012. As maiores retrações foram observadas nos segmentos têxtil (-23%) e alimentos e bebidas (-7,3%). Vale mencionar que esses dois ramos têm uma participação substancial no Valor da Transformação Industrial (VTI) do Ceará. Em sentido contrário, refino de petróleo e produção de álcool (18,9%) e metalurgia básica (23,5%) exerceram as principais influências positivas.

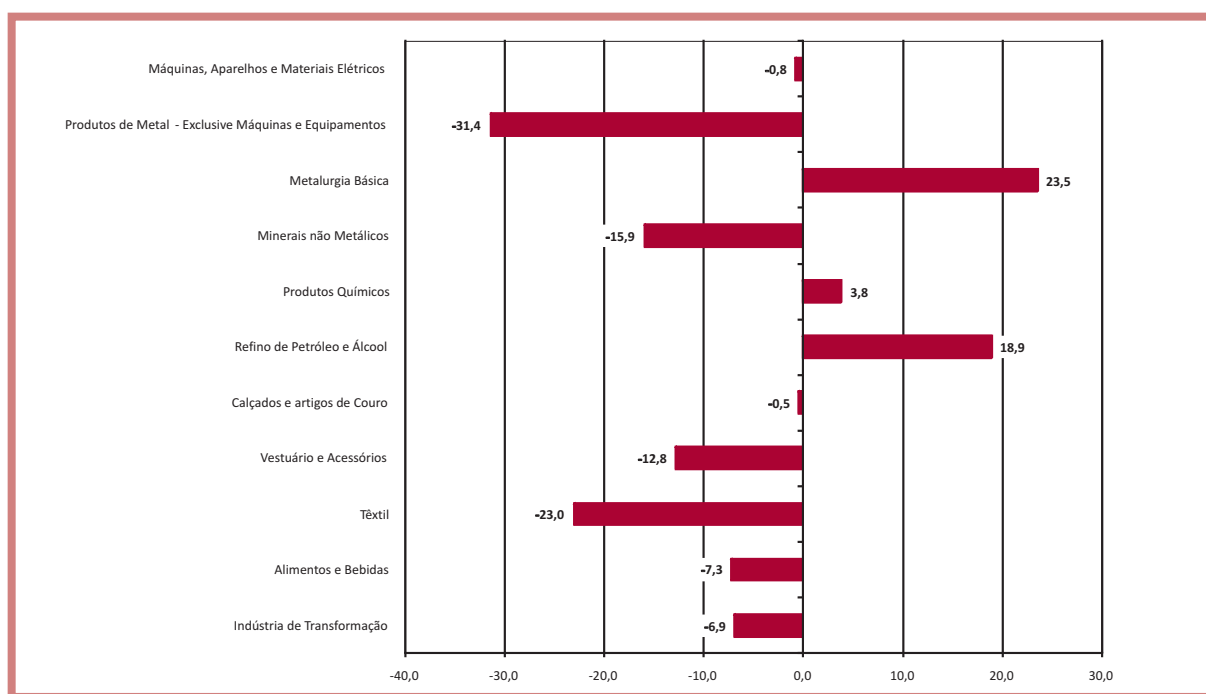


Gráfico 15 – Ceará. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Ano

Fonte: IBGE, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

O impacto da queda da produção cearense sobre o pessoal empregado foi significativo. Os dados da pesquisa de indicadores industriais fornecidos pelo Instituto de Desenvolvimento Industrial (Indi), da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (Fiec) revelam uma retração de 4,5% do pessoal ocupado no primeiro bimestre, com ênfase para os ramos calçados (-10,1%), minerais não metálicos (-9,3%), têxtil (-5,1%) e vestuário (-4,2%) (FIEC/INDI, 2012a).

Os resultados negativos da indústria cearense no início do ano se refletiram no Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci), que ficou em 82,8% em fevereiro de 2012, bem abaixo do Nuci observado em fevereiro de 2011 (85%). Dos oito ramos analisados, cinco aumentaram o nível de ociosidade nessa base de comparação. Vale destacar a significativa

queda do Nuci nos segmentos intensivos em mão de obra mais vulneráveis à concorrência externa (têxtil, calçados e vestuário).

A baixa *performance* da indústria cearense contrasta com o favorável desempenho do comércio, que cresceu 4,5% nesse período. A expansão da atividade comercial tem estimulado a construção de centros comerciais e *shopping centers* no estado. Para 2012, oito empreendimentos de construção e expansão de áreas já confirmados nesse segmento deverão injetar R\$1,3 bilhão na economia cearense. Entre esses empreendimentos, destaca-se o Shopping Rio Mar, em Fortaleza, do grupo pernambucano João Carlos Paes Mendonça. A previsão de investimento para a construção desse *shopping* é de R\$ 600 milhões, podendo chegar a R\$ 800 milhões se se levar em conta a infraestrutura necessária.

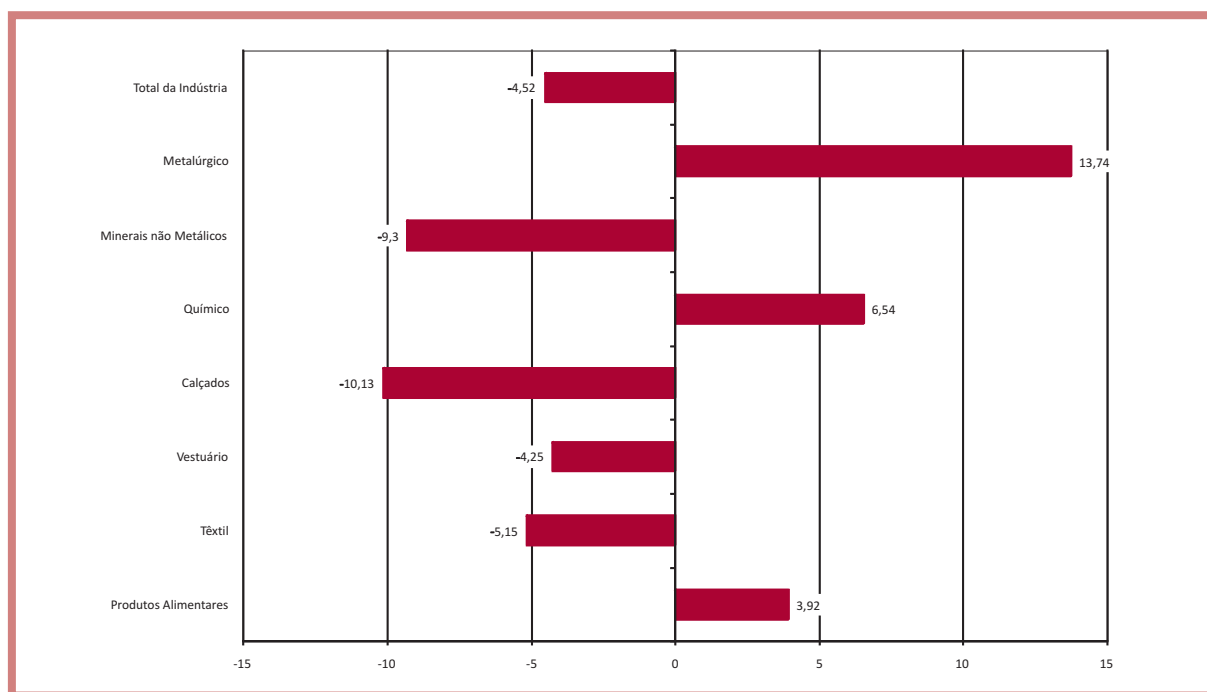


Gráfico 16 – Ceará. Pessoal Ocupado da Indústria de Transformação. Acumulado do Primeiro Bimestre – %

Fonte: FIEC/INDI, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Também está prevista a construção de *shopping centers* em Juazeiro do Norte, Maracanaú e Sobral (PROJETOS..., 2012).

A indústria pernambucana cresceu 0,5% em fevereiro de 2012 no confronto com o mês anterior, compensando o recuo de 0,2% registrado em janeiro. Já na comparação com igual mês do ano anterior, o aumento chegou a 6,5%, sendo a nona variação positiva consecutiva nessa base de comparação.

No acumulado do ano, registrou-se incremento de 8,7%, com nove das onze atividades assinalando resultado positivo. Os principais resultados positivos vieram de minerais não metálicos (31,2%), metalurgia básica (26,6%) e produtos de metal (16,8%). Em sentido oposto, os ramos produtos têxteis e alimentos e bebidas registraram taxas negativas no índice acumulado do ano: -0,7% e -0,1%, respectivamente.

O dinamismo do setor industrial pernambucano vem ganhando impulso com os

grandes empreendimentos em fase de construção ou operação (Refinaria Abreu e Lima, Petroquímica Suape, Estaleiro Atlântico Sul, Hemobrás e BR Foods). De acordo com o "Estudo dos Impactos dos Investimentos na Economia Pernambucana", recém-realizado pela Agência Estadual de Planejamento e Pesquisas do Estado de Pernambuco, esses empreendimentos injetarão R\$ 66,5 bilhões na economia do estado, com impacto positivo no valor adicionado bruto, no rendimento das famílias e na geração de postos de trabalho (SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO, 2012).

Na Bahia, constatou-se uma retração de 0,6% na produção industrial em fevereiro de 2012, comparativamente a janeiro. Na comparação com iguais períodos do ano anterior, a atividade industrial baiana assinalou elevação de 24% em relação a fevereiro de 2011 e de 12,7% no acumulado do ano.

O resultado positivo no primeiro bimestre do ano deve-se à expansão de seis dos nove

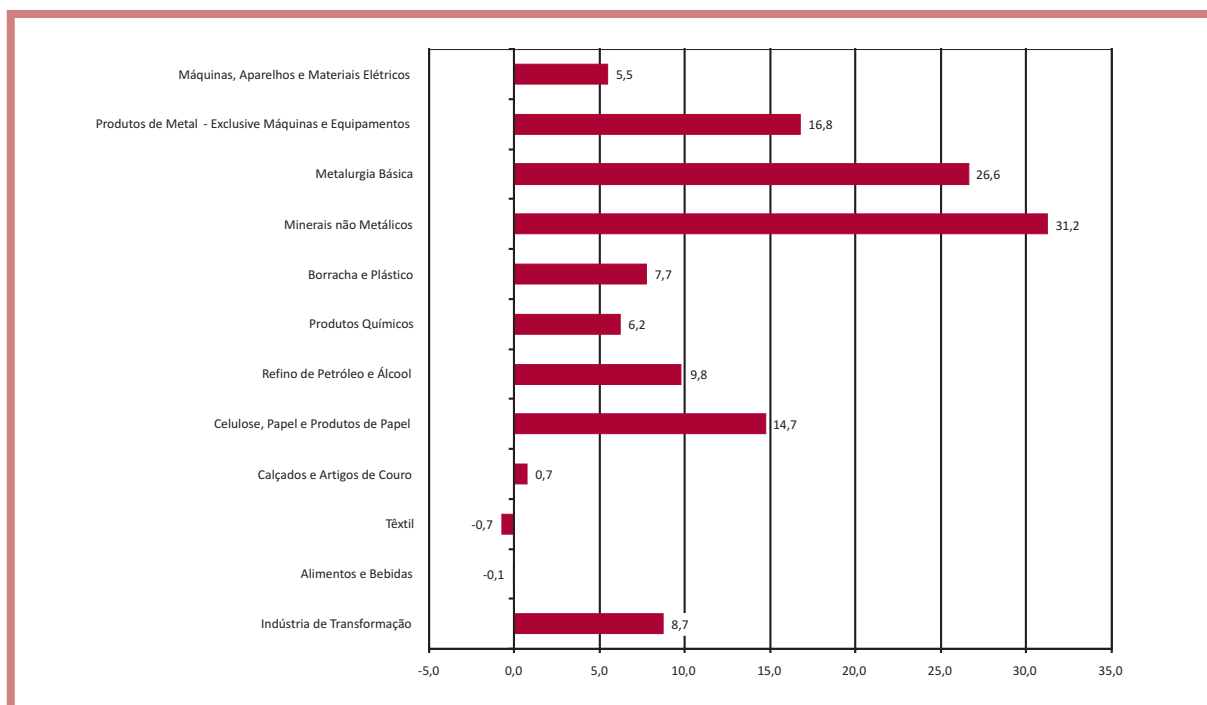


Gráfico 17 – Pernambuco. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Ano

Fonte: IBGE, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

ramos investigados. Os maiores acréscimos provieram de produtos químicos (52,3%), alimentos e bebidas (8%) e refino de petróleo e produção de álcool (1,9%). Em contra-

partida, foram assinalados decréscimos nos segmentos veículos automotores (-13,7%), celulose, papel e produtos de papel (-6,4%) e indústrias extrativas (-5,1%).

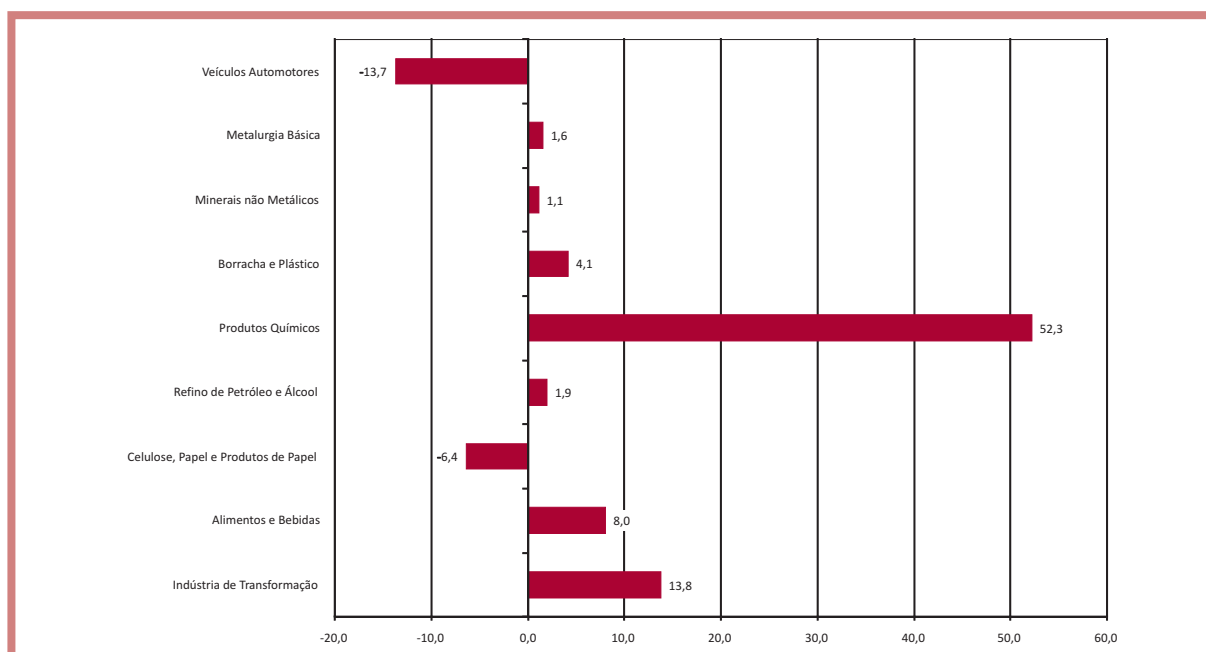


Gráfico 18 – Bahia. Classe e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Acumulado do Ano

Fonte: IBGE, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Em síntese, o primeiro bimestre de 2012 confirma a recuperação da indústria nordestina, apesar da queda da produção dos setores afetados pelo câmbio apreciado e pela intensificação da concorrência. A expectativa é de continuidade do cenário de crescimento, em decorrência das recém-anuncia-

das medidas de fortalecimento da indústria nacional. Essas medidas beneficiarão tanto as atividades já consolidadas na matriz industrial nordestina (têxtil, calçados, vestuário) como aquelas em processo de expansão (veículos automotores).

3.4 - Desempenho do Comércio no Brasil

O comércio varejista ampliado brasileiro fechou 2011 com crescimento de 7,7% no volume de vendas, confirmando as expectativas de desempenho inferior ao de 2010. De acordo com a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2012f), no último mês de fevereiro, o segmento cresceu 2,5% em relação a fevereiro de 2011.

A PMC reúne dados de 5.700 empresas sediadas no território nacional, com 20 ou mais empregados e receita bruta oriunda, predominantemente, da atividade comercial varejista. A presente análise do desempenho do comércio baseia-se no conceito de "volume de vendas" da PMC, que representa valores nominais correntes deflacionados por índices de preços específicos para cada grupo de atividades e estado da Federação.

O Quadro 1 mostra os resultados do comércio varejista e explicações sintéticas do desempenho de cada um dos grupos de atividades, dispostos em ordem decrescente dos índices acumulados de crescimento em 2012. Em fevereiro, o comércio varejista restrito apresentou crescimento de 9,6% em relação a fevereiro de 2011, de 8,7% no acumulado de 2012 e de 6,7% no acumulado dos últimos 12 meses. Com relação a janeiro de 2012, o comércio varejista restrito apresentou uma queda de 0,5%, interrompendo uma sequência de taxas positivas que já durava três meses.

O comércio varejista ampliado, obtido pela inclusão dos grupos de atividades veículos, motocicletas, partes e peças e material de construção (os quais incluem vendas no varejo e no atacado), registrou os seguintes índices de crescimento em fevereiro: 2,5% em relação a fevereiro de 2011; 5,4% no acumulado de 2012 e 5,5% no acumulado dos últimos 12 meses. O desempenho em relação a janeiro também foi negativo: menos 1,1%.

O número de dias úteis de fevereiro (19) constituiu fator desfavorável nos resultados observados em todos os grupos de atividades pesquisados pelo IBGE. Por outro lado, a expansão do poder de compra da população, o crescimento da massa salarial e a manutenção do crédito e dos níveis de emprego tiveram influência positiva nos resultados.

Comparando-se o índice mensal de fevereiro de 2012 com o de 2011, dois grupos de atividades apresentaram decréscimos: tecidos, vestuário e calçados (-3,4%) e veículos, motocicletas, partes e peças (-10%).

Os dois grupos de atividades com melhores desempenhos foram equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação (26,6%) e móveis e eletrodomésticos

(13,3%), os quais apresentaram maiores taxas de crescimento também em relação aos índices acumulados em 2011 e nos últimos 12 meses.

Quadro 1 – Índices de Desempenho (%) do Comércio Varejista no Brasil em 2012

Grupos de Atividades	Índices de Desempenho (%) ¹				Comentários
	A	B	C	D	
Varejista Restrito	-0,5	9,6	8,7	6,7	
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	3,1	26,6	29,6	22,1	Com crescimento acumulado de 29,6% e o quinto maior impacto positivo na composição da taxa mensal de varejo ampliado (13,1%), o desempenho se deveu, especificamente, à ampliação de programas de inserção digital, à diminuição dos preços (os dos microcomputadores, por exemplo, tiveram redução de 10,8% nos últimos 12 meses, segundo o IPCA) e à crescente importância dos produtos de informática nos hábitos de consumo das famílias.
Móveis e eletrodomésticos	1,3	13,3	13,2	15,5	Com crescimento acumulado de 13,2% e o segundo maior impacto positivo na composição da taxa mensal de varejo ampliado (56,3%), esse desempenho se justifica, especificamente, pelo incentivo do governo ao consumo, mediante redução de alíquotas do IPI para a linha branca.
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	-2,1	11,8	10,1	5,1	Com crescimento acumulado de 10,1%, o grupo volta a exercer o principal impacto na composição da taxa mensal de varejo ampliado (42%), impulsionado pelos mencionados aspectos favoráveis da economia sobre o comércio.
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	1,6	5,6	9,4	4,2	Com crescimento acumulado de 9,4% e o sexto maior impacto na composição da taxa mensal de varejo ampliado (10,3%), esse grupo de atividades, composto por lojas de departamentos, ótica, joalheira, artigos esportivos, brinquedos etc., vem tendo seu desempenho influenciado pelo quadro geral de crescimento da economia.
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	0,0	9,5	9,0	9,3	Com crescimento acumulado de 9% e o quarto maior impacto positivo na composição da taxa mensal de varejo ampliado (13,5%), o desempenho do grupo em patamar acima da média do grupo é explicado, especificamente, pelo caráter essencial e diversificação de seus produtos.
Livros, jornais, revistas e papelaria	-2,7	-0,8	5,0	4,1	Com índice de crescimento acumulado de 5% e impacto nulo na composição da taxa mensal de varejo ampliado, o desempenho negativo em fevereiro reflete, em boa parte, a sazonalidade na compra dos produtos.
Combustíveis e lubrificantes	1,9	3,9	1,5	0,7	Com crescimento acumulado de 1,5% e a sétima maior contribuição na composição da taxa mensal de varejo ampliado (8,3%), o desempenho do grupo em patamar abaixo da média global deveu-se principalmente ao aumento de 4,6% dos preços dos combustíveis nos últimos 12 meses, segundo o IPCA.
Tecidos, vestuário e calçados	-3,6	-3,4	-0,9	2,0	Com desempenho negativo de 0,9%, o resultado apresentado por esse grupo decorreu da crise e do aumento de 8,2% nos preços do setor, verificado nos últimos 12 meses.
Varejista Ampliado	-1,1	2,5	5,4	5,5	
Material de construção	0,0	8,4	11,5	8,3	Com desempenho acumulado de 11,5% e a terceira maior contribuição na composição da taxa mensal de varejo ampliado (17,5%), esse grupo de atividades apresentou estabilidade para volume de vendas, apesar da autorização do governo para utilização do FGTS na compra de material de construção.
Veículos, motocicletas, partes e peças	-1,0	-10,0	-1,5	3,0	Com resultado negativo pelo segundo mês consecutivo e a menor contribuição na composição da taxa mensal de varejo ampliado (-144,4%), o desempenho desse grupo provavelmente resultou das incertezas econômicas e do crescimento da inadimplência, que preocupou os agentes financeiros.

Fonte: Elaboração: Equipe do BNB/ETENE, com base em IBGE (2012), LCA (2012).

1) Índices de desempenho (com base no volume de vendas): **a)** Índice mês/mês – fev./jan. 2012, série com ajuste sazonal; **b)** Índice mensal – fev. 2012/2011; **c)** Índice acumulado em 2012; **d)** Índice acumulado nos últimos 12 meses.

3.4.1 - Desempenho do Comércio no Nordeste

A PMC não agrupa o desempenho do comércio varejista por região. Considerando os resultados do comércio varejista ampliado acumulado em 2011, o Gráfico 19 mostra somente três estados nordestinos com desempenho superior ao do Brasil, de 5,4%: Maranhão (10,9%) que continua a sua trajetória de bons resultados de 2011, quando apresentou o quinto melhor desempenho; Piauí (9,9%) e Bahia (5,5%) certamente se recuperando dos resultados de 2011, abaixo da média nacional. Os demais estados apresentam, pois, desempenho inferior ao do Brasil, sendo Rio Grande do Norte aquele com o pior índice (0,5%).

A PMC fornece a taxa de variação acumulada do comércio por atividade para Bahia, Ceará e Pernambuco. De acordo com a Tabela 16, Pernambuco sobressaiu até agora. Os dois grupos de atividades com melhores resultados em cada estado foram: na Bahia, móveis e eletrodomésticos (13,9%) e hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (11,4%); no Ceará, móveis e eletrodomésticos (18,9%) e combustíveis e lubrificantes (15,1%); e em Pernambuco, ar-

tigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (31,8%) e móveis e eletrodomésticos (17,7%).

Os consumidores se mostram cautelosos em relação às compras. Embora permaneçam otimistas quanto à sua situação financeira, de suas famílias e do Brasil, os consumidores das capitais nordestinas apresentaram ligeira queda no índice de confiança (de 147,7 para 143,4 pontos) no trimestre fevereiro-abril, se-

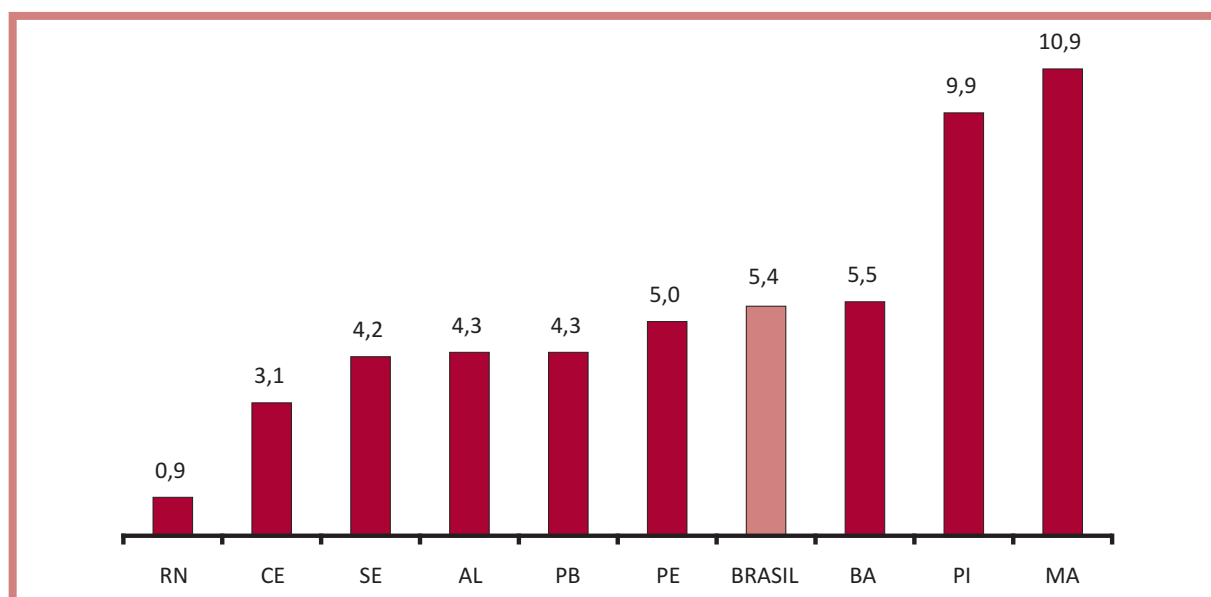


Gráfico 19 – Percentuais de Variação Acumulada do Comércio Varejista – Ampliado no Brasil e nos Estados do Nordeste – Janeiro a Março de 2012

Fonte: IBGE, 2012g. Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 16 – Percentuais de Variação Acumulada do Comércio Varejista na Bahia, Ceará e Pernambuco – Janeiro a Fevereiro de 2012⁽¹⁾

Grupos de Atividades	Bahia	Ceará	Pernambuco
Comércio Varejista Restrito	8,6	4,5	10,3
Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	0,4	12,8	31,8
Móveis e eletrodomésticos	13,9	18,9	17,7
Livros, jornais, revistas e papelaria	-28,5	-3,8	12,8
Outros artigos de uso pessoal e doméstico	6,4	-4,2	11,0
Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	11,4	0,5	10,2
Tecidos, vestuário e calçados	3,5	-6,2	7,7
Combustíveis e lubrificantes	10,8	15,1	5,1
Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	-2,3	-4,5	4,5
Comércio Varejista Ampliado	5,5	3,1	5,0
Material de construção	0,4	9,1	13,7
Veículos e motocicletas, partes e peças	-0,8	-0,7	-0,6

Fonte: IBGE, 2012g. **Elaboração:** Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Base no ano: igual período do ano anterior = 100.

gundo pesquisa realizada pelo BNB e entidades do comércio. Além disso, de março para abril, como mostra o Gráfico 20, observa-se uma queda das taxas de consumidores endividados, de consumidores com dívidas em atraso e de intenção de compra. Por outro lado, houve aumento nas taxas de comprometimento da renda familiar e de inadimplência (percentual de consumidores que não terão condições de pagar, na data do vencimento, dívidas a vencer no mês em curso).

O comércio varejista ampliado brasileiro registrou um crescimento de 6,6% em 2011. As expectativas correntes apresentam

um conjunto de fatores favoráveis (reco da inflação, aumento do salário mínimo, manutenção dos níveis de emprego, redução das taxas de juros) e desfavoráveis (modesto crescimento do PIB e atividade industrial), gerando incertezas sobre os resultados em 2012. A LCA projeta um aumento de 7%, enquanto a estimativa da Fecomércio de São Paulo limita-se a 5%. Esperam-se resultados ligeiramente superiores na região Nordeste, para a qual são previstas maiores taxas de crescimento do PIB, de emprego e de volume de crédito, vetores fundamentais do desempenho do comércio.

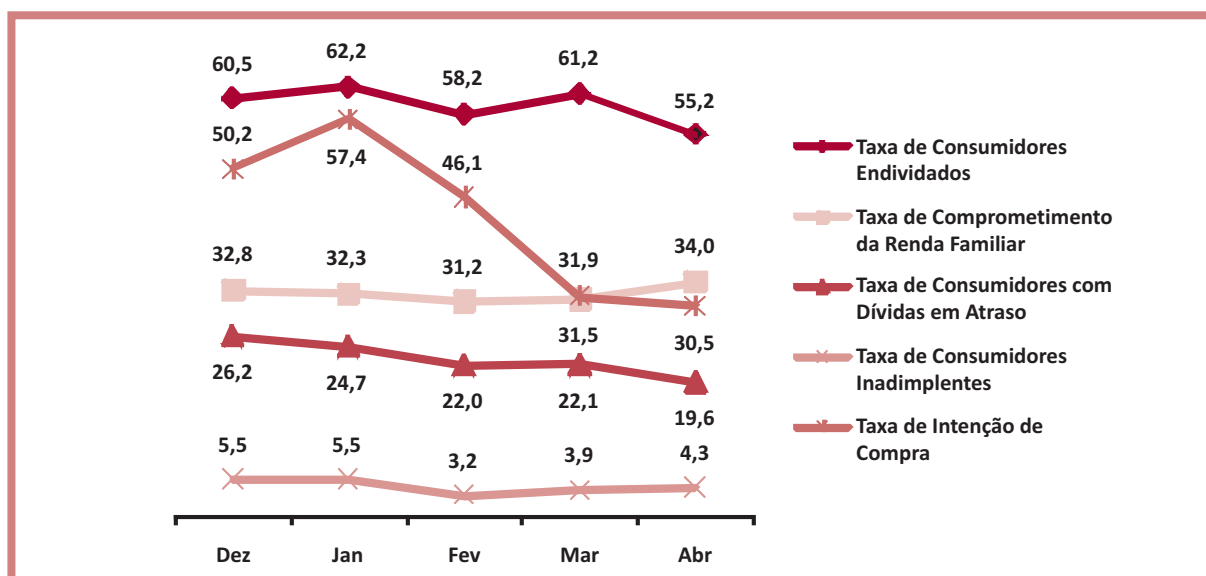


Gráfico 20 – Taxas de Endividamento e de Intenção de Compra dos Consumidores das Capitais Nordestinas – Dezembro 2011 a Abril 2012

Fonte: BNB/FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO, 2012. Elaboração: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: a partir de dezembro.2011, as pesquisas contemplaram oito capitais nordestinas e, em abril, sete capitais.

REFERÊNCIAS

ABIQUIM. Relatório de acompanhamento. **Conjuntural**, abr. 2012. Disponível em: <<http://www.abiquim.com.br>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

AgraFNP. **Anualpec**: anuário da pecuária brasileira. São Paulo: AgraFNP, 2011.

ANFAVEA. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2012a.

ANFAVEA. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2012b.

ASSOCIAÇÃO DOS CRIADORES DE GADO DO OESTE DA BAHIA. NOTÍCIAS GERAIS - ACRIOESTE. **Frigoríficos dizem esperar queda na arroba do boi**. Disponível em: <http://www.acrioeste.org.br/noticias.php?id_editoria=1&id=1647>. Acesso em: 30 abr. 2012.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. BACEN. **Política monetária e operações de crédito do SFN**. Notas econômico-financeiras da imprensa. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

BIOFÁBRICA vai potencializar agronegócio sergipano. **Jornal O Povo**. Disponível em: <<http://www.economianordeste.opovo.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

BNB/FEDERAÇÕES DO COMÉRCIO. **Confiança e intenção de compra do consumidor das capitais do Nordeste** – abril 2012. Disponível em: <http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/etene/etene/gerados/resultados_confianca.asp>. Acesso em: 16 abr. 2012a.

_____. **Perfil de endividamento do consumidor das capitais do nordeste** – abril 2012. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br/con>>

tent/aplicacao/etene/etene/gerados/resultados_endividamento.asp>. Acesso em: 16 abr. 2012b.

BNDES reduz taxas e amplia prazos para estimular investimentos. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 11 jan.2012a.

_____.Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 16 abr. 2012b.

_____. Ministério da Fazenda. **Novo regime automotivo entra em vigor em janeiro de 2013**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012c.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. MDIC/Aliceweb. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012d.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1078&ref=1076>>. Acesso em: 09 abr.2012e.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.mdic.gov.br//sitio/interna/interna.php?area=5&menu=1076>>. Acesso em: 16 abr. 2012f.

CENTRO DE INTELIGÊNCIA DO FEIJÃO - CIF. Culturas do feijão. **Informativo Conjuntural**, dez./2011 – Disponível em: <<http://www.cifeijao.com.br/arquivos/Analise%20Ci-Feij%2001-06-20122.pdf>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

CEPEA/BM&FBOVESPA. **Agromensal**: informações de mercado, jan. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/01_janeiro/Pecuaria.htm>.

Acesso em: 16 abr. 2012a.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, fev. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/02_fevereiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 16 abr. 2012b.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, mar. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/03_marco/Pecuaria.htm>. Acesso em: 16 abr. 2012c.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, jan. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Janeiro_12.doc>. Acesso em: 16 abr. 2012d.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, fev. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Fevereiro_12.doc>. Acesso em: 16 abr. 2012e.

_____. **Agromensal**: informações de mercado, mar. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Marco_12.doc>. Acesso em: 16 abr. 2012f.

_____. **Cotações on line de mercado futuro para boi gordo**, abr. 2012. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGI>>. Acesso em: 30 abr. 2012g.

CEPEA/ESALQ. **Agromensal** – informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 23 abr. 2012a.

_____. **Agromensal** – informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/01_janeiro/Pecuaria.htm>.

pea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/Algodao.htm>. Acesso em: 23 abr. 2012b.

_____. **Agromensal** – informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/Cafe.htm> Acesso em: 23 abr. 2012c.

_____. **Agromensal** – informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/Milho.htm>. Acesso em: 23 abr. 2012d.

_____. **Agromensal** – informações de mercado. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2011/11_novembro/Soja.htm>. Acesso em: 23 abr. 2012e.

_____. **Indicadores de preços:** açúcar. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/acucar/>>. Acesso em: 23 abr. 2012f.

_____. **Indicadores de preços:** etanol. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/etanol/>>. Acesso em: 23 abr. 2012g.

CEPEA/BM&FBOVESPA. **Agromensal:** informações de mercado, jan. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/01_janeiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 16 abr. 2012a.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, fev. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/02_fevereiro/Pecuaria.htm>. Acesso em: 16 abr. 2012b.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, mar. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2012/03_marco/Pecuaria.htm>. Acesso em: 16 abr. 2012c.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, jan. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Janeiro_12.doc>. Acesso em: 16 abr. 2012d.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, fev. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Fevereiro_12.doc>. Acesso em: 16 abr. 2012e.

_____. **Agromensal:** informações de mercado, mar. 2012. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/comunicacao/Cepea_Leite_Marco_12.doc>. Acesso em: 16 abr. 2012f.

_____. **Cotações on line de mercado futuro para boi gordo**, abr. 2012. Disponível em: <<http://www2.bmf.com.br/pages/portal/bmfbovespa/boletim1/BoletimOnline1.asp?caminho=&pagetype=pop&Acao=BUSCA&cboMercadoria=BGI>>. Acesso em: 30 abr. 2012g.

CMA. **Trading analysis information.** São Paulo: CONSULTORIA, MÉTODOS, ASSESSORIA E MERCANTIL S/A., 2012.

CONAB. **Acompanhamento de safra brasileira:** café, safra 2012, primeira estimativa, janeiro 2012. Brasília: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECEIMENTO, 2012a.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** cana-de-açúcar, safra 2012/2013, primeiro levantamento, abril de 2012. Brasília: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECEIMENTO, 2012b.

_____. **Acompanhamento de safra brasileira:** grãos, safra 2011/2012, sétimo levantamento, 2012. Brasília: COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECEIMENTO, 2012c.

DIEESE. **Balço das negociações dos reajustes salariais em 2011.** Estudos e Pesquisas n.59, mar./2012. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 16 abr. 2012.

74

FECOMERCIO SÃO PAULO. **Desempenho do varejo em 2011: perspectivas em 2012.** Disponível em: <<http://www.fecomercio.com.br/arquivos/arquivo/>>. Acesso em: 14 jan. 2012.

FGV. In: Banco Central do Brasil. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012a.

_____. **Indicadores econômicos consolidados.** Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012b.

FIEC/INDI. **Indicadores industriais,** fev. 2012. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br>>. Acesso em: 24 abr. 2012a.

_____. **Indicadores industriais,** fev. 2012. Disponível em: <<http://www.fiec.org.br>>. Acesso em: 24 abr. 2012b.

FUNCEX. **Importados já atendem 22,8% do consumo.** Disponível em: <<http://www.fun-cex.org.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012a.

FUNCEX. **Informativo balança comercial,** mar. 2012. Disponível em: <<http://www.fun-cex.org.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012b.

FUNCEX. **Manufaturados brasileiros perdem participação em países da América latina.** Disponível em: <<http://www.fun-cex.org.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012c.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2011.

_____. **Pesquisa industrial mensal – fev. 12.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2012a.

_____. **Pesquisa industrial mensal – fev. 12.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2012b.

_____. **Pesquisa industrial mensal – fev. 12.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2012c.

_____. **Pesquisa industrial mensal – fev. 2012.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 25 abr. 2012d.

_____. **Pesquisa industrial mensal – PIM-PF (fev./12).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012e.

_____. **Pesquisa industrial mensal – PIM-PF (fev./12).** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2012f.

_____. **Pesquisa mensal de comércio – fevereiro 2012.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2012g.

_____. **Pesquisa mensal de emprego.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 05 jan. 2012h.

IBGE/SIDRA. **Levantamento sistemático da produção agrícola municipal 2012.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/default.asp?t=5&z=t&o=1&u1=1&u2=1&u3=1&u4=1&u5=1&u6=1&u7=1&u8=1&u9=1&u10=1&u11=3&u12=1&u13=26674&u14=1&u15=1>>. Acesso em: 17 abr. 2012a.

IBGE/SIDRA. **Produção agrícola municipal 2010.** Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/pesquisas/pam/default.asp>>. Acesso em: 17 abr. 2012b.

INVESTIMENTOS em mineração devem atingir US\$ 6,7 bilhões. **Jornal O Povo.** Disponível em: <<http://www.economianordeste.opovo.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

LCA Setorial. **Relatório de consumo e varejo – março de 2012.**

MONTADORA catarinense confirma R\$ 200 milhões de investimentos. **Jornal O Povo.**

Disponível em: <<http://www.economianordeste.opovo.com.br>>. Acesso em: 17 abr. 2012.

PROJETOS novos somam R\$ 1,3 bilhão. **Jornal O Povo**. Disponível em: <<http://www.economianordeste.opovo.com.br>>. Acesso em: 23 abr. 2012.

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO DE PERNAMBUCO. **Empreendimentos geram impacto de R\$ 66,5bi na economia de PE**. Disponível em: <<http://www.sdes.pe.gov.br>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

4 - EMPREGO E RENDIMENTO

A Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), referente a março de 2012, para o agregado das seis regiões pesquisadas¹, identificou uma taxa de desocupação (percentual de pessoas desocupadas em relação à população economicamente ativa) estimada em 6,2%, com variação de 8,8% em relação a fevereiro de 2012 e ligeiramente inferior à taxa observada em março de 2011 (6,5%).

Os resultados para as duas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas revelaram que, em março, a de Recife apresentou taxa de desemprego igual à média do agregado das seis RMs (6,2%), enquanto a de Salvador (8,1%) continua registrando taxa de desemprego acima da média nacional (Gráfico 1). Na comparação com março de 2011, a RM de Recife assinalou decréscimo de 1,4 ponto percentual, enquanto a de Salvador registrou declínio de 2,4 pontos percentuais.

Segundo estimativas da PME, a população ocupada nas seis RMs totalizou, em março último, 22,6 milhões de pessoas, sem alteração comparativamente ao primeiro bimestre do ano. Na comparação com março de 2011, registrou-se em março de 2012 incremento de 428 mil pessoas ocupadas.

Na RM de Recife, o contingente ocupado em março de 2012 foi estimado em 1.557 mil pessoas (47,2% da população em idade ativa). Ainda segundo a PME, 55,3% das pes-

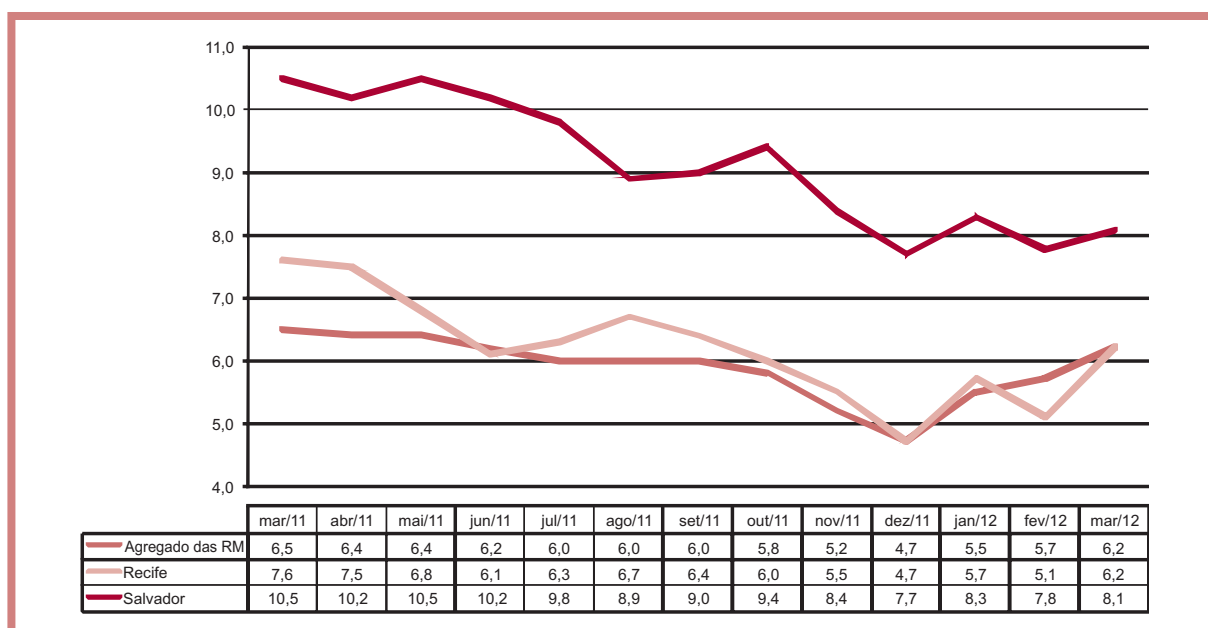


Gráfico 1 – Taxa de Desocupação por Região Metropolitana

Fonte: IBGE, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

1 A PME é realizada nas RMs de Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

Tabela 1 – População Ocupada no Total das Regiões Metropolitanas e nas de Recife e Salvador (%). Março/2012

Categoria	Nas 6 RMs	RM de Recife	RM de Salvador
Sexo			
Masculino	54,7	55,3	54,3
Feminino	45,3	44,7	45,7
Faixa Etária			
10 a 14 anos	0,1	0,1	0
15 a 17 anos	1,5	1,1	0,8
18 a 24 anos	13,6	14,0	11,7
25 a 49 anos	62,4	64,2	66,3
50 anos ou mais	22,5	20,5	21,1
Anos de Estudo			
Sem instrução e menos de 1 ano	1,5	2,4	1,0
1 a 3 anos	3,1	3,7	2,9
4 a 7 anos	16,5	18,8	14,4
8 a 10 anos	16,3	14,5	15,2
11 anos ou mais	62,5	60,1	66,5
Tamanho do Empreendimento			
1 a 5 pessoas	31,5	36,5	33
6 a 10 pessoas	5,5	4,6	5,8
11 ou mais pessoas	62,9	58,8	61,2

Fonte: IBGE, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

soas ocupadas pertencem ao sexo masculino, 64,2% têm entre 25 e 49 anos de idade, 60,1% possuem pelo menos 11 anos de estudo e 58,8% trabalham em empreendimentos com no mínimo 11 pessoas.

Na RM de Salvador, a população ocupada em março de 2012 foi estimada em 1.762 mil pessoas (50,7% da população em idade ativa). O sexo masculino predomina entre as pessoas ocupadas (54,3%), assim como a faixa etária entre 25 e 49 anos (66,3%) e os trabalhadores com pelo menos 11 anos de estudo (66,5%). A PME também revelou que 61,2% dos ocupados trabalhavam em empreendimentos com no mínimo 11 pessoas (Tabela 1).

Com relação à distribuição setorial da população ocupada nas seis RMs pesquisadas, apenas serviços domésticos apresentou

resultado inferior na base de comparação março/2012 (6,6%) frente a março/2011 (7,2%). Comércio, reparação de veículos automotores (18,7%), serviços prestados a empresas (16%) e outros serviços (17,8%) apresentaram a mesma participação na citada base de comparação.

No recorte regional, na RM de Recife, cinco dos sete grupamentos apresentaram resultados inferiores em março de 2012 comparados a março de 2011. Na RM de Salvador o resultado é mais positivo, já que dos sete grupamentos, apenas três apresentaram resultados inferiores (Tabela 2).

O contingente de trabalhadores com carteira assinada no setor privado nas seis RMs pesquisadas em março de 2012, estimado em 12,1 milhões de pessoas, corresponde a 49,2% de toda a população ocupada (Ta-

Tabela 2 – População Ocupada nas Regiões Metropolitanas de Recife e Salvador (%), segundo Grupamento de Atividades. Março 2011/2012

Grupamento	Seis RMs		RM de Recife		RM de Salvador	
	% População Ocupada		% População Ocupada		% População Ocupada	
	março 2011	março 2012	março 2011	março 2012	março 2011	março 2012
Indústria	16,4	16,5	10,2	11,8	9,5	10,2
Construção	7,7	7,9	8,0	7,5	9,5	9,8
Comércio	18,7	18,7	25,0	23,4	22,4	20,8
Serviços prestados às empresas	16,0	16,0	14,4	17,1	14,0	15,9
Educação, saúde e adm. pública	15,7	16,0	17,5	17,1	17,8	19,2
Serviços domésticos	7,2	6,6	7,8	7,3	8,5	7,4
Outros serviços	17,8	17,8	16,2	15,1	17,6	16,1

Fonte: IBGE, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

bela 3). Em relação a março do ano passado, registrou-se um acréscimo de 311 mil trabalhadores no mercado formal de trabalho, correspondente a um incremento de 2,6%.

Nas RMs de Recife e Salvador, os trabalhadores com carteira assinada corresponderam a 45,4% e 47,2% da população ocupada, respectivamente.

Na RM de Recife, o emprego formal no setor privado experimentou acréscimo de 34 mil contratações no período de março 2011 a março 2012. A informalidade retraiu nesse

período, registrando a saída dois mil trabalhadores sem carteira assinada do mercado de trabalho.

Na RM de Salvador, a informalidade decresceu 9,3% nesse mesmo período, devido à redução de 32 mil trabalhadores sem carteira assinada. Enquanto isso, o contingente dos empregados com carteira assinada teve aumento de 8,4%, incorporando 70 mil novos trabalhadores.

Com relação ao comportamento do rendimento médio real habitual da população

Tabela 3 – Empregados com Carteira de Trabalho Assinada no Setor Privado (%). Março 2004/2012

Mês/Ano	Seis RMs	RM de Recife	RM de Salvador
Março/2004	39,5	31,4	35,4
Março/2005	40,3	35,8	36,9
Março/2006	41,2	35,1	35,2
Março/2007	41,7	35,5	36,6
Março/2008	43,8	38,3	39,6
Março/2009	44,5	39,0	40,4
Março/2010	46,0	41,1	42,1
Março/2011	48,2	44,6	44,3
Março/2012	49,2	45,4	47,2

Fonte: IBGE, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

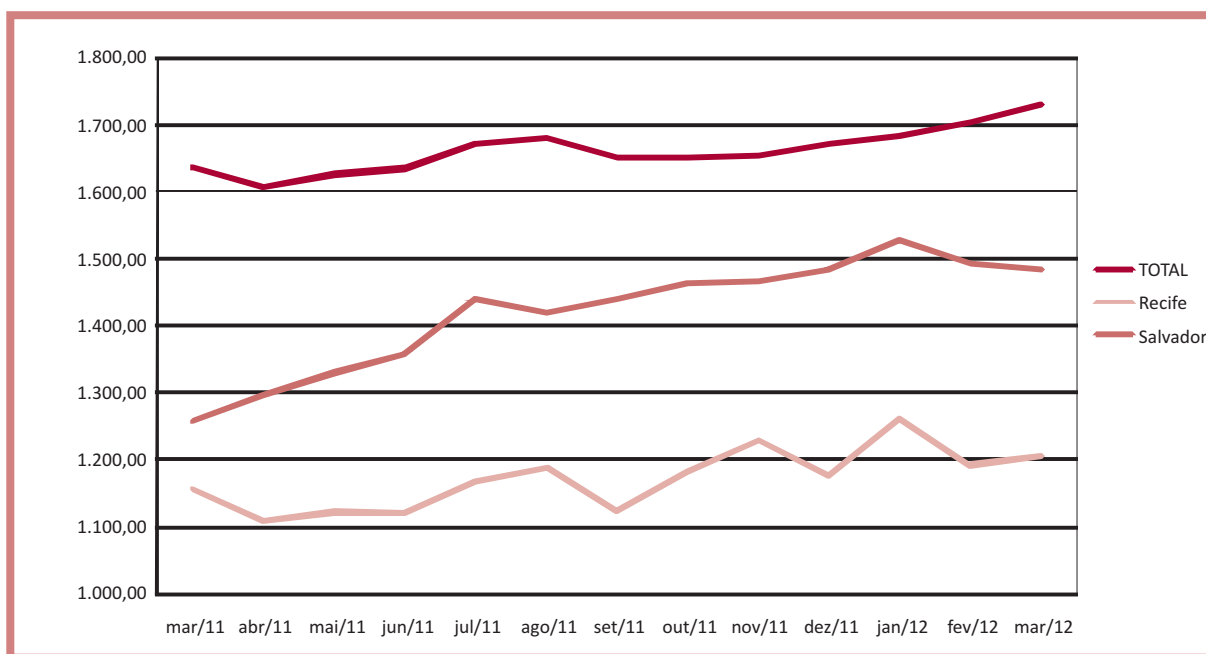


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$) – Março de 2011 a Março de 2012

Fonte: IBGE, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

ocupada no país e nas duas regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas em março de 2012, observa-se um crescimento de 5,6% em 12 meses no âmbito nacional, o que pode ser atribuído ao expressivo aumento do salário mínimo, que proporcionou um importante ganho real ao trabalhador. Na RM de Recife, o rendimento médio chegou a R\$ 1.205,80, assinalando acréscimo de 4,4% também em 12 meses (Gráfico 2). Na RM de Salvador, o valor de R\$1.482,90 significou um avanço de 18% em 12 meses. Aliado a isso, está o aumento da massa salarial real habitual, que, no âmbito nacional, saltou de 5,8% em fevereiro de 2012 para 7% em março, na comparação com idênticos períodos do ano anterior.

Perspectivas para 2012

O cenário atual prenuncia um ano mais difícil para o mercado de trabalho brasileiro. O au-

mento da taxa de desocupação em março deve ser encarado como um sinal de alerta para o comportamento provável ao longo do ano.

O número de ocupados vem apresentando resultados estáveis tanto no cenário nacional quanto no regional. Com efeito, em 12 meses o crescimento desse indicador não tem ultrapassado os 2%.

O aumento dos rendimentos médios recebidos pelos trabalhadores, juntamente com a redução dos juros bancários, poderá implicar um aumento do consumo das famílias, o que, conseqüentemente, poderá favorecer a ampliação aumento da taxa de ocupação, já que a expansão do consumo traz consigo um incremento da produção, o que favorece a geração de novos postos de trabalho. Para 2012, em média anualizada, espera-se uma taxa de desemprego em torno de 5,7%.

4.1 - Considerações Adicionais sobre o Emprego Formal

As informações do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), apresentam um primeiro trimestre positivo, porém, com o resultado inferior ao de 2011. De janeiro a março de 2012 foram geradas 442.608 novas vagas, das quais 111.746 apenas em março. Esse resultado confirma a tendência de queda em comparação a 2010, quando o saldo registrava 657.259 postos de trabalho no acumulado janeiro-março, e se revela diferente quando se compara o mês de março, isolado, que registrou geração de 92.675 novos postos (Gráfico 3).

A Tabela 4 apresenta os saldos acumulados de empregos formais entre janeiro e março, em escala nacional e regional, discriminados setorialmente. No total do país, o setor serviços responde por 59% de todos os empregos gerados no período, seguido pela construção civil (27,7%) e a indústria de transformação (13%).

Entre as regiões, o Sudeste lidera com 57% do saldo nacional. O Nordeste observou retração de 5% em relação ao país, enquanto Sul e Centro-Oeste tiveram variação de 30%

e 17%, respectivamente. Já a região Norte se mostrou pouco representativa com 2%. Ainda sobre o Nordeste: no acumulado do ano o setor de serviços e a construção civil apresentaram grande relevância, gerando 32.725 e 13.302 novos postos de trabalhos. Na indústria de transformação e no comércio os resultados ficaram muito aquém dos demais, com decréscimos de 52.368 e 4.145 postos de trabalho, respectivamente.

O Gráfico 4 apresenta a tendência mensal na geração de empregos celetistas no Nordes-

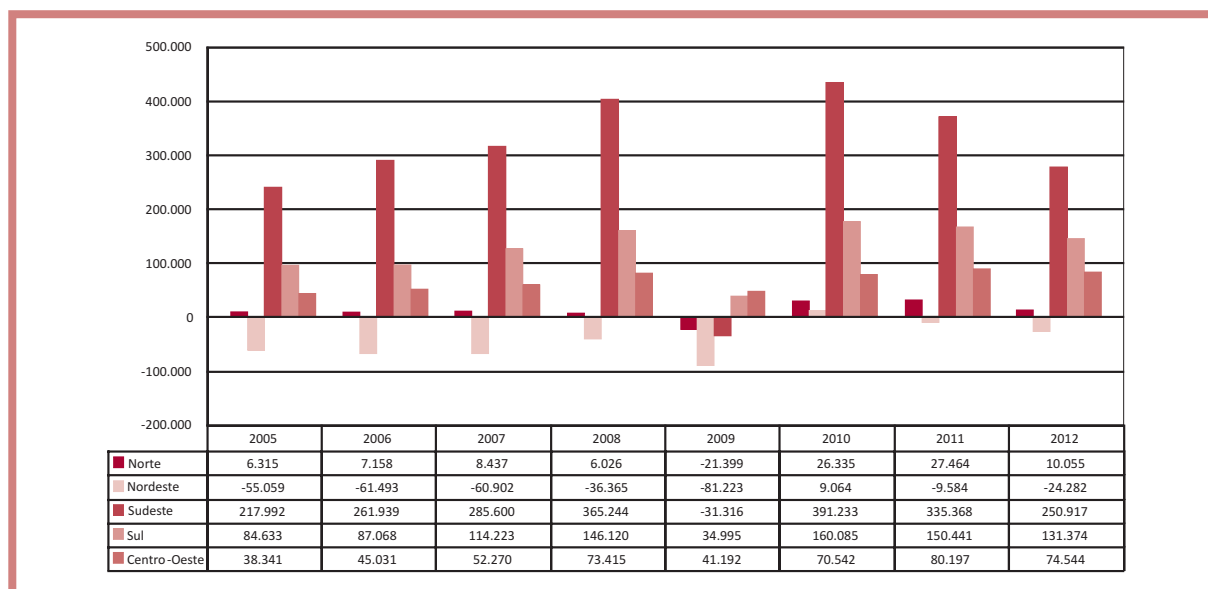


Gráfico 3 – Regiões. Evolução do Saldo de Empregos no Acumulado do Ano – Março de 2005 a Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE - Conjuntura Econômica.

Tabela 4 – Brasil e Regiões. Saldo Acumulado de Empregos Formais – Por Setores – Janeiro a Março 2012

País e Regiões	Extrativa Mineral	Ind. de Transformação	S.I.U.P(*)	Const. Civil	Comércio	Serviços	Adm. Pública	Agropecuária	Total
Brasil	4.481	57.759	3.002	122.662	-26.732	261.285	21.176	-1.025	442.608
Nordeste	2	-52.368	503	13.302	-4.145	32.725	239	-14.540	-24.282
Norte	871	-2.133	29	5.693	-2.401	7.486	-100	610	10.055
Sudeste	2.260	47.222	2.073	72.677	-26.412	146.456	15.182	-8.541	250.917
Sul	426	50.040	-43	15.401	2.362	51.562	5.455	6.171	131.374
Centro-Oeste	922	14.998	440	15.589	3.864	23.056	400	15.275	74.544

Fonte: BRASIL, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

te. Observam-se os efeitos sazonais no início do ano, com a queda na geração de emprego, mas espera-se que no mês de abril o Nordeste volte a apresentar dados positivos diante da expectativa de mais contratações. No mês de março se configura um desempenho fraco no ano. Já a partir de abril, a tendência de maior geração de emprego, principalmente na indústria, se propaga até setembro.

Quando se analisa a evolução dos últimos 12 meses, percebe-se que o resultado de março de 2012 segue a tendência do início do ano, que é de queda na geração de emprego. Tendo como base os anos anteriores a expectativa é de maior de crescimento na geração de emprego a partir de abril.

Entre os estados nordestinos, no mês de março, apenas Bahia, Piauí e Rio Grande do

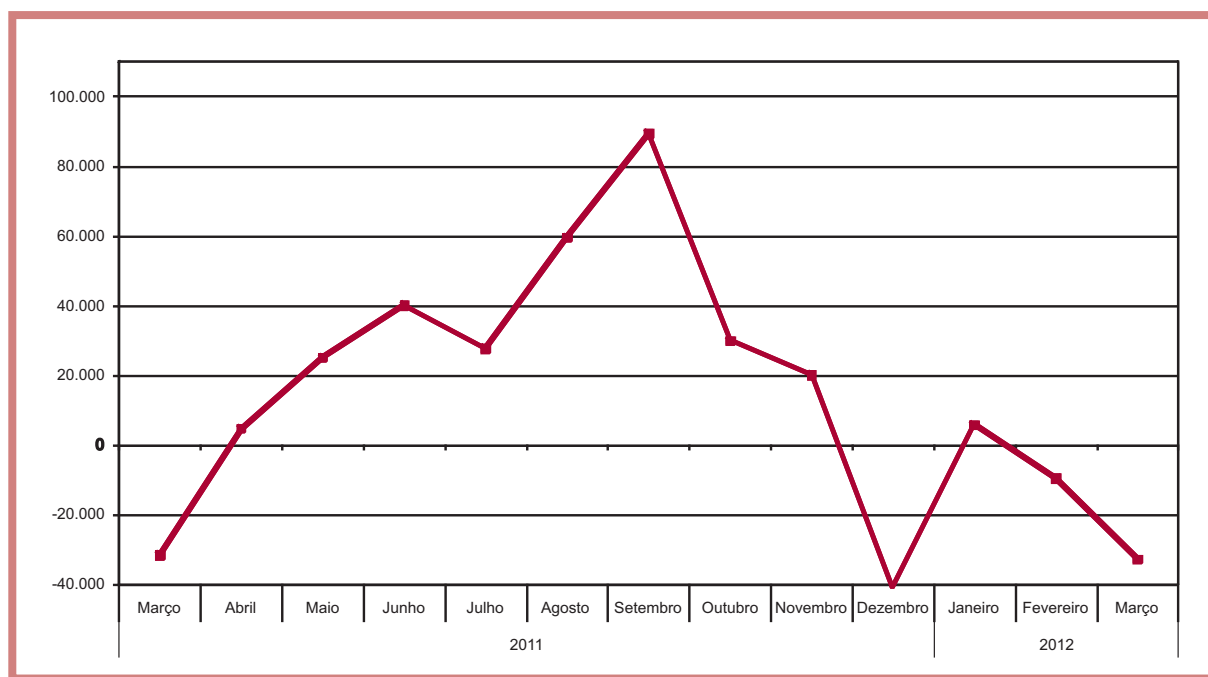


Gráfico 4 – Nordeste – Evolução do Emprego Formal (Mensal). Março 2011 – Março 2012 (Saldo)

Fonte: BRASIL, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 5 – Nordeste: Geração de Empregos Formais por Estado (Saldo) – 2011 e 2012

Estados	Resultado Mensal Março		Acumulado no Ano (Janeiro - Março)	
	2011	2012	2011	2012
Brasil	92.675	111.746	583.886	442.608
Nordeste	-9.584	-32.830	-31.649	-24.282
Alagoas	-13.249	-21.032	-15.786	-23.706
Bahia	17.193	2.243	2.758	11.809
Ceará	5.442	-1.587	-583	172
Maranhão	-2.655	-1.637	-3.816	-1.573
Paraíba	-7.223	-3.421	-3.126	-5.826
Pernambuco	-8.340	-8.186	-7.205	-8.224
Piauí	-1.286	461	-2.114	1.695
Rio Grande do Norte	-2.843	417	-1.048	-2.130
Sergipe	3.377	-88	-729	3.501

Fonte: BRASIL, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Norte tiveram resultados positivos. No acumulado do ano, Bahia, Sergipe, Piauí e Ceará apresentam dados positivos na criação de novos postos de trabalho, destacando-se o estado da Bahia, o primeiro da região na geração de emprego.

Nessa base de comparação (janeiro-março/2011 e janeiro-março/2012), Ceará, Piauí e Sergipe saíram do negativo para um

quadro positivo. Alguns estados nordestinos apresentam saldos negativos, dado o desempenho da indústria ligada ao setor sucroalcooleiro que segue até o final do primeiro semestre do ano (Tabela 5).

A análise setorial mostra que dos oitos setores pesquisados apenas três apresentaram saldo negativo no acumulado do ano. Os demais setores exibirem crescimentos tímidos

Tabela 6 – Nordeste. Evolução do Emprego Celetista por Estado – Janeiro a Março de 2012 (Saldo)

Estado	Extrativa Mineral	Indústria de Transformação	S.I.U.P*	Construção Civil	Comércio	Serviços	Administração Pública	Agropecuária	Total
Alagoas	-21	-24.585	-41	1.088	-710	880	9	-326	-23.706
Bahia	144	-166	23	3.188	-1.569	9.087	88	1.014	11.809
Ceará	21	-1.365	25	-454	-1.339	5.493	105	-2.314	172
Maranhão	-29	63	-101	-4.201	941	2.049	20	-315	-1.573
Paraíba	-23	-5.175	21	1.399	213	1.643	8	-3.912	-5.826
Pernambuco	15	-17.973	243	7.341	-1.844	9.557	-21	-5.542	-8.224
Piauí	-14	64	19	1.459	-164	236	-21	116	1.695
Rio Grande do Norte	-119	-2.461	157	619	658	1.680	-51	-2.613	-2.130
Sergipe	28	-770	157	2.863	-331	2.100	102	-648	3.501
Nordeste	2	-52.368	503	13.302	-4.145	32.725	239	-14.540	-24.282

Fonte: BRASIL, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Serviços Industriais de Utilidade Pública.

que não impactaram de modo significativo o saldo final, deixando o Nordeste com um saldo negativo de 24.282 postos de trabalho, o

que leva a região a ser a última na geração de emprego no primeiro trimestre.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Caged. Disponível em: <<http://www.caged.gov.br>>. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica. Acesso 26 abr 2012.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2012a.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2012b.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2012c.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2012d.

_____. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2012. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 26 abr. 2012e.

5 - SETOR EXTERNO

5.1 - Câmbio e Balanço de Pagamentos

Entre 2004 e 2007, a economia mundial expandiu-se à taxa média de 5% ao ano. Esse crescimento foi impulsionado pelo desempenho das economias emergentes e em desenvolvimento, que alcançaram médias anuais de 7,9% de aumento do Produto Interno Bruto (PIB) no referido período. Enquanto isso, as economias avançadas não ultrapassaram a taxa média de 2,9%.

A partir da crise financeira que eclodiu em 2007, reduziram-se as taxas de expansão da economia mundial. Em 2008, cresceu 2,8%, e, em 2009, apresentou declínio de 0,6%; já em 2010 evoluiu 5,3%, e, em 2011, 3,9%.

O menor incremento do PIB mundial foi acompanhado de desvalorização das principais moedas internacionais, particularmente do dólar. A desvalorização da moeda norte-americana cumpriu o papel de melhorar a competitividade dos produtos e serviços daquele país no mercado internacional.

Nesse contexto, a taxa de câmbio efetiva real do Brasil, calculada utilizando-se o INPC como índice de preços internos, revela, desde dezembro de 2008, uma permanente valorização da moeda nacional. O único período em que essa trajetória foi revertida deu-se entre julho e novembro de 2011 (IPEADATA, 2012).

Essa trajetória de persistente valorização cambial decorre, principalmente, dos bons indicadores de endividamento externo da economia nacional, que favoreceram o ingresso de dólares pela conta capital e financeira do balanço de pagamentos. Esse ingresso foi realizado tanto sob a forma de capitais de curto prazo, atraídos pela elevada taxa de juros real interna, como sob a forma de capi-

tais de longo prazo, impulsionados pelos indicadores macroeconômicos brasileiros. De fato, no ano 2011, foram registrados influxos líquidos de US\$ 35,3 bilhões na rubrica investimentos em carteira. No mesmo período, o investimento direto líquido atingiu a cifra de US\$ 65,6 bilhões.

Somente nos três primeiros meses de 2012, o investimento direto líquido alcançou o montante de US\$ 20,3 bilhões. Esse investimento é de longo prazo, não sendo diretamente afetado pela queda da taxa de juros Selic.

Dessa maneira, é provável a tendência de continuidade da valorização do real, a despeito de as intervenções ultimamente realizadas pelo Banco Central no mercado de câmbio haverem atenuado esse processo. De fato, o mercado antecipa a taxa cambial de R\$1,84/US\$ para dezembro de 2012 (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012).

A valorização do real, como já assinalado em outros números desta publicação, apresenta dois efeitos diretos. O primeiro é facilitar o controle da inflação, ao tornar mais barata a compra de produtos importados, ao mesmo tempo em que submete a produção nacional à concorrência mundial. A concorrência dos importados tem afetado mais fortemente alguns

segmentos industriais, como é o caso dos setores têxtil e de calçados. O segundo efeito é a mudança relativa dos preços da economia.

De fato, no mercado internacional houve crescimento dos preços das *commodities* relativamente aos manufaturados.

5.2 - Comércio Exterior Nordestino

Nesse contexto de valorização do real, o fluxo de comércio brasileiro expandiu 8,4% no primeiro trimestre de 2012, comparativamente a igual período de 2011. Foram exportados US\$ 55,1 bilhões e importados US\$ 52,6 bilhões, assinalando incrementos de 7,5% e 9,5%, respectivamente, em relação ao período de janeiro a março de 2011.

Esse desempenho ocorreu apesar do recuo dos preços de exportação dos setores de agricultura e pecuária (-3%) e das *commodities* metálicas (-12,3%) (LAMUCCI, 2012). No primeiro trimestre de 2012, os preços dos produtos básicos caíram 2,1% em relação aos três primeiros meses de 2011, quando as *commodities* apresentavam elevado nível de preço, segundo dados da Fundação Centro de Estudos de Comércio Exterior (FUNCEX, 2012).

A análise regional revela que, no Nordeste, o crescimento das vendas externas foi relativamente superior ao observado no Brasil como um todo. As exportações da região totalizaram US\$ 4,8 bilhões, ficando 23,5% acima das vendas externas dos três meses iniciais de 2011. Enquanto isso, as importações (US\$ 6,3 bilhões) cresceram 43,9%. Dessa forma, a região apresentou um déficit comercial de US\$ 1,5 bilhão, no período janeiro-março de 2012.

A pauta de exportação regional permaneceu concentrada tanto no que concerne às empresas exportadoras quanto no tocante à participação de cada estado no total expor-

tado. Observe-se que apenas oito empresas exportaram, conjuntamente, 45,7 % do total vendido ao exterior pelo Nordeste¹.

Dentre as principais empresas exportadoras, ressalte-se o desempenho do Estaleiro Atlântico Sul S/A, empresa constituída a partir dos grupos Camargo Correa, Queiroz Galvão e PJMR Empreendimentos, com o suporte tecnológico da Samsung Heavy Industries. As exportações da companhia contribuíram para que Pernambuco passasse a ser o segundo maior exportador nordestino no período em análise, no lugar do Maranhão.

Também no caso das importações registra-se expressiva concentração. Três empresas – Petrobras, que isoladamente foi responsável por US\$ 2.600,3 milhões em compras externas, Ford Motor Company Brasil Ltda. (US\$ 388,2 milhões) e Paranapanema S/A (US\$ 287,4 milhões) – detiveram 52,1% do total importado pela região.

No que toca aos principais produtos importados pelo Nordeste, destacaram-se gásóleo (US\$ 1.044,3 milhões), outras gasolinas, ex-

1 Quais sejam: Petrobrás (US\$ 712,1 milhões), Estaleiro Atlântico Sul S/A (US\$ 404,8 milhões), Braskem (US\$ 264,8 milhões), Paranapanema S/A (US\$ 188,4 milhões), Copertrading Comércio e Importação S/A (US\$ 185,2 milhões), Bahia Sul Celulose S/A (US\$ 159,9 milhões), Vale S/A (US\$ 153,9 milhões) e Ford Motor Company Brasil Ltda. (US\$ 145,6 milhões).

ceto para aviação (US\$ 746,5 milhões) e naf-tas para petroquímica (US\$ 399,2 milhões). Automóvel com motor a explosão (US\$ 272,3 milhões) é o quarto principal produto da pauta de importados da região. Saliente-se o significativo aumento das despesas com combustíveis: mais de 160%, comparativa-mente a igual período de 2011.

Quase metade (45,2%) dos valores impor-tados pela região originou-se do item com-bustíveis e lubrificantes, enquanto 32,7% correspondem a bens intermediários (dentre os quais, 78% foram insumos industriais), 11,8% referem-se a bens de capital, e bens de consumo respondem por 10,3%.

As importações nordestinas originaram-se principalmente da Ásia (25,1%), União Euro-peia (20,3%), Estados Unidos - inclusive Por-to Rico (14,3%), Aladi – exclusive Mercosul (10,8%) e Mercosul (10,5%). Dentro desses blocos, destacaram-se os Estados Unidos (14,2%) como principal procedência das im-portações nordestinas, seguidos pela Índia (11,4%), Argentina (9,6%), China (9,3%) e Holanda (6,7%). Cumpre ressaltar o mon-tante das importações procedentes da União Europeia: US\$ 1.275,1 milhões, significando crescimento de 118%.

No que tange às exportações, a análise desagregada em nível estadual mostra que a Bahia deteve 52,7% do valor total.

No período de janeiro a março de 2012, constataram-se algumas mudanças de posi-ção dos principais capítulos da Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) exportados pela região. O capítulo combustíveis, óleos e ce-ras minerais etc., por exemplo, terceiro maior destaque na pauta de exportação no acumu-lado de janeiro a março de 2011, passou para a primeira posição no primeiro trimestre de 2012. Foram US\$ 675,1 milhões, sendo 99,4%

oriundos da Bahia, destinando-se, em sua maior parte, às Antilhas Holandesas (65,4%), Holanda (14,9%) e Cingapura (8,6%).

O capítulo açúcares e produtos de con-feitaria (US\$ 622,6 milhões), que ocupou a primeira posição nos três meses iniciais de 2011, conquistou o segundo lugar na pauta de exportação nordestina no primeiro tri-mestre de 2012. A receita desse capítulo as-sinalou declínio de 13,6%, devido à redução das quantidades (-9%) e do preço dos produ-tos exportados (em média, -5%).

O capítulo embarcações e estruturas flutu-antes resumiu-se a um único produto – plata-formas de perfuração/exploração, flutuantes etc. –, sendo a grande novidade no cenário das exportações nordestinas. Até 2011, re-ferido capítulo não era incluído na lista dos principais exportados pela região.

O capítulo pastas de madeira ou outras ma-térias fibrosas, que no primeiro trimestre de 2011 foi responsável pelo segundo maior vo-lume de receitas de exportação do Nordeste, nos três meses iniciais de 2012 registrou fa-turamento de US\$ 378,1 milhões, caindo para a quarta posição, devido à redução de 7% no preço de venda e de 2,6% na quantidade ex-portada. Por sua vez, o grupo produtos quími-cos orgânicos (US\$ 302,2 milhões) apresentou crescimento de 25% no faturamento externo, sendo responsável pela quinta maior receita de exportações nordestinas, posição imedia-tamente atrás daquela ocupada em 2011.

Minérios escórias e cinzas (US\$ 189,8 mi-lhões) foi o capítulo que registrou a maior queda de receitas (-14,6%), influenciada pelo desaquecimento da economia europeia, visto que o principal destino desse capítulo, a China, apresentou expansão de 170% nas vendas, chegando a gerar receita de exporta-ções da ordem de US\$ 85,4 milhões.

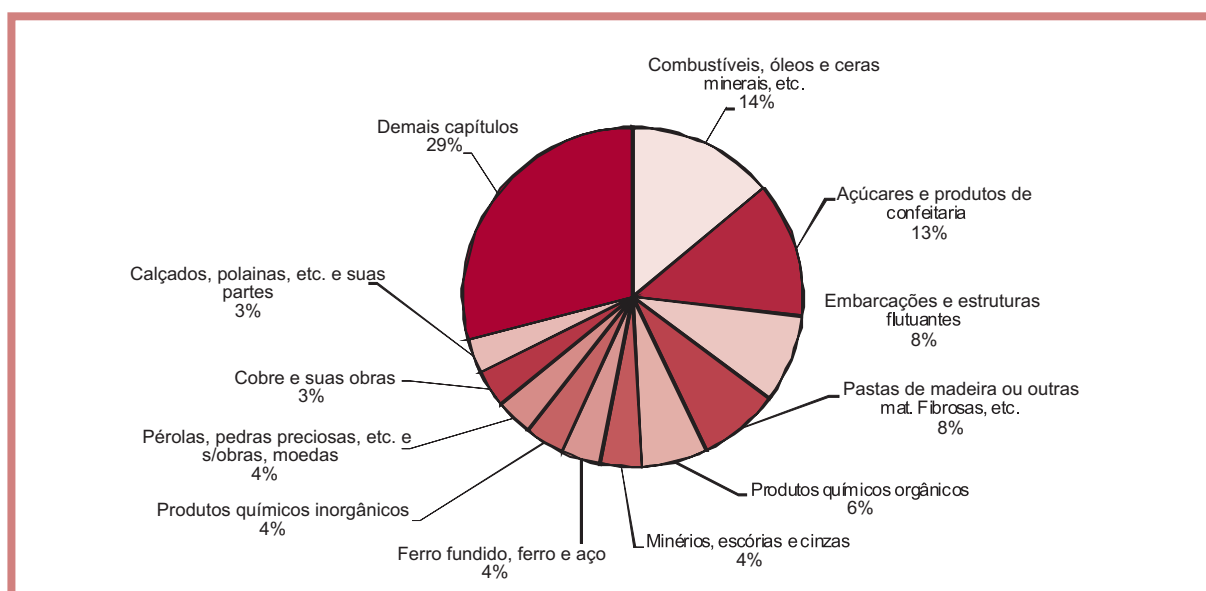


Gráfico 1 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Nordeste – Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Ferro fundido, ferro e aço (US\$ 182,7 milhões) assinalou pequeno crescimento de receita (3%) no período em análise, sendo a

maior parte das vendas destinada aos Estados Unidos (US\$ 136,9 milhões).

5.3 - Panorama das Vendas Externas por Estado

Os estados nordestinos, com exceção de Alagoas (-12,8%), apresentaram aumentos nas receitas de exportação. Pernambuco (118%) e Piauí (76%) registraram os maiores incrementos. A seguir, são analisados os principais dados de exportações dos nove estados da região.

Alagoas

Com US\$ 490,4 milhões exportados, Alagoas foi o único estado do Nordeste a registrar queda em suas exportações (-12,79%), na comparação com o mesmo período do ano anterior. A redução nas exportações de açúcar em bruto foi o fator que mais contribuiu para o declínio das vendas externas de Alagoas, o que em parte pode ser explicado pela queda de participação do açúcar brasileiro

no mercado internacional, devido à entrada de outros competidores, em especial a Índia, que faz planos de expansão da produção e espera receber cotas adicionais de exportação para 2012 (ÍNDIA..., 2012).

Bahia

No período de janeiro a março deste ano, a Bahia exportou o equivalente a US\$ 2.555,9 milhões, montante 25,2% superior aos US\$

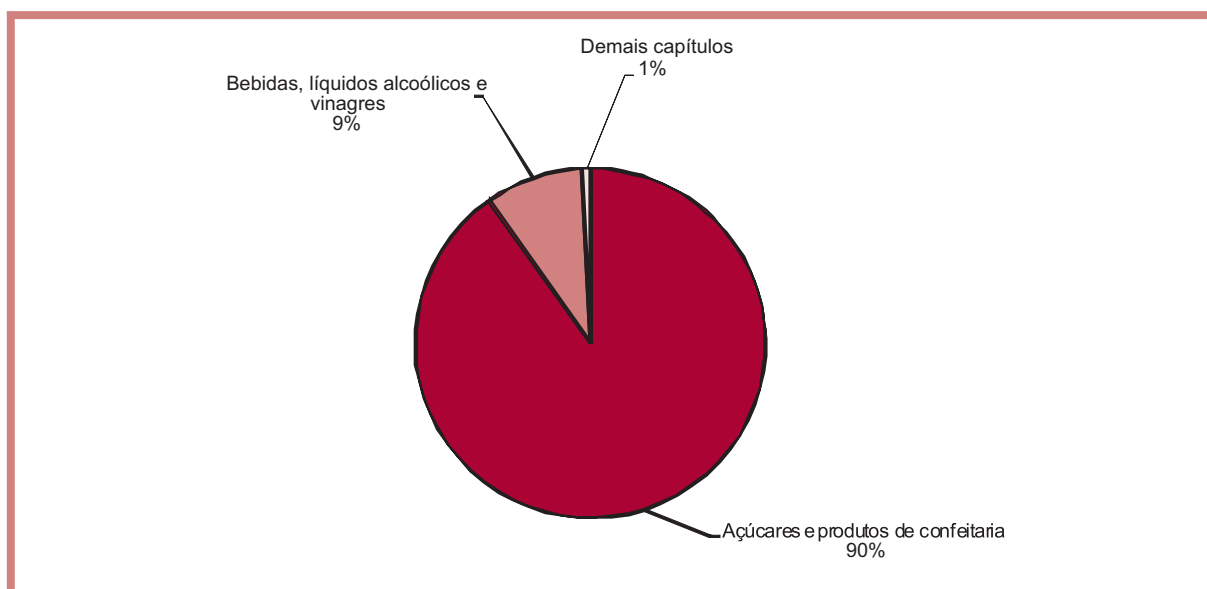


Gráfico 2 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Alagoas – Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

2.040,7 milhões apurados em igual intervalo do ano passado. A Bahia continuou ofertando a pauta de exportação mais diversificada na comparação com os demais estados nordestinos. Quase todos os capítulos registraram crescimento nos valores exportados. Somente pastas de madeiras ou outras matérias fibrosas (US\$ 378,1 milhões) teve decréscimo de receita (-9,5%).

O capítulo combustíveis, óleos e ceras minerais, etc. (US\$ 671,4 milhões) assinalou o maior avanço de receita (79,3%), resultante de aumento nas quantidades (41,3%) e nos preços dos produtos vendidos. De fato, o aumento dos preços do petróleo já atingiu o patamar de 17% no primeiro trimestre

de 2012, em consequência das tensões no Oriente Médio (LAMUCCI, 2012).

O capítulo pérolas, pedras preciosas, etc. e suas obras, moedas (US\$ 148,9 milhões) cresceu 59,5%, devido à expansão dos preços. Esse capítulo foi alicerçado na venda de ouro, cujo preço avançou quase 9% (DEZEM, 2012).

Cumprido ressaltar a ausência do capítulo referente à soja e derivados dentre os principais da pauta baiana. A safra de soja foi prejudicada pela seca, sendo estimada uma perda entre 10% e 16% do total, segundo a Associação de Agricultores e Irrigantes na Bahia (Aiba) (FERREIRA, 2012), devendo assim, o preço da *commodity* continuar em alta no mercado internacional.

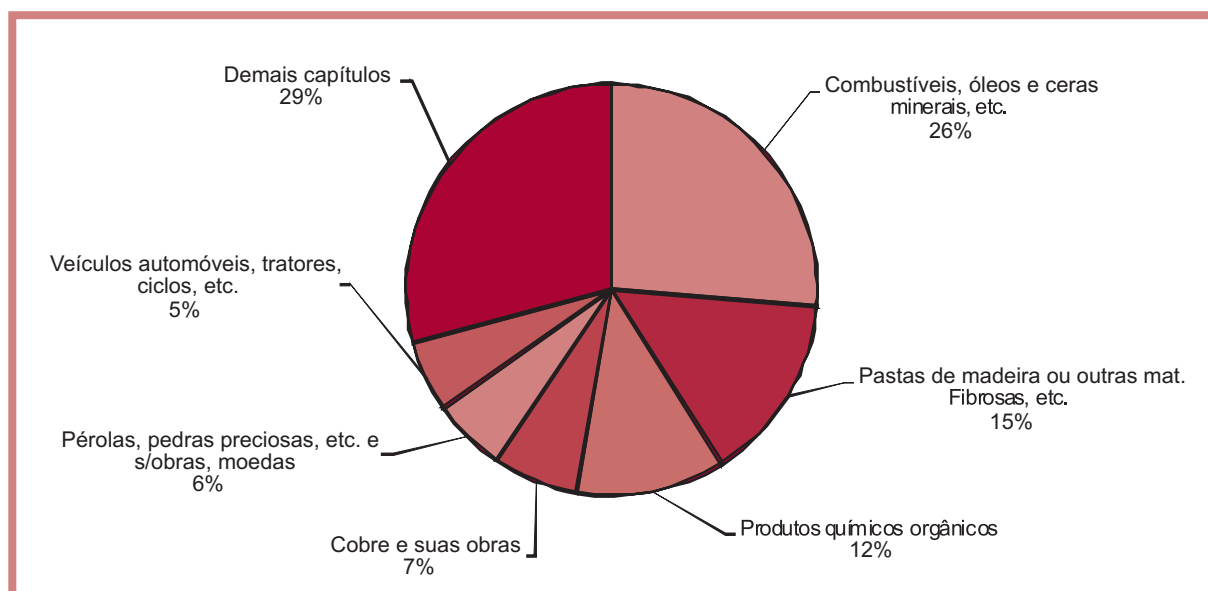


Gráfico 3 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Bahia - Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Ceará

Com vendas totais de US\$ 328,8 milhões nos três meses iniciais de 2012, o Ceará foi o quinto maior exportador nordestino. Dos nove estados da região, o Ceará foi o que experimentou a segunda menor taxa de crescimento das exportações: 4,1%. A pauta de exportações do estado foi liderada pelo setor calçadista (US\$ 103,3 milhões), que registrou incremento de 8,8% nas receitas. Esse desempenho faz o Ceará se destacar como o maior exportador de calçados do país em número de pares (em torno de 15 milhões).

O capítulo frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 71,9 milhões) registrou queda de 5,9% nas receitas de exportação. Esse comportamento decorre de redução nas quantidades e nos preços, tanto da exportação de castanha de caju (US\$ 44,9 milhões) como da de melões frescos (US\$ 19,1 milhões).

Maranhão

Terceiro maior exportador nordestino, com uma pauta concentrada em minérios e soja, o Maranhão vendeu para o exterior, de

janeiro a março de 2012, o equivalente a US\$ 611,6 milhões, alta de 8,6% em relação a idêntico período do ano anterior.

As vendas de alumínio e suas obras (US\$ 28,9 milhões) e minérios, escórias e cinzas (US\$ 153,9 milhões) declinaram 8,8% e 24,8%, respectivamente, refletindo tanto a queda do preço do alumínio, quanto a redução do preço e da quantidade vendida de minérios de ferro, em consequência do desaquecimento do mercado europeu.

Paraíba

As exportações da Paraíba totalizaram US\$ 80,1 milhões no período de janeiro a março de 2012, com crescimento de 53,1% em relação ao mesmo período do ano anterior, quando as vendas externas somaram US\$ 52,3 milhões. O incremento mais significativo ocorreu no capítulo bebidas, líquidos e vinagres, devido, principalmente, à inclusão de outros produtos de álcool etílico (US\$ 15,4 milhões).

O presidente da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba, Francisco Gadelha, destacou o crescimento das vendas no setor su-

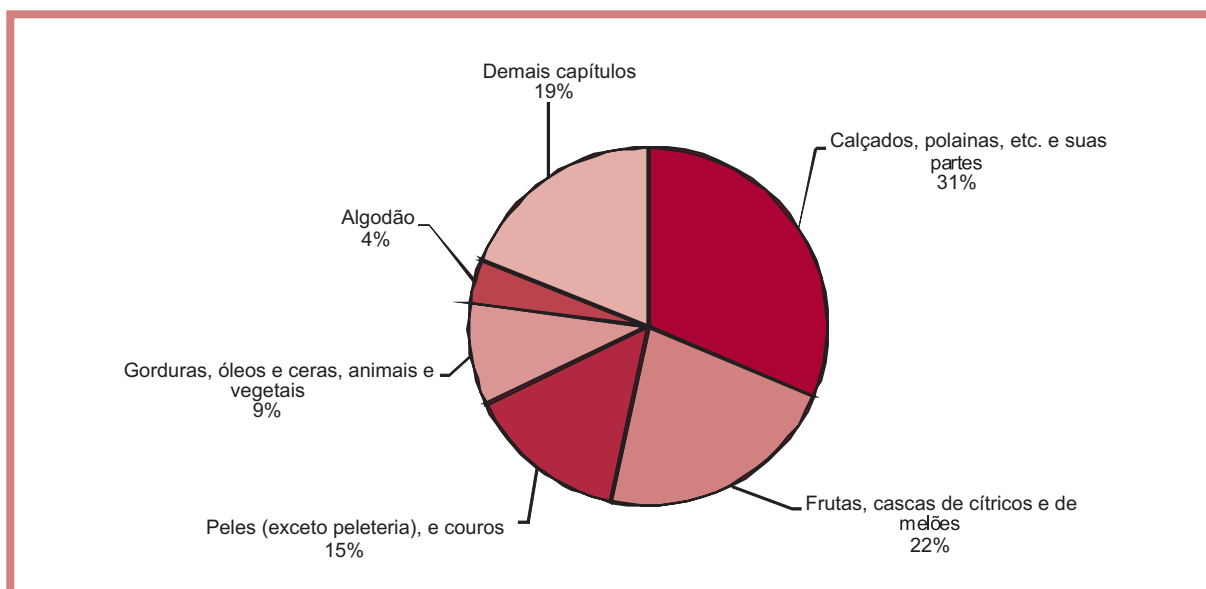


Gráfico 4 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Ceará - Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

coalcooleiro como o principal responsável pelo aumento das vendas externas da Paraíba. Segundo Gadelha, "o açúcar e o etanol estão com um bom desempenho e são os produtos que mais contribuíram para o percentual positivo das nossas exportações" (EXPORTAÇÕES..., 2012).

Pernambuco

Pernambuco registrou US\$ 645,1 milhões em vendas ao exterior nos primeiros três meses de 2012, ficando 118,1% acima do valor faturado entre janeiro e março de 2011. Mais da metade dessa receita (62,8%) é prove-

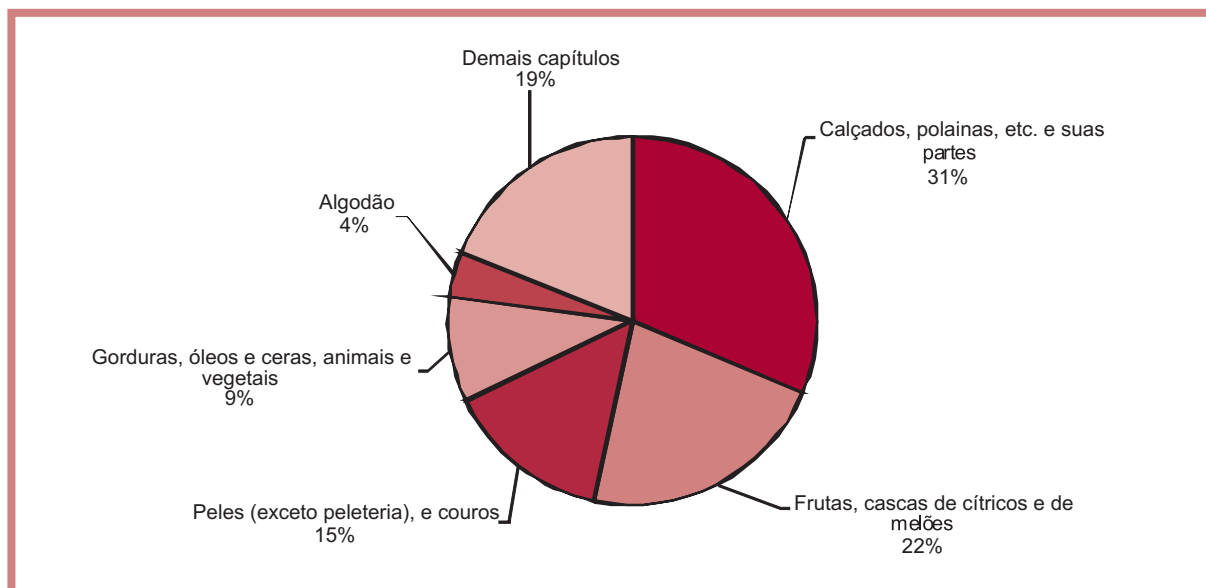


Gráfico 5 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Maranhão - Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012e. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

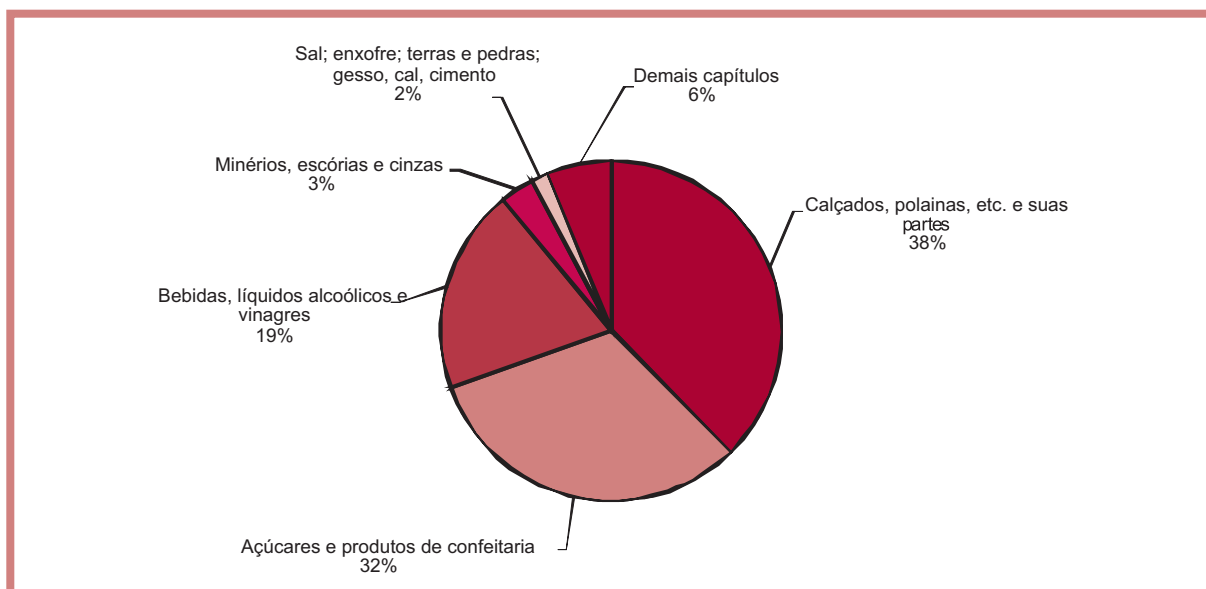


Gráfico 6 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações da Paraíba – Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

niente das vendas de plataformas de perfuração/exploração flutuantes.

O capítulo açúcares e produtos de confeitaria, que até 2011 era o principal da pauta de exportação do estado, registrou decréscimo de 26,4%, somando US\$ 136,2 milhões.

Piauí

O Piauí somou receitas de US\$ 22,8 milhões com exportação, significando incremento de 76,5%, comparativamente ao mesmo período de 2011. O capítulo ceras vegetais (US\$ 14,8 milhões) acusou aumento

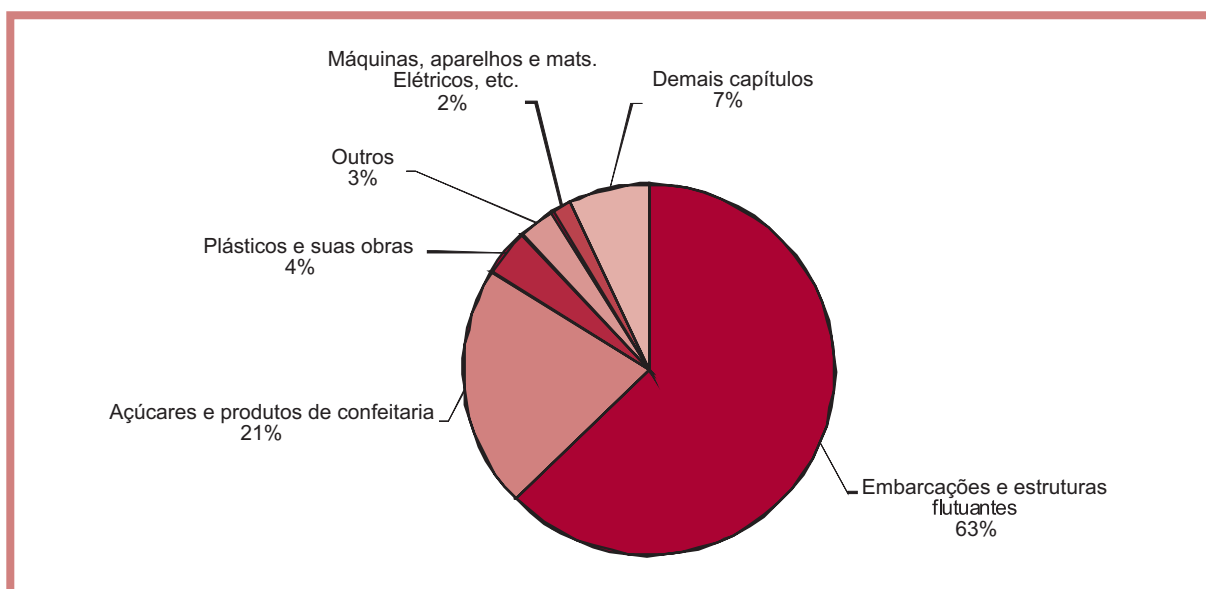


Gráfico 7 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Pernambuco – Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012g. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

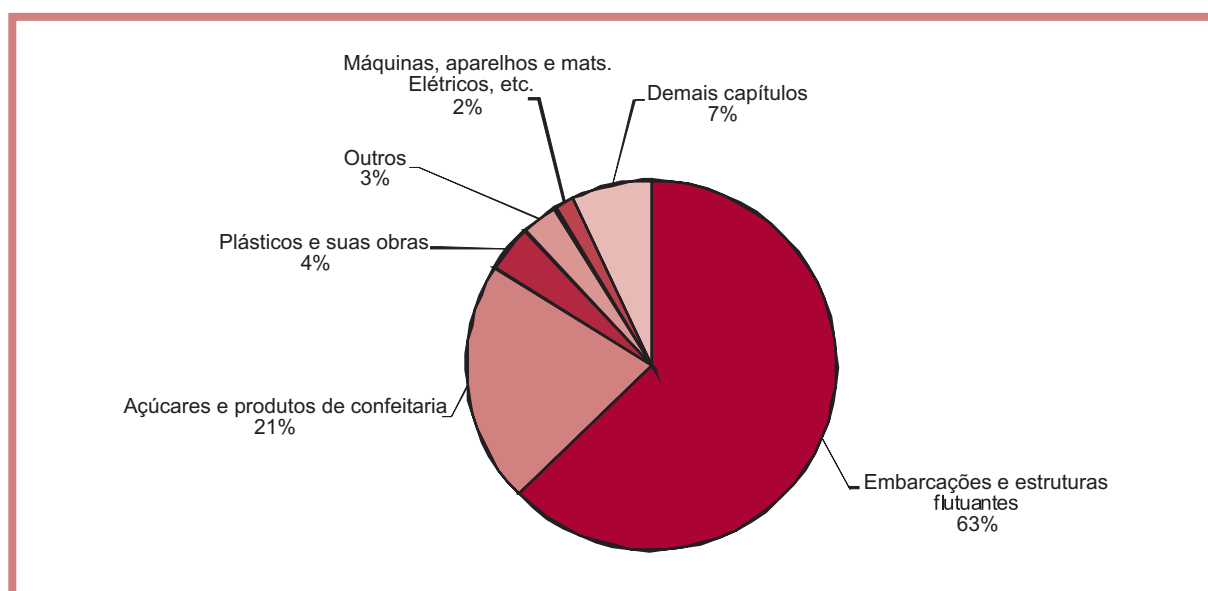


Gráfico 8 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Piauí – Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012h. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

de receita da ordem de 60,8%. Mel natural (US\$ 1,6 milhão), incluído no capítulo leite e laticínios, ovos de aves, mel, etc., assinalou declínio de 16,5% nas quantidades exportadas e de 10,5% nos preços.

Algodão não cardado nem penteado (US\$ 4,2 milhões) foi, dentre os produtos exportados pelo estado, o que apresentou maior incremento. Em 2011, as vendas externas desse produto renderam apenas cerca de US\$ 9 mil.

Rio Grande do Norte

As vendas do Rio Grande do Norte cresceram 37,8% em relação ao período de janeiro a março de 2011, quando as exportações totalizaram US\$ 55,1 milhões. A expansão deve-se à manutenção da demanda externa por produtos primários como, frutas e minérios.

As receitas de exportação de melão, principal item da pauta do estado, cresceram 27,2% em relação ao mesmo período do ano anterior, enquanto as exportações de minérios, escórias e cinzas assinalaram incremento de 697%.

Outro fator que concorreu para a ampliação das receitas externas do Rio Grande do Norte foi o crescimento nas vendas de bombons, caramelos, confeitos e pastilhas, sem cacau (305,3%).

Sergipe

As exportações de Sergipe (US\$ 35,6 milhões) acompanharam a trajetória crescente das exportações do Nordeste, incrementando o faturamento externo em 36,2% em relação a idêntico período do ano anterior. Contudo, dentre os três principais capítulos exportados pelo estado, apenas o de produtos hortícolas, frutas, etc. apresentou crescimento, sendo o suco de laranja o seu principal produto.

Para 2012, a expectativa é de que os termos de troca (relação entre o preço dos produtos exportados e importados) da balança comercial nordestina deverão ser inferiores aos de 2011.

Em 2010 e 2011, os termos de troca sofreram alta devido ao aumento dos preços

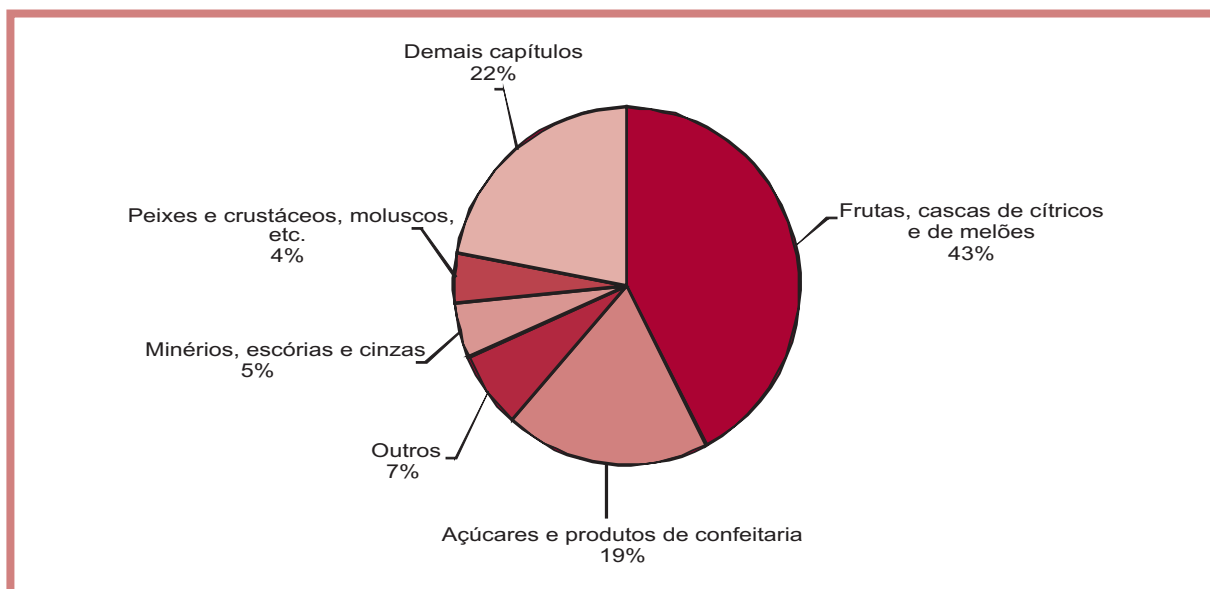


Gráfico 9 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações do Rio Grande do Norte – Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012i. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

das *commodities*. Entretanto, antecipa-se uma redução desses patamares de preço das *commodities*. E, como a pauta de importação do Nordeste está fortemente concentrada em combustíveis e lubrificantes, a região deve perder poder de compra no mercado internacional.

Ressalte-se que a estimativa para os valores exportados e importados pelo Nordeste em 2012 é tarefa complexa, já que 14,7% do total das exportações e 41,3% das importações da região se devem à atuação da Petrobras no mercado internacional.

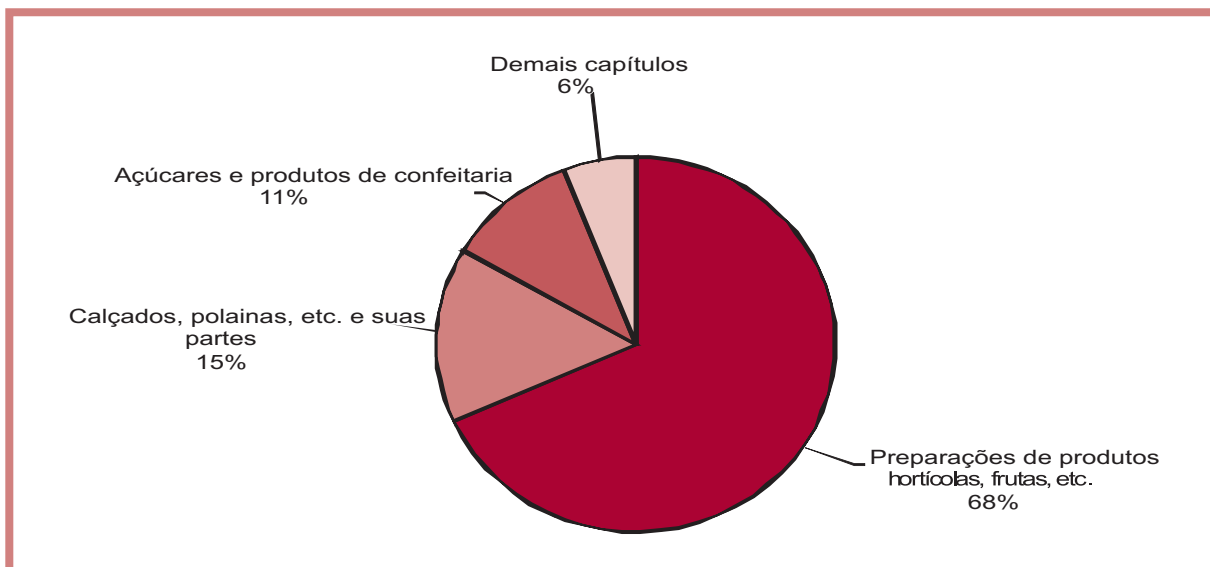


Gráfico 10 – Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações de Sergipe – Janeiro/Março de 2012

Fonte: BRASIL, 2012j. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS

ABICALÇADOS. Disponível em: <http://www.abicalcados.com.br/documentos/resenha_estatistica/EXPO_ESTADO_MAR_2012.pdf>. Acesso em: 30 abr. 2012.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012a.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012b.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012c.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012d.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012e.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012f.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012g.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb.

Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012h.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012i.

_____. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. MDIC-Aliceweb. Disponível em: <<http://alicesweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2012j.

DEZEM, Vanessa. Mineração: recorde na produção de minério de ferro / Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?cod=34634&tipo=noticia>>. **Acesso em: 28 abr. 2012.**

EXPORTAÇÕES somam US\$ 80 milhões na Paraíba. **Jeft News**, 20 de abril de 2012. Disponível em: <<http://jeftenews.blogspot.com.br/2012/04/exportacoes-somam-us-80-milhoes-na.html>>. Acesso em: 24 abr. 2012.

FERREIRA, Carine. **Afetado pela seca, rendimento da soja pode cair 16% na Bahia.** Disponível em: <<http://clippingmp.planejamento.gov.br/cadastros/noticias/2012/4/20/afetado-pela-seca-rendimento-da-soja-pode-cair-16-na-bahia>>. Acesso em: abr. 2012.

FUNCEX. Disponível em: <<http://www.funcefex.com.br>>. Acesso em: 30 abr. 2012.

ÍNDIA eleva produção de açúcar, e Brasil está perdendo mercado. **Portos e Navios**, 13 de abril de 2012. Disponível em: <<http://www.portosenavios.com.br/site/noticias-do-dia/geral/14957-india-eleva-producao-de-acucar-e-brasil-esta-perdendo-mercado>>. Acesso em: 25 abr. 2012.

IPEADATA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: abr. 2012.

LAMUCCI, Sergio. Comércio exterior: preço de venda externa sobe menos que de importação. Disponível em: <<http://www.global21.com.br/materias/materia.asp?tipo=noticia&cod=34587>>. Acesso em: 27 abr. 2012.

LATIN America needs to rebuild resilience and flexibility. IMF Survey online. Disponível em: <<http://www.imf.org/external/pubs/ft/survey/so/2012/CAR042512A.htm>>. Acesso em: 26 abr. 2012.

6 - FINANÇAS PÚBLICAS

6.1 - Arrecadação de ICMS

O Nordeste tem uma participação média de 13% na riqueza gerada pelo país. Os dados oficiais do IBGE mostram que em 2000 o PIB nordestino representava 13% do PIB brasileiro, e que passou a representar 13,5% em 2009. A relação entre as arrecadações do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), do Nordeste e agregado do Brasil apresenta-se mais favorável para a região, conforme visualizado no Gráfico 1, indicando possíveis sinais de melhor gestão da arrecadação nos estados.

A arrecadação do ICMS no Brasil cresceu 8,3% no primeiro bimestre de 2012, quando comparada com a de idêntico período de 2011, conforme apresentado na Tabela 1. A variação real¹ ficou em 2,4%. No Nordeste, a arrecadação desse tributo cresceu 10,8% no mesmo período, o que equivale a 4,7% em termos reais. Se a relação entre a arrecadação

do ICMS do Nordeste e a do Brasil é uma aproximação aceitável da relação entre os respectivos PIBs, espera-se que o PIB da região continue a apresentar um crescimento um pouco maior que o do PIB brasileiro, no período 2012-2014, como apontam as projeções da equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica, nesta edição. O ICMS do Nor-

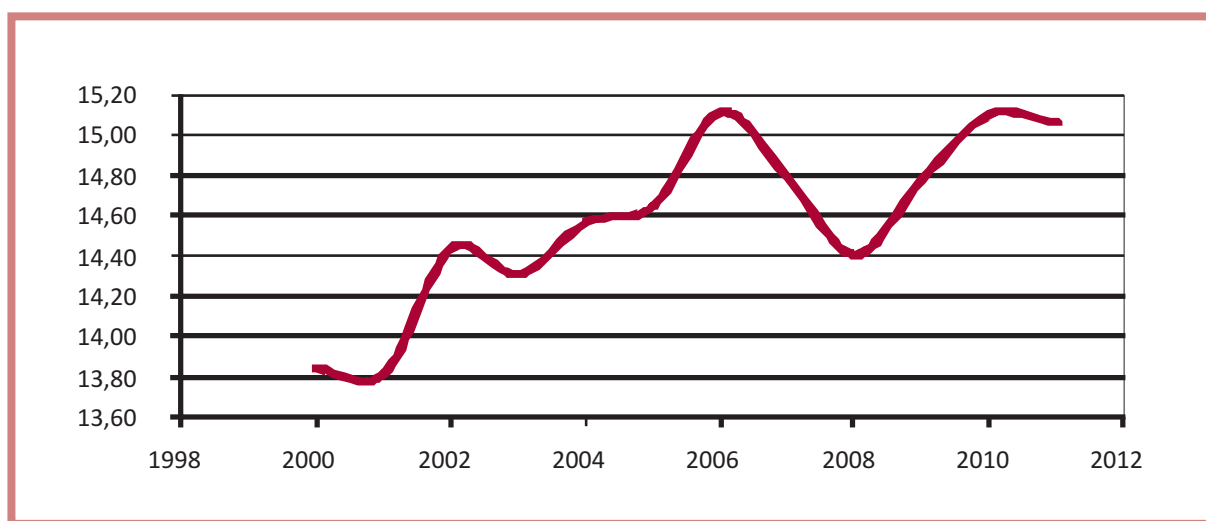


Gráfico 1 – ICMS – Relação Nordeste/Brasil¹

Fonte: BRASIL, 2012a. Elaboração: Equipe: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: ICMS a preços correntes.

1 O índice utilizado para o cálculo da variação real foi o IPCA (médias de 2011 e 2012), calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Tabela 1 – Arrecadação de ICMS – R\$ Milhões

Janeiro a fevereiro						
Estados/ Região	2011	Part. %	2012	Part. %	Var. %	Var. Real % ¹
Alagoas	402	0,8	428	0,8	6,7	0,9
Bahia	2.082	4,4	2.341	4,6	12,5	6,3
Ceará	1.073	2,3	1.226	2,4	14,3	8,0
Maranhão	530	1,1	621	1,2	17,3	10,9
Paraíba	489	1,0	527	1,0	7,7	1,8
Pernambuco	1.696	3,6	1.768	3,4	4,3	-1,4
Piauí	357	0,8	388	0,8	8,4	2,5
Rio Grande do Norte	485	1,0	587	1,1	21,0	14,4
Sergipe	337	0,7	365	0,7	8,4	2,5
Nordeste	7.450	15,7	8.252	16,1	10,8	4,7
Brasil ²	47.324	100,0	51.266	100,0	8,3	2,4

Fonte: BRASIL, 2012a. Elaboração: Equipe: BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

1. Índice de inflação utilizado, IPCA médio (jan - fev) de 2011 e 2012. 2. Valores estimados para os Estados de Rondônia (fevereiro); Roraima (janeiro e fevereiro); Rio de Janeiro (fevereiro) e Paraná (fevereiro).

2. Eventuais divergências entre dados e totais em variações são provenientes de arrendamentos.

deste também cresceu acima do patamar registrado para o Brasil em 2011, devido ao grande volume de recursos em investimentos em infraestrutura, principalmente no Ceará e em Pernambuco, que compensaram os fatores conjunturais negativos associados à indústria, em 2011, dada a expressiva queda observada na produção física industrial nordestina (-4,7%), quando comparada com o crescimento da produção física industrial do Brasil (0,3%) (IBGE, 2012).

A arrecadação do ICMS em 2011 cresceu em todos os nove estados da região, sendo que na Bahia, no Ceará, no Maranhão e no Rio Grande do Norte ficou acima da média regional e da do país, cabendo destacar o extraordinário desempenho do Rio Grande do Norte, cuja arrecadação aumentou 21% em relação a 2010. O crescimento da arrecadação nos estados de Pernambuco e Alagoas ficou entre os menores da região, em termos nominais. No caso de Pernambuco houve uma pequena contração (-1,4%) em termos reais, quando comparada com 2010.

O elevado crescimento da arrecadação do Rio Grande do Norte, no período analisado, deve-se, principalmente, ao bom desempenho do setor primário e do subsetor de energia, com evoluções de 98,7% e 109,7%, respectivamente. Esses dois segmentos, juntos, respondem por 28% da arrecadação do ICMS do estado. O setor terciário, que representa 50% da arrecadação do imposto, cresceu 11% no período analisado.

O aumento da arrecadação no Maranhão deve-se, principalmente, à evolução observada nas áreas de energia (41,3%) e petróleo (25,8%), as quais, juntas, respondem por 37% da arrecadação do estado. O setor terciário cresceu 15,1%, e sua arrecadação corresponde a 45% da do estado.

No caso do Ceará, as maiores variações ocorreram em petróleo (21%), energia (20%) e setor terciário (13%), que, juntos, concentram 76% da arrecadação total do estado.

O crescimento da arrecadação da Bahia traz um dado que surpreende. A receita decorrente do petróleo cresceu 21,1% no pe-

ríodo, mas a maior contribuição vem do item “outras fontes de receita”, com incremento de 888%. O relatório do Ministério da Fazenda não traz detalhes sobre essa rubrica. Os dois itens, juntos, representaram 44% da arrecadação do estado.

A tímida evolução da arrecadação de Pernambuco (4,3%) deveu-se, principalmente, à queda na arrecadação da dívida ativa (-71,3%) e de outras fontes (-59,5%), enquanto a do setor terciário, que responde por 59% do total arrecadado, avançou apenas 6%.

O pequeno crescimento da arrecadação de Alagoas (6,7%) deu-se, sobretudo, pelo desempenho do setor secundário e do petró-

leo, que, juntos, respondem por um terço da arrecadação do estado, sendo que o primeiro cresceu apenas 0,93% e o segundo apresentou declínio de 5,5%.

O nível de concentração espacial de renda, no Brasil, pode ser visto por diversos prismas. A arrecadação do ICMS também possibilita essa visão. Os dez estados com maiores arrecadações desse tributo detêm, juntos, 81,5% do total recolhido no país (BANCO CENTRAL, 2012). Pelas contas regionais de 2009 do IBGE, a economia desses dez estados corresponde a 81,2% do PIB brasileiro. O grupo compreende os três estados do Sul, os quatro do Sudeste, a Bahia, Goiás e Pernambuco.¹

6.2 - Fundos Constitucionais

Os repasses dos fundos constitucionais são calculados com base na arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). O Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal (FPE) recebe 21,5% da arrecadação dos dois tributos, enquanto o Fundo de Participação dos Municípios (FPM) recebe 23,5% da mesma arrecadação.² A parcela do Nordeste no FPE corresponde a 52,5%, enquanto no FPM não passa de 35,2%.

Os critérios para a distribuição do FPE entre os estados foram definidos pela Lei Complementar nº 62, de 1989, segundo a qual 85% do total serão repassados para as regiões menos desenvolvidas (Centro-Oeste, Nordeste e Norte). Os coeficientes estaduais foram determinados por meio de uma combinação de critérios, que utilizam o território de cada estado, sua população e o inverso da renda per capita. Ocorreram expressivas mudanças na distribuição da renda per capita nos estados,

entre 1989 e 2011, especialmente no Centro-Oeste, que se beneficiou do acelerado crescimento do agronegócio na última década.

O Supremo Tribunal Federal (STF) considerou inconstitucional a manutenção dos coeficientes de distribuição fixos para o FPE, e exigiu a sanção de uma nova fórmula de distribuição dinâmica no início de 2013. A reforma deverá cumprir dois critérios especificados na decisão do STF, ou seja, ser

1 Pelas contas regionais de 2009, o Distrito Federal entraria no grupo dos dez maiores PIB estaduais, ocupando a 7ª posição, enquanto o Espírito Santo passaria a ocupar a 11ª.

2 Dos 23,5%, 1% é repassado no primeiro decêndio de dezembro de cada ano (Emenda Constitucional nº 55, de 20/09/2007). O valor correspondente aos 22,5% restantes é calculado e repassado em parcelas mensais.

Tabela 2 – FPE – Fundos de Participação dos Estados – Nordeste – R\$ Mil

Estado /Região	Janeiro a Março		Participação (%)
	2011	2012	
Alagoas	504.867	547.678	4,2
Bahia	1.140.316	1.237.013	9,4
Ceará	890.401	965.905	7,3
Maranhão	875.996	950.278	7,2
Paraíba	581.178	630.460	4,8
Pernambuco	837.403	908.413	6,9
Piauí	524.442	568.914	4,3
Rio Grande do Norte	507.027	550.022	4,2
Sergipe	504.284	547.047	4,2
Nordeste	6.365.914	6.905.730	52,5
Brasil	12.135.929	13.165.031	100,0

Fonte: BRASIL, 2012b. Elaboração : Equipe BNB/ETENE/CEIS Conjuntura Econômica.

Notas: 1. Valores já descontados da parcela de 20% destinada ao Fundeb.

2. Eventuais divergências entre dados e totais em variações são provenientes de arrendamentos.

equalizadora e capaz de adaptar-se dinamicamente às condições dos estados. Cabe salientar que no caso de qualquer mudança da fórmula de distribuição horizontal do FPE, os ganhos de alguns estados terão que ser compensados por perdas de outros. Com isso, a reforma deve prever tempo suficiente para que os estados prejudicados possam ajustar suas finanças às perdas.

A Tabela 2 apresenta as transferências do FPE para os estados do Nordeste. Observa-se um crescimento de 8,5% no período janeiro-março de 2012 em relação a janeiro-março de 2011. Em termos reais, o crescimento foi de 2,6%³. A previsão do Tesouro Nacional para 2012 sinaliza um crescimento de R\$ 28,9 bilhões, em relação a 2011⁴, correspondente a 12,4%. O montante transferido pelo

FPE no primeiro trimestre equivale a 23,9% do total previsto para 2012.

Sobre as transferências do FPM, observa-se um crescimento de 8,5% (praticamente igual ao do FPE) na maioria dos estados, conforme indicado na Tabela 3. Dentre os fatores que prejudicam a uniformidade das variações do FPM destacam-se as mudanças nos seus coeficientes de distribuição de ano para ano, bem como eventuais bloqueios de repasses decorrentes da maior vulnerabilidade dos municípios a não observância das contrapartidas exigidas.

A Tabela 4 ilustra que as atualizações dos parâmetros do cálculo do FPM para 2012 foram favoráveis para a maioria das capitais do Nordeste, à exceção de Salvador, com varia-

3 Foi utilizado o IPCA médio dos primeiros trimestres de 2011 e 2012.

4 A projeção consta do Projeto de Lei Orçamentária Anual para 2012.

Tabela 3 – FPM – Fundos de Participação dos Municípios – Nordeste – R\$ Mil

Estado/Regiões	Janeiro a março		Participação (%)		Variação %
	2011	2012	2011	2012	2012/2011
Alagoas	301.775	327.935	2,4	2,4	8,7
Bahia	1.164.490	1.252.912	9,2	9,1	7,6
Ceará	661.493	718.635	5,2	5,2	8,6
Maranhão	527.883	573.079	4,2	4,2	8,6
Paraíba	409.900	445.106	3,2	3,2	8,6
Pernambuco	636.584	691.000	5,0	5,0	8,5
Piauí	322.916	365.218	2,5	2,7	13,1
Rio Grande do Norte	319.617	347.041	2,5	2,5	8,6
Sergipe	184.417	205.532	1,5	1,5	11,4
Nordeste	4.529.075	4.926.458	37,7	37,8	8,8
Brasil	12.700.392	13.777.358	100,0	100,0	8,5

Fonte: BRASIL, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE/CEIS Conjuntura Econômica.

Notas: 1. Valores já descontados da parcela de 20% destinada ao Fundeb.

2. Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

ção negativa de 1,5%. A variação média para as capitais do Nordeste foi da ordem de 4,6%, acima da variação do FPM e do FPE, equiparando-se com a variação observada no ICMS. Vale atentar para o crescimento do FPM para

o Piauí e sua capital, de 13,1% e 36,8%, respectivamente, expressando as maiores elevações. A Bahia e sua capital apresentaram as menores variações.

Tabela 4 – FPM – Fundos de Participação dos Municípios – Capitais – R\$ Mil

Estado/Região	Janeiro a março		Participação (%)		Variação %
	2011	2012	2011	2012	2012/2011
Alagoas	66.136	72.360	5,2	5,3	9,4
Bahia	105.818	104.199	8,3	7,6	-1,5
Ceará	132.272	144.720	10,4	10,5	9,4
Maranhão	66.136	72.360	5,2	5,3	9,4
Paraíba	52.909	57.888	4,2	4,2	9,4
Pernambuco	74.072	81.043	5,8	5,9	9,4
Piauí	52.909	72.360	4,2	5,3	36,8
Rio Grande do Norte	42.327	46.310	3,3	3,4	9,4
Sergipe	33.862	41.679	2,7	3,0	23,1
Nordeste	626.441	692.919	49,3	50,3	10,6
Brasil	1.270.039	1.377.736	100,0	100,0	8,5

Fonte: BRASIL, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Nota: Valores já descontados da parcela de 20% destinada ao Fundeb.

6.3 - Transferências Voluntárias

As transferências voluntárias da União para os entes federados, no primeiro trimestre de 2012, totalizaram R\$ 1,2 bilhão, conforme mostra a Tabela 5. Os estados nordestinos captaram 35,8% dessas transferências, perfazendo R\$ 438 milhões. As transferências para a região cresceram 23,6%, comparativamente ao primeiro trimestre de 2011. Foi a segunda região em crescimento, perdendo apenas para o Norte, que evoluiu 41,1% no período em análise. Detalhando essa variação, observa-se que as transferências para os estados, apesar de em menor volume, são as que mais cresceram proporcionalmente, com 37,4%, enquanto as transferências para os municípios cresceram 20,5%. Os estados da região que assinalaram as menores variações foram o Ceará, com 16,5%, e Sergipe, com 18,8%.

Os principais programas utilizados nas transferências voluntárias para o Nordeste, no período de janeiro a março de 2012, são geridos pelo Ministério da Educação e pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Os dois, juntos, concentraram 93,1% do total das transferências, cujos dados são apresentados na Tabela 6.

Os já citados ministérios efetivaram a transferência voluntária por meio de seis programas, assim distribuídos: Educação Básica, 51,5%; Fortalecimento do Sistema Único de Assistência Social, 27,9%; Desenvolvimento Produtivo, 6,3%; Bolsa Família, 5,9%; Resposta aos Desastres e Reconstrução, 5%; e Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes, 3,4%.

Tabela 5 – Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União – R\$ Milhões

Região/Estado	Municípios		UFs		Total das Transferências			Part%	Variação 2012/2011 (%)
	janeiro - março		janeiro - março		2011 (A+C)	Part %	2012(B+D)		
	2011 (A)	2012 (B)	2011 (C)	2012 (D)					
Nordeste	290	348	66	89	354	27	438	35,8	23,6
Alagoas	17	19	4	11	21	1,6	29	2,4	40,2
Bahia	73	85	16	26	89	6,7	111	9,1	25,2
Ceará	47	59	9	6	56	4,3	65	5,3	16,5
Maranhão	45	52	7	14	52	3,9	66	5,4	27,6
Paraíba	22	26	6	7	27	2,1	33	2,7	19,4
Pernambuco	40	49	12	13	52	3,9	62	5,1	20,8
Piauí	18	25	5	4	23	1,7	30	2,4	28,5
Rio Grande do Norte	18	21	4	5	22	1,7	26	2,2	20,0
Sergipe	10	12	3	4	13	1,0	15	1,3	18,8
Norte	75	94	28	51	103	7,8	144,9	11,9	41,1
Sul	102	105	96	52	198	15,1	157,0	12,8	-20,9
Sudeste	295	279	295	123	589	44,8	401,2	32,8	-31,9
Centro-Oeste	51	54	20	28	71	5,4	81,6	6,7	15,6
Brasil	812	880	503	342	1.315	100,0	1.223	100,0	-7,0

Fonte: BRASIL, 2012c.. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Nota: Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

Tabela 6 – Fluxo de Transferências Voluntárias dos Principais Ministérios – R\$ Milhões

Região/Estados	Min. Educação		Des. Social e Combate a Fome		Outros ¹		Total Valor
	Valor	Part. Relativa (%)	Valor	Part. Relativa (%)	Valor	Part. Relativa (%)	
Nordeste	208	47,5	200	45,6	30	6,9	438
Alagoas	12	40,3	10	34,9	7	24,8	29
Bahia	60	54,3	46	41,0	5	4,7	111
Ceará	33	49,8	29	44,8	3	5,3	65
Maranhão	30	44,8	29	44,2	7	10,9	66
Paraíba	13	38,7	18	56,1	2	5,1	33
Pernambuco	31	49,4	29	46,5	3	4,2	62
Piauí	13	42,4	16	55,8	1	1,8	30
Rio Grande do Norte	11	41,3	14	53,9	1	4,8	26
Sergipe	7	45,0	8	49,6	1	5,5	15

Fonte: BRASIL, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/Etene de Conjuntura Econômica.

Notas: 1. Outros: Ministério da Integração Nacional e Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

2. Eventuais divergências entre dados e totais ou variações percentuais são provenientes de arredondamentos.

6.4 - Investimentos das Empresas Estatais no Nordeste

O orçamento de investimento das empresas estatais para 2012, aprovado pela Lei nº 12.595, de 19 de janeiro de 2012, fixou dotação de R\$ 106,8 bilhões. Referida dotação foi ampliada para R\$ 107 bilhões, em decorrência da incorporação de saldo de exercícios anteriores. A Tabela 7 apresenta o quadro consolidado da despesa por macrorregião, informando as respectivas dotações e os valores realizados no primeiro bimestre. Os subtítulos cuja localização transcende os limites de uma ou mais regiões, e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico “Nacional”.

Tabela 7 – Orçamento de Investimento – 1º Bimestre de 2012 – R\$ milhões

Regiões	Dotação Anual	Participação %	1º Bimestre	% de Realização
Norte	3.752	3,5	217	5,8
Nordeste	19.598	18,3	2.689	13,7
Centro-Oeste	832	0,8	28	3,4
Sudeste	31.380	29,3	3.544	11,3
Sul	3.533	3,3	384	10,9
Exterior	8.962	8,4	1.165	13,0
Nacional	38.953	36,4	4.367	11,2
Total	107.010	100	12.394	11,6

Fonte: BRASIL, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Tabela 8 – Detalhamento dos Investimentos no Nordeste – 1º Bimestre de 2012 – R\$ milhões

Região/Estados	Dotação Anual	Participação %	1º Bimestre	% Realização	Projeção de Realização (%) ¹
Nordeste	19.598	100,0	2.689	13,7	82,3
Na Região	4.386	22,4	513	11,7	70,2
Alagoas	295	1,5	6	2,0	12,2
Bahia	1.817	9,3	140	7,7	46,2
Ceará	462	2,4	33	7,1	42,9
Maranhão	1.778	9,1	79	4,4	26,7
Paraíba	11	0,1	0,3	2,7	16,4
Pernambuco	9.869	50,4	1.882	19,1	114,4
Piauí	506	2,6	28	5,5	33,2
Rio Grande do Norte	302	1,5	3	1,0	6,0
Sergipe	172	0,9	5	2,9	17,4

Fonte: BRASIL, 2012d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Nota: Projeção a partir do ritmo observado no 1º bimestre.

O Nordeste participa com 18,3% do total dos investimentos, e realizou 13,7% de sua dotação, imprimindo ritmo abaixo do necessário para realizar os 100% previstos. Grande parte dos investimentos na região está concentrada nas áreas de energia elétrica (R\$ 2,5 bilhões) e combustíveis minerais (R\$ 14,4 bilhões), que, juntas, representam 87,5% do total. Os investimentos implementados no exterior dizem respeito, basicamente, a combustíveis minerais.

A Tabela 8 apresenta o detalhamento dos investimentos das estatais no Nordeste, incluindo sua distribuição por estado.

Os subtítulos cuja localização transcende os limites de um ou mais estados, e que, devido às suas características físicas e técnicas, não podem ser desmembrados, foram classificados no tópico **Na Região**. Os investimentos nesse tópico dizem respeito aos sistemas de produção de óleo e gás natural e transmissão de energia elétrica.

Os dados da Tabela 8 indicam que 50% do investimento da região se concentram em Pernambuco, mais precisamente nos programas Refinaria Abreu e Lima (R\$ 8,6 bilhões), complexo de poliéster e resina PET em Ipojuca (R\$ 948 milhões) e indústria de homoderivados e biotecnologia (R\$ 258 milhões). Juntos, eles representam 98,9% do investimento em Pernambuco. Cabe ainda observar que o ritmo de realização do investimento, no estado, difere daqueles adotados nos demais estados da região. É o único em que se espera a realização total dos investimentos, tomando-se como base a realização do 1º bimestre.

A Bahia detém 9,3% dos investimentos previstos na região, assim distribuídos: Refinaria Landulpho Alves, R\$ 729 milhões; armazenagem e regaseificação de gás natural e gasoduto, na Baía de Todos os Santos, R\$ 599 milhões; e parque eólico em Casa Nova, R\$ 315 milhões. Os R\$ 462 milhões de investimentos do Ceará destinam-se à Refinaria Premium II (R\$ 178 milhões), terminal

de passageiros 2 do Aeroporto Internacional Pinto Martins (R\$ 82 milhões), terminal de passageiros no porto de Fortaleza (R\$ 80 mi-

lhões) e modernização e adequação do sistema de produção da Lubnor-Petrobras (R\$ 42 milhões).

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/Indeco/Port/indeco.asp>>. Acesso em: jan. 2012.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Confaz. **Boletim do ICMS**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/confaz/boletim/valores.htm>>. Acesso em: jan. 2012a.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_constitucionais.asp>. Acesso em: jan. 2012b.

_____. Ministério da Fazenda. Secretaria do Tesouro Nacional. Coordenação Geral de Análise e Informações das Transferências Financeiras Intergovernamentais. Disponível em: <http://www.tesouro.fazenda.gov.br/estados_municipios/transferencias_voluntarias.asp>. Acesso em: jan. 2012c.

_____. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Orçamento de investimento 2010 e 2011**. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: jan. 2012d.

7 - INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA

7.1 - Panorama Geral

Ainda se situando em patamar elevado, a taxa de crescimento do estoque das operações de crédito no Brasil já exhibe sinais de leve desaceleração, refletindo as ações de política monetária e as medidas macroprudenciais introduzidas em 2010 e alteradas no final de 2011. De um modo geral, essa expansão foi liderada pelos créditos direcionados, que registraram crescimento superior ao dos créditos lastreados com recursos livres, com destaque para os financiamentos imobiliários residenciais, enquanto o saldo de crédito ofertado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) permaneceu em expansão, contudo a taxas decrescentes.

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira do Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012d), o crescimento do sistema bancário brasileiro e o conseqüente aumento da exposição aos riscos inerentes à atividade bancária foram acompanhados pela expansão da base de capital, principalmente em decorrência da incorporação de lucros e da captação de dívidas subordinadas. Dessa forma, o Índice de Basileia manteve-se consideravelmente acima da exigência mínima nacional de 11%, chegando a 16,3% em dezembro do ano passado.

De outra parte, o índice de liquidez do sistema bancário brasileiro permaneceu em nível elevado, demonstrando plena capacidade para fazer frente a eventuais restrições de recursos, mesmo em situações de estresse. A capacidade de solvência também se manteve robusta, mesmo em simulações de cenários de extrema deterioração da situação macroeconômica.

Ao lado desses resultados, merecem destaques três eventos relacionados à taxa de juros. O primeiro: em sua 166ª reunião, o Comitê de Política Monetária (Copom) voltou a

reduzir a taxa básica de juros, pela sexta vez consecutiva desde agosto do ano passado, admitindo que, no momento, permanecem limitados os riscos para a trajetória da inflação. O segundo: o Governo Federal determinou que os bancos públicos dessem início ao processo de redução das taxas de juros de suas operações de crédito com pessoas físicas e médias, pequenas e microempresas, como forma de aumentar a concorrência bancária e forçar uma baixa nos juros médios do mercado de crédito. Isso, realmente, já começa a ocorrer, por conta de comportamento semelhante adotado por parcela representativa dos bancos privados. O terceiro: por meio de medida provisória, o Governo Federal determinou mudanças no rendimento da caderneta de poupança. Essas alterações, que valem para novos depósitos e novas contas a partir de 4 de maio, criam uma espécie de gatilho que será acionado sempre que a taxa Selic for igual ou inferior a 8,5% ao ano, quando a remuneração será equivalente a 70% da taxa Selic mais TR (taxa referencial). Essas mudanças vão possibilitar novas reduções na taxa de juros e manter a atratividade dos títulos públicos e de outros ativos de renda fixa.

7.2 - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional

O estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional¹ no final de janeiro atingiu R\$ 2.026,5 bilhões, registrando-se uma expansão de 18,4% sobre igual posição do ano passado, consoante informações fornecidas pelo Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012b). Em decorrência desse resultado, a participação do saldo das operações de crédito em relação ao PIB elevou-se de 45% para 48,8%, no período analisado, proporção ainda considerada conservadora para os padrões internacionais, já que em alguns países essa relação ultrapassa 100% (Estados Unidos, Alemanha, Itália, Reino Unido, para citar apenas os mais relevantes).

No final de janeiro, o saldo das operações de crédito financiadas com recursos livres atingiu R\$ 1.302,9 bilhões, correspondendo a 64,3% do total, e registrou uma expansão de 16,6%. A parcela restante (35,7%), representada pelas operações lastreadas com recursos direcionados (fundados em recursos compulsórios ou governamentais), assinalou incremento um pouco maior (21,6%), influenciado pela significativa expansão dos financiamentos habitacionais, que apresentaram o maior avanço (44,5%) dentre todas as modalidades de crédito, impulsionado pelo desempenho do programa Minha Casa, Minha Vida, assim como pela expansão da massa salarial e do emprego.

Em termos de controle do capital, as instituições financeiras oficiais, além de representarem a maior parcela (43,6%), também registraram o maior crescimento proporcional no saldo de suas operações de crédito (23%), superando aquele observado pelas

instituições privadas nacionais (13,6%) e pelas instituições estrangeiras (18,2%). Ademais, é provável que, no curto e no médio prazo, a participação das instituições financeiras públicas venha a aumentar ainda mais no contexto do Sistema Financeiro Nacional, uma vez que vêm liderando, de forma incisiva, o processo de redução das taxas de juros, com conseqüente ampliação de suas operações de crédito e da clientela.

Na verdade, esse ganho de posição das instituições financeiras oficiais teve início há mais tempo, remontando ao início da crise financeira internacional (2008), quando houve um recuo das operações das instituições financeiras privadas (nacionais e estrangeiras), diante das incertezas e do aumento do risco daquela conjuntura.

Convém informar, ainda, que a expansão do crédito fez-se acompanhar de uma leve subida na taxa de inadimplência (proporção das

1 O Sistema Financeiro Nacional aqui considerado é formado pelo Sistema Bancário (bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial, Caixa Econômica Federal e bancos de investimento), além do segmento constituído pelos bancos de desenvolvimento, cooperativas de crédito, agências de fomento, associações de poupança e empréstimo, companhias hipotecárias, sociedades de arrendamento mercantil, sociedades corretoras de câmbio, sociedades corretoras de títulos e valores mobiliários, sociedades de crédito, financiamento e investimento, sociedades de crédito imobiliário, sociedades de crédito ao microempreendedor e sociedades distribuidoras de títulos e valores mobiliários. No final de janeiro de 2012, o estoque das operações de crédito do Sistema Bancário representava 87,2% do total do Sistema Financeiro Nacional.

operações com atraso superior a 90 dias sobre o crédito total), passando de 5,6%, em janeiro de 2011, para 5,8%, em janeiro último. Na verdade, esse movimento deveu-se exclusivamente à inadimplência ocorrida nas instituições financeiras privadas nacionais (de 6,6% para 7,3%) e nas instituições financeiras estrangeiras (de 5,4% para 5,9%), ao tempo em que o índice de inadimplência das instituições financeiras oficiais caiu de 4,7%, para 4,3%. No período comentado, o saldo das provisões para créditos duvidosos, constituído pelo sistema financeiro, passou de R\$ 95,4 bilhões para R\$ 117 bilhões, com uma expansão de 22,6%, ficando um pouco acima do crescimento das operações de crédito (18,4%).

No grupo das operações referenciais para taxas de juros com recursos livres, o custo do dinheiro, entre as posições de janeiro de 2011 e janeiro de 2012, praticamente não sofreu alteração (de 37,4% a.a., para 38% a.a.), enquanto a taxa de *spread* (diferença entre os juros de captação e os de aplicação de recursos) sofreu uma leve ampliação, de 25,6 pontos percentuais, para 27,8 p.p. Na verdade, nas posições consideradas, houve uma trajetória de aumento entre janeiro e agosto e uma pequena queda de setembro em diante, para as duas variáveis citadas, refletindo os efeitos das medidas de política monetária restritivas no primeiro semestre do ano passado (na ocasião, para conter o

Tabela 1 – BRASIL – Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro Nacional – Usos e Fontes dos Recursos e Controle de Capital – Janeiro de 2011 e Janeiro de 2012
R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Janeiro		Variação Nominal	Participação Jan./2012, %	Crédito/PIB ⁽¹⁾ , em %	
	2011	2012			Jan./2011	Jan./2012
1. Usos dos Recursos	1.712.159	2.026.533	18,4	100,0	45,0	48,8
1.1. Setor Público	68.141	81.595	19,7	4,0	1,8	2,0
Governo Federal	34.733	41.380	19,1	2,0	0,9	1,0
Governos Estaduais e Municipais	33.408	40.215	20,4	2,0	0,9	1,0
1.2. Setor Privado	1.644.018	1.944.938	18,3	96,0	43,2	46,9
Indústria	361.763	412.082	13,9	20,3	9,5	9,9
Habitação	142.483	205.834	44,5	10,2	3,7	5,0
Rural	124.645	141.288	13,4	7,0	3,3	3,4
Comércio	171.202	204.583	19,5	10,1	4,5	4,9
Pessoas Físicas	551.938	637.716	15,5	31,5	14,5	15,4
Outros Serviços	291.987	343.435	17,6	16,9	7,7	8,3
2. Fontes dos Recursos	1.712.159	2.026.533	18,4	100,0	45,0	48,8
2.1. Livres	1.117.209	1.302.894	16,6	64,3	29,4	31,4
2.2. Direcionados ⁽²⁾	594.950	723.639	21,6	35,7	15,6	17,4
BNDDES	359.851	414.905	15,3	20,5	9,5	10,0
Outros	235.099	308.734	31,3	15,2	6,2	7,4
3. Controle de Capital	1.712.159	2.026.533	18,4	100,0	45,0	48,8
3.1. Inst. Públicas Nacionais	718.763	884.424	23,0	43,6	18,9	21,3
3.2. Inst. Privadas Nacionais	697.224	792.095	13,6	39,1	18,3	19,1
3.3. Instituições Estrangeiras	296.172	350.014	18,2	17,3	7,8	8,4

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

⁽¹⁾ Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses - valores correntes.

⁽²⁾ Operações realizadas com recursos compulsórios ou governamentais.

aquecimento da economia doméstica) e um pouco mais expansivas da segunda metade em diante (diante da desaceleração do cres-

cimento da economia brasileira e do agravamento da crise europeia).

7.3 - Operações e Qualidade do Crédito do Sistema Financeiro Nordestino

O estoque das operações de crédito do Sistema Financeiro Nordestino² alcançou, no final de janeiro, R\$ 236,7 bilhões, registrando um crescimento de 25,5% em relação a janeiro do ano passado, segundo informações fornecidas pelo Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012c).

A expansão verificada no Nordeste superou a das demais regiões. Dispostos em ordem decrescente, assim se comportaram os aumentos das operações de crédito ocorridos nas cinco regiões: Nordeste, 25,5%; Norte, 21,4%; Sul, 19,9%; Centro-Oeste, 18,8%; e Sudeste, 18,5%. Essa superioridade vem se registrando há quase dois anos, e reflete o bom desempenho da atividade econômica nordestina.

No final de janeiro, 53% do saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste foram destinados às empresas, cabendo a parcela restante (47%) às pessoas físicas. Entretanto, no período considerado, o incremento das operações de crédito das famílias (29%) superou o das empresas (22,5%), refletindo um desempenho mais expressivo do consumo em relação ao da produção.

Entre os estados, a maior expansão no saldo das operações de crédito, em termos

proporcionais, verificou-se no Maranhão (30,7%), seguido pelo Rio Grande do Norte (30,3%), Paraíba (30,3%), Bahia (28,4%) e Sergipe (27%). O menor crescimento se deu em Alagoas (18,4%).

Repetindo o comportamento apresentado em nível nacional, o aumento das operações de crédito no Nordeste foi também seguido por uma leve expansão no índice de inadimplência, definido pela proporção das operações com atraso superior a 90 dias no valor total. Dessa forma, o referido índice, que era de 3,4%, em janeiro de 2011, passou para 3,8% em janeiro último. Na região, a taxa de inadimplência das pessoas físicas (5,6%) foi maior que o dobro da verificada nas empresas (2,3%). Entre os estados, o maior índice de inadimplência, no final de janeiro, foi registrado no Maranhão (5,2%), coincidentemente o estado com o maior crescimento nas operações de crédito. A menor inadimplência foi observado em Pernambuco (3%).

2 O Sistema Financeiro Nordestino aqui considerado compreende as operações de crédito, com saldo superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos comerciais, bancos múltiplos, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

Tabela 2 – Estados do Nordeste e Regiões Brasileiras - Saldo das Operações de Crédito do Sistema Financeiro ¹ e Qualidade do Crédito

Posições em Final de Janeiro de 2011 e 2012

Estados/Regiões	Saldo Oper. R\$ milhões		Varia. Nomi. (b) / (a) em %	Partic. % jan/12	Índice de Inadimplência ² - Jan/12 (%)		
	Janeiro 2011 (a)	Janeiro 2012 (b)			Pessoas Físicas	Pessoas Jurídicas	Total
Maranhão	15.590	20.372	30,7	8,6	6,8	3,0	5,2
Piauí	7.659	9.508	24,1	4,0	5,9	2,5	4,5
Ceará	27.866	34.514	23,9	14,6	5,4	2,6	3,9
Rio Grande do Norte	11.806	15.383	30,3	6,5	5,3	2,5	4,1
Paraíba	10.483	13.655	30,3	5,8	5,1	2,2	4,1
Pernambuco	44.977	54.177	20,5	22,9	5,8	1,4	3,0
Alagoas	9.694	11.478	18,4	4,8	5,4	2,4	4,1
Sergipe	8.222	10.445	27,0	4,4	4,1	1,9	3,2
Bahia	52.317	67.157	28,4	28,4	5,5	2,8	4,0
NORDESTE	188.614	236.689	25,5	12,7	5,6	2,3	3,8
NORTE	58.419	70.935	21,4	3,8	5,4	2,7	4,1
CENTRO-OESTE	144.221	171.312	18,8	9,2	4,2	2,5	3,5
SUDESTE	877.453	1.039.581	18,5	55,8	4,5	2,0	2,9
SUL	288.156	345.611	19,9	18,5	3,6	2,2	2,9
TOTAL REGIÕES ³	1.556.863	1.864.128	19,7	100,0	4,5	2,1	3,1

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Saldo das operações de crédito, com valor superior a R\$ 5 mil, realizadas pelos bancos múltiplos, bancos comerciais, Caixa Econômica Federal, bancos de investimento, bancos de desenvolvimento, companhias hipotecárias, agências de fomento e sociedades de arrendamento mercantil.

² Corresponde ao valor das operações vencidas há mais de 90 dias, sobre o total das operações de crédito.

³ Por se tratar de um subconjunto, o total das regiões correspondeu, no final de janeiro/2012, a 92,0% do total das operações de crédito do Sistema Financeiro Nacional.

7.3.1 - Empréstimos/Financiamentos Realizados pelo BNDES

Segundo informações fornecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (BRASIL, 2012), os empréstimos e os financiamentos diretos concedidos pelo BNDES no Nordeste, no acumulado de janeiro a fevereiro, atingiram R\$ 344,6 milhões, registrando-se uma queda de 75,7% na comparação com idêntico período de 2011, enquanto em nível nacional foi observada uma redução de 17,4%. Excetuando-se o Sudeste, onde houve alta de 8,5%, todas as regiões do país apresentaram declínio nos desembolsos do referido banco de desenvolvimento. A redução na demanda por financiamentos da indústria vem sendo apontada como principal responsável por esse resultado.

Tabela 3 – BNDES – Empréstimos/Financiamentos Efetivamente Concedidos – Estados do Nordeste e Regiões do Brasil

Janeiro a Fevereiro de 2012

Estados/Regiões	R\$ Milhões		Realizado/ Programado b/a, em %	Variação (%) (c)	Participação (%) (d)
	Programado 2012 (a)	Realizado (b)			
Maranhão	1.240,6	18,0	1,5	-91,9	5,2
Piauí	265,5	13,9	5,2	-29,4	4,0
Ceará	3.221,1	66,9	2,1	-69,8	19,4
Rio Grande do Norte	763,9	62,9	8,2	-33,3	18,3
Paraíba	104,9	16,0	15,3	1,3	4,6
Pernambuco	4.357,1	65,3	1,5	-83,5	18,9
Alagoas	704,7	7,7	1,1	-57,0	2,2
Sergipe	406,4	8,3	2,0	-70,1	2,4
Bahia	2.980,7	85,6	2,9	-78,7	24,8
NORDESTE	14.044,9	344,6	2,5	-75,7	2,4
NORTE	12.238,0	582,8	4,8	-65,0	4,0
SUDESTE	118.584,2	12.369,4	10,4	8,5	85,3
SUL	15.510,5	768,5	5,0	-69,8	5,3
CENTO-OESTE	6.699,5	441,2	6,6	-18,1	3,0
BRASIL	167.077,1	14.506,4	8,7	-17,4	100,0

Fonte: BRASIL, 2012. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(c) Variação observada no período jan-fev/12, em relação ao mesmo período de 2011.

(d) Participação no período jan-fev/12.

Excluindo-se a Paraíba, que registrou um leve acréscimo nas liberações do BNDES (1,3%), todos os estados do Nordeste exibiram reduções, sendo que as mais representativas ocorreram no Maranhão (-91,9%), em Pernambuco (-83,5%), na Bahia (-78,7%) e em Sergipe (-70,1%).

Entretanto, espera-se que essa situação possa ser revertida por meio de medidas

como a capitalização adicional da União para o BNDES, a equalização da taxa de juros nos seus empréstimos e a redução das taxas de juros do Programa de Sustentação de Investimento (PSI), todas dentro da segunda etapa do Plano Brasil Maior, lançada pelo Governo Federal no início de abril, objetivando proporcionar novos estímulos ao setor produtivo nacional e um crescimento mais forte da economia.

7.4 - Depósitos e Operações de Crédito do Sistema Bancário Nordestino

No final de janeiro, o saldo dos depósitos captados pelo Sistema Bancário Nordestino³ havia alcançado R\$ 153,9 bilhões, correspondendo a um incremento de 12,8% sobre igual posição do ano passado, índice semelhante à expansão verificada em nível nacional (12,7%), de acordo com informações fornecidas pelo Banco Central (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012f).

No Nordeste, o aumento na captação de depósitos pelos bancos públicos (15,6%) continua superando a expansão dos bancos privados (8%), resultado que vem se repetindo nos últimos dois anos. Em termos de composição, os bancos oficiais respondem por cerca de dois terços dos depósitos captados na região, cabendo o terço restante à banca privada.

Na região, o maior avanço no saldo dos depósitos entre os bancos públicos, no período analisado, foi obtido pela Caixa Econômica Federal (22%), vindo em seguida o Banco do Brasil (13%), os bancos estaduais (6%) e o Banco do Nordeste (3,7%). Entre os estados, o Maranhão liderou o aumento na obtenção de depósitos (21%), seguido pela Paraíba (20,8%), Alagoas (16,1%), Piauí (15,7%) e Bahia (14,7%).

Por outro lado, o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste atingiu

R\$ 124,8 bilhões⁴ no final de janeiro, montante 17,3% superior ao registrado em igual posição do ano passado. Do referido valor, um pouco mais da metade (51,8%) correspondeu a operações de curto prazo, sob a forma de empréstimos e títulos descontados. Entre as operações de longo prazo, cabe destacar a participação dos financiamentos imobiliários (21,2%), dos financiamentos concedidos à indústria e ao comércio (7,2%) e dos financiamentos rurais e agroindustriais (5,2%), para citar os mais relevantes.

Repetindo o comportamento ocorrido com os depósitos, a expansão das operações de crédito no Nordeste, no período sob análise, foi também liderada pelos bancos públicos (23,6%), que apresentaram resultado bem acima do leve crescimento exibido pela banca privada (4,9%). Em termos de composição, os bancos oficiais responderam por 70% do saldo das operações de crédito, cabendo a parcela restante aos bancos privados.

3 O Sistema Bancário Nordestino aqui considerado é constituído pelos bancos comerciais, bancos múltiplos com carteira comercial e Caixa Econômica Federal, e representa um subconjunto do Sistema Financeiro Nordestino, comentado no tópico anterior.

4 Na citada posição, o saldo das operações de crédito do Sistema Bancário Nordestino representava 70,9% do total do Sistema Financeiro Regional, enquanto em nível nacional essa proporção era de 87%. Essa diferença de participação é explicada, em grande medida, pelas operações financiadas com recursos do BNDES e do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste – FNE, gerido pelo BNB, de grande peso nas operações de crédito da região, e que, por definição, não são agrupadas no Sistema Bancário Nordestino, mas figuram no Sistema Financeiro Regional. Se as duas referidas fontes de recursos fossem consideradas, a participação do Sistema Bancário Nordestino dentro do Sistema Financeiro do Nordeste passaria para 89,5%.

Tabela 4 – NORDESTE – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira(a)

Janeiro de 2012 e 2011
R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bancos Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total (c)
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Janeiro de 2011	43.094	33.747	7.369	7.988	2.158	86.987	49.436	136.423
Janeiro de 2012	48.686	41.158	7.642	8.420	2.287	100.551	53.391	153.942
Varição nominal, em %	13,0	22,0	3,7	5,4	6,0	15,6	8,0	12,8
Participação Jan/12, em %	31,6	26,7	5,0	5,5	1,5	65,3	34,7	100,0
Operações de Crédito								
Janeiro de 2011	31.638	28.184	7.744	9.398	1.383	70.603	35.795	106.398
Janeiro de 2012	37.259	38.117	8.204	10.162	1.716	87.254	37.537	124.791
Varição nominal, em %	17,8	35,2	5,9	8,1	24,1	23,6	4,9	17,3
Participação Jan/12, em %	29,9	30,5	6,6	8,1	1,4	69,9	30,1	100,0

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(a) Saldos referentes aos bancos comerciais, bancos múltiplos, com carteira comercial e Caixa Econômica Federal.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

(c) Bancos públicos + bancos privados.

Esses números sugerem pelo menos três reflexões. A primeira, que os bancos públicos desempenham papel fundamental no processo de intermediação financeira no Nordeste. A segunda, que é provável que, num primeiro momento, a participação dos bancos oficiais

auge ainda mais na região, já que coube a eles a iniciativa da redução das taxas de juros em um conjunto representativo das operações de crédito, processo iniciado no começo de abril. A terceira, que as repercussões da redução dos juros sobre a economia nordeste-

Tabela 5 – NORDESTE – Evolução Nominal e Participação dos Saldos dos Depósitos e das Operações de Crédito dos Estados – Posição em Final de Janeiro de 2012

Em %

Estados/Região	Depósitos		Operações de Crédito	
	Varição Jan-12/Jan-11	Participação Est/NE, Jan/12	Varição Jan-12/Jan-11	Participação Est/NE, Jan/12
Maranhão	21,0	5,8	23,5	6,9
Piauí	15,7	3,3	20,4	4,6
Ceará	13,7	22,3	23,7	14,3
Rio Grande do Norte	13,8	5,0	19,4	6,4
Paraíba	20,8	5,7	22,1	6,1
Pernambuco	5,7	23,1	13,1	23,7
Alagoas	16,1	4,3	21,2	4,7
Sergipe	11,9	4,7	25,7	5,0
Bahia	14,7	25,8	12,7	28,3
NORDESTE ¹	12,8	100,0	17,3	100,0
BRASIL	12,7	...	17,3	...

Fonte: BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2012f. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

tina certamente serão mais fortes do que para as regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul), em função do maior peso dos bancos oficiais no Nordeste, comparativamente às citadas regiões.

Entre os bancos públicos que atuam no Nordeste, o aumento do saldo das operações de crédito foi comandado pela Caixa Econô-

mica Federal (35,2%), que também liderou a captação de depósitos, vindo em seguida os bancos estaduais (24,1%), o Banco do Brasil (17,8%) e o Banco do Nordeste (5,9%). Nos estados, os maiores aumentos no estoque das operações de crédito ocorreram em Sergipe (25,7%), no Ceará (23,7%), no Maranhão (23,5%) e na Paraíba (22,1%).

7.5 - BNB – Saldo dos Depósitos e das Operações de Crédito

No começo de fevereiro, o saldo dos depósitos do BNB (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2012b) captados na região atingiu R\$ 7,6 bilhões, registrando-se um crescimento de 3,5% sobre igual posição do ano anterior. Do referido valor, 58,9% eram formados por depósitos a prazo, 17,1% por depósitos de poupança e 13,4% por depósitos especiais.

Entre os estados, o maior aumento na obtenção de depósitos ocorreu no Piauí (27,2%), vindo em seguida Pernambuco (19,6%), Bahia (18,4%) e Rio Grande do Norte (14,1%). Entretanto, houve redução no Ceará (- 4%) e em Sergipe (- 3,4%). Em termos de participação, o Ceará detém a maior parcela dos depósitos (54,8%), sendo sequen-

ciado pela Bahia (13,8%), por Pernambuco (10,9%) e pelo Rio Grande do Norte (4,7%).

De outra parte, o saldo das operações de crédito do BNB realizadas na região, no final de fevereiro, havia alcançado R\$ 8,2 bilhões, registrando-se uma expansão de 4,9% sobre igual posição do ano passado. Do refe-

Tabela 6 – BNB – Variação Nominal e Participação dos Estados do Nordeste no Saldo dos Saldos dos Depósitos Bancários e das Operações de Crédito – Posição em Final de Fevereiro de 2012

Estados	Depósitos Bancários		Operações de Crédito	
	Variação Fev-12/Fev-11	Participação Est/NE, Fev/12	Variação Fev-12/Fev-11	Participação Est/NE, Fev/12
Maranhão	10,9	3,8	-1,5	8,2
Piauí	27,2	2,5	-0,9	7,6
Ceará	-4,0	54,8	21,3	17,2
Rio Grande do Norte	14,1	4,7	-39,4	4,8
Paraíba	7,3	4,1	11,9	7,4
Pernambuco	19,6	10,9	39,0	16,1
Alagoas	5,4	1,8	-11,2	4,1
Sergipe	-3,4	3,6	-0,5	5,3
Bahia	18,4	13,8	0,7	29,3
NORDESTE (a)	3,5	100,0	4,9	100,0

Fonte: BANCO DO NORDESTE DOL BRASIL, 2012b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

rido montante, a maior parcela (48,3%) foi destinada para operações de curto prazo, representada por empréstimos e títulos descontados. Nas operações de longo prazo, os financiamentos para a indústria e o comércio absorveram 23,9% do total, vindo em seguida os financiamentos para infraestrutura e desenvolvimento (20,3%) e rural e agroindustrial (14,8%). A soma das participações citadas excede os 100%, devido ao fato de a parcela de provisões para devedores duvidosos ser computada com sinal negativo na apuração do saldo das operações de crédito.

Vale acrescentar que, adicionando-se o saldo das operações de crédito realizadas na região com recursos do BNB (R\$ 8,2 bilhões), ao saldo das operações financiadas com recursos do FNE, chega-se a um estoque de R\$ 38,8 bilhões (BNB + FNE), valor que supera em 9,3% o montante registrado no final de fevereiro do ano passado. Dito de outra forma, o FNE representa a principal fonte de recursos

para fomentar o desenvolvimento nordestino, e representou, na posição de fevereiro último, 78,9% dos recursos totais do BNB.

Em termos não mais de saldo (variável estoque), mas de contratações (variável fluxo), o FNE injetou na economia nordestina, no período janeiro-fevereiro, o montante de R\$ 732,7 milhões. Desse valor, a maior parcela (59,4%) foi destinada ao setor primário (agricultura, pecuária e agroindústria), vindo na sequência a indústria (17,8%), o comércio (13,5%) e os serviços (9,3%). No que respeita à distribuição por porte do tomador de recursos, as mini/microempresas responderam por 33,2% do total, vindo em seguida as pequenas (32,7%), as médias (19,9%) e as grandes empresas (14,2%). Em resumo, a estratégia de aplicação dos recursos do FNE apresenta uma forte orientação voltada para as atividades rurais e para os empreendimentos de menor porte, que representam os setores mais carentes da região. É exatamente

Tabela 7 – BNB – Variação e Participação dos Estados do Nordeste no Valor das Contratações do FNE, do CREDIAMIGO e do PRONAF – Acumulado no Período Janeiro-Fevereiro de 2011

Estados	FNE		CREDIAMIGO		PRONAF	
	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²	Variação Nominal ¹	Participação Estado/NE ²
Maranhão	-54,5	13,5	45,1	12,6	41,0	15,6
Piauí	75,0	14,6	49,3	11,4	66,8	10,8
Ceará	-78,4	13,0	55,1	31,3	-6,6	14,8
Rio Grande do Norte	61,2	9,2	37,8	5,7	8,4	6,1
Paraíba	21,8	3,8	53,6	7,9	39,7	6,8
Pernambuco	-30,1	9,5	39,0	8,1	18,2	14,8
Alagoas	-55,7	3,3	38,8	5,7	31,1	5,9
Sergipe	-40,3	6,7	36,6	4,8	-4,3	4,2
Bahia	-57,2	26,4	31,9	12,5	-7,2	21,0
NORDESTE	-50,2	100,0	45,5	100,0	13,8	100,0

Fonte: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2012b e 2011c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

¹ Variação nominal do valor das contratação no período de jan/fev-12, em relação a jan/fev-11.

² Participação dos estados no período de jan/fev-12.

Obs.: No período de jan-fev/12, o valor das contratações do FNE, no Nordeste, alcançou R\$ 732,7 milhões, do Crediamigo R\$ 497,4 milhões, e do Pronaf R\$ 178,5 milhões.

te essa forma que caracteriza a ação do BNB, principal entidade de fomento do desenvolvimento do Nordeste.

No elenco de programas geridos pelo BNB, cabe destacar ainda duas outras linhas de crédito. Uma delas é o CrediAmigo, programa de microcrédito produtivo orientado, que nos dois primeiros meses deste ano contratou 354,1 mil operações no Nordeste, envolvendo recursos da ordem de R\$ 497,4 milhões, registrando-se um aumento de 29,2% no número de operações e de 45,5% nos valores contratados, comparativamente a idêntico período do ano passado. Cerca de dois terços

da clientela do referido programa pertencem ao sexo feminino, apresentando ainda um inexpressivo índice de inadimplência (1%), bem abaixo da média nordestina para operações de crédito com pessoas físicas (5,6%).

A segunda linha de crédito é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), que através do BNB contratou no Nordeste 54,7 mil operações, no total de R\$ 178,5 milhões na economia da região, assinalando uma expansão de 10,8% no número de operações e de 13,8% nos valores contratados, no período sob análise.

7.6 - Conclusão

O estoque das operações de crédito no país continua a exibir um crescimento elevado, embora já seja percebida uma leve desaceleração, refletindo as ações de política monetária e as medidas macroprudenciais adotadas em 2010 e alteradas no final de 2011. De um modo geral, essa expansão foi liderada pelos créditos direcionados, que registraram crescimento superior ao dos créditos lastreados com recursos livres.

Convém ressaltar que a expansão do sistema bancário brasileiro e o consequente aumento da exposição aos riscos inerentes à atividade bancária fizeram-se acompanhar do crescimento da base de capital, principalmente em decorrência da incorporação de lucros e da captação de dívidas subordinadas. Assim, indicadores relevantes de estabilidade financeira do sistema bancário nacional mostram-se robustos e situam-se numa zona confortável, com destaque para o índice de Basileia, para o índice de liquidez e para a capacidade de solvência.

Também merecem destaques as seguidas reduções na taxa básica de juros da economia promovidas pelo Copom, bem como a diminuição dos juros nas operações de crédito para pessoas físicas e para as médias, peque-

nas e microempresas, iniciada pelos bancos públicos e que passaram a ser também adotadas por parcela representativa da banca privada. A redução do custo do dinheiro acarreta benefícios óbvios para a sociedade: por exemplo, amplia o acesso ao crédito; dinamiza a economia, pelo aumento do consumo e do investimento; e pode contribuir para redução da inadimplência.

A expansão das operações de crédito no Nordeste continua superando a das demais regiões, o que vem se repetindo há quase dois anos, refletindo assim o bom desempenho de sua economia.

Por outro lado, o incremento na captação dos depósitos e nas operações de crédito dos bancos públicos, no Nordeste, continua superando a expansão registrada pelos ban-

cos privados. Ademais, os bancos oficiais que operam na região detêm em torno de dois terços do saldo dessas duas variáveis. Esses resultados sugerem algumas reflexões. Primeira: os bancos públicos desempenham papel fundamental no processo de intermediação financeira no Nordeste. Segunda: é provável que, num primeiro momento, a participação dos bancos oficiais aumente ainda mais na região, já que coube a eles a

iniciativa da redução das taxas de juros em um conjunto representativo das operações de crédito. Terceira: as repercussões da redução dos juros sobre a economia nordestina certamente serão mais significativas do que para as regiões mais desenvolvidas (Sudeste e Sul), devido ao maior peso dos bancos oficiais no Nordeste, comparativamente às duas citadas regiões.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. COPOM. **Ata da 166ª. Reunião**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012a.

_____. **Economia e finanças**: indicadores de conjuntura – indicadores econômicos – moeda e crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012b.

_____. **Economia e finanças**: séries temporais – sistema gerenciador de séries temporais – economia regional – crédito. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012c.

_____. **Relatório de estabilidade financeira**, v. 11, n. 1, mar./2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012d.

_____. **Relatório de inflação**, v. 14, n. 1, mar./2012. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012e.

_____. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012f.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. BNB. **Conjuntura Mensal, n. 14, fev./2012**. Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012a.

_____. **Informações da área de controle financeiro – 2012b**.

_____. **Informações gerenciais do programa CrediAmigo**: cadernos ensaios de março de 2011 e 2012c.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Empresas estatais**: dados estatísticos – orçamento de investimento – dados anuais – 2012 – execução orçamentária – Alínea “i” empréstimos e financiamentos. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br>>. Acesso em: 18 abr. 2012.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Global financial stability report – April 2012** – Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 25 abr. 2012.



SAC Banco do Nordeste - Ouvidoria - 0800 728 3030 - www.bnb.gov.br